

INTRODUÇÃO

Quando iniciamos a abordagem a um projecto de investigação cremos levar desde logo connosco o traçado de um trilho a percorrer. Cedo nos apercebemos da ilusão sem lugar a desilusão. A complexidade dos fenómenos sociais contorna a própria vontade do investigador. No lugar de uma estrada prevista quase recta, encontramos sempre adiante novo entroncamento. Não vulgar as opções vislumbram-se dolorosas, mas o ímpeto de continuar a trilhar recobre-se de vigor. O olhar para trás depois de (só) mais um trajecto é gratificante que baste.

Terá sido certamente o gosto e simpatia académicos por uma sociologia do território em geral e das cidades em particular que nos conduziu no sentido de avançar com um projecto de investigação que fosse manifestamente relacionado com a valorização de espaços urbanos. Foi então nessa medida que nos confrontámos com a hipótese de estudar a aplicação de um instrumento de gestão territorial, veiculado para a orientação do desenvolvimento sustentado de cidades, criado a título excepcional: o Programa Polis. Este programa assente na requalificação e valorização ambiental de cidades oferecia a hipótese de ser investigado tendo na cidade o 'laboratório' por excelência. Dada a dimensão do Programa Polis a nível de Portugal Continental, 28 cidades a requalificar em grandes operações integradas e outras intervenções de menor dimensão em 12, optámos por cingir o nosso universo de estudo a três cidades onde as intervenções fossem tecidas no âmbito das grandes opções integradas. Os nossos critérios de selecção basearam-se ainda na escolha de uma cidade integrada numa área metropolitana. Para tal, escolhemos o Cacém. Por outro lado, pretendíamos abranger o interior do país. Para o efeito, optámos pela cidade da Covilhã. A finalizar, uma cidade da faixa litoral do país sem que esta participasse de uma qualquer área metropolitana. Nessa medida, elegemos a Marinha Grande – com a mais valia de podermos analisar uma cidade que tivesse concorrido, ao invés das duas anteriores, na chamada segunda fase do Programa. Tínhamos, portanto, elencado e delimitado o nosso objecto de estudo. De ora em diante, a questão era como produzir com cientificidade sociológica uma investigação em torno dos espaços urbanos sujeitos a intervenções vistas no seio do conjunto das cidades que as albergavam: Cacém, Covilhã e Marinha Grande.

Da produção sociológica podemos sugerir que irá derivar fundamentalmente da análise de dois discursos, ambos institucionais: de um lado, um plano da Administração Central que redunda no Programa de Requalificação e Valorização Ambiental das Cidades – Programa Polis, que o Ministério

do Ambiente e do Ordenamento do Território coloca ao dispor das cidades e a cujo acesso só é possível na condição de que essas cumpram os requisitos de candidatura estabelecidos; do outro, o discurso local, proveniente das estruturas que executam o Programa, as Sociedades Anónimas de capital público, onde as Câmaras Municipais são actores privilegiados, como nos casos tanto do Cacém como da Covilhã, ou somente pela Câmara Municipal tal como na circunstância da Marinha Grande. Um terceiro discurso desponha da tradução destas execuções do Programa Polis na forma de notícia num jornal de tiragem diária de âmbito nacional. Foi, todavia, colocada a hipótese de estender essa tradução pela verificação dos relatos construídos pela imprensa local, particularmente nos casos da Covilhã e da Marinha Grande; pesarosamente, entendeu-se por abandonar esta opção que, sabida sem dúvida pertinente e frutífera, se creu ser inviável dada a amplitude a que esta dissertação se encontra balizada.

O trabalho de investigação aqui presente está dividido em duas partes. Uma primeira, dividida em quatro capítulos, tem como objectivo introduzir a compreensão da substância do Programa Polis, tentando, sempre que possível, averbar-lhe um entrosamento com a realidade portuguesa e, de igual forma, com as realidades das cidades alvo de estudo, de maneira a que permita conduzir a pistas não só sobre a compreensão do conteúdo do programa mas também do seu porquê de existência.

Na segunda parte, retratada em cinco capítulos, propõe-se, primeiro momento, uma conceptualização que permita a construção de uma matriz conceptual que acompanhe, oriente e sirva de molde às análises subsequentes e ancoradas às cidades escolhidas para investigação. A análise é efectuada cidade a cidade com vista a sínteses finais que permitam também uma comparação heurística de conjunto, a par com algumas ilações que podemos retirar de um diário de referência na imprensa nacional, com todas as sínteses a apresentar na Conclusão. Por fim, então, o corpus dessa Conclusão.

Desde o primeiro passo no arranque da investigação que, independentemente da sua qualidade para melhor ou pior, inelutavelmente seguimos o percurso da honestidade. Independentemente da sua qualidade para melhor ou pior, a tranquilidade de consciência enquanto investigador fica-nos inolvidável, enraizada e, em todas as formas, inabalável. Do documento, em acepção extensa, bibliográfico ao empírico, as fontes de informação foram citadas sempre que o julgámos pertinente e necessário, enfim e em sùmula, devidamente respeitadas como lhes é devido.

Assim concluímos esta nota introdutória, asserindo com toda a convicção a responsabilidade deste trabalho. Responsabilidade essa inevitável e incontornavelmente assumida pelo autor, nunca deixando ao esquecimento, porém, todos os contributos sem os quais a formatação deste trabalho não seria dotada de qualquer exequibilidade.

1.^a PARTE

*One central thesis of this book is that perhaps
we came back full circle: at the end of nearly a
century of modern planning, the problem of cities
remained much as they had been at the start.*

Peter Hall (2002: 424)

CAPÍTULO I

GÉNESE DO PROGRAMA POLIS EM PORTUGAL

De modo a compreendermos o Programa Polis ao nível das intervenções que pretende executar nas cidades por que optámos estudar, consideramos pertinente, numa primeira fase, desenvolver um ponto prévio dedicado à génese do Programa, numa tentativa para um melhor entendimento de como este funciona e o como e o porquê do seu aparecimento, facilitando assim o seu posterior enquadramento nas cidades-alvo.

Assim, após o que foi considerado como um êxito a nível de Planeamento Estratégico na cidade de Lisboa, a saber, o planeamento e intervenções levados a cabo na chamada Expo 98, hoje Parque das Nações, a Administração Central, no seio de considerações que concluem que “Uma nova visão estratégica do ambiente e do ordenamento constitui uma das prioridades políticas da acção do Governo” que justificam “a adopção de medidas excepcionais em matéria de requalificação urbana e de valorização ambiental das cidades portuguesas”¹, o Programa Polis é criado com o intuito de replicar esse sucesso noutras cidades portuguesas do continente – note-se que as cidades insulares são excluídas do mesmo, dado que as Regiões Insulares são dotadas de autonomia própria, pelo que se percebe que não sejam enquadradas nos Orçamentos Regionais que são constituídos independentemente do Orçamento Geral de Estado. Ancorado às mencionadas medidas excepcionais, formaliza-se a criação do Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades. Passará a caber a este Programa desempenhar um papel mobilizador e potenciador de iniciativas que visem a qualificação urbanística e ambiental das cidades.

Nos três pontos que se seguem iremos considerar algumas dimensões do panorama da sociedade portuguesa que julgamos pertinentes a fim de enquadrarmos a implementação do Programa em cidades portuguesas.

1. Justificações e Antecedentes

Ao promulgar o Programa Polis, por Resolução de Conselho de Ministros, este surge apresentado num seguimento de justificações, por um lado, e, por outro, de antecedentes que, em conjunto, são conducentes à aplicação deste instrumentos.

¹ Presidência do Conselho de Ministros, RCM n.º 26/ 2000 de 15 de Maio.

Em primeiro lugar, e em traços gerais, justifica-se a sua necessidade pelo facto de a vida urbana se ter tornado a fonte de alguns dos principais problemas ambientais sentidos directamente pela população, especialmente no que diz respeito à ausência de espaços públicos de qualidade, à carência de zonas de lazer e ao aumento dos problemas de congestionamento de trânsito com a correspondente degradação da qualidade do ar e o aumento dos níveis de ruído.

Segundo, quanto aos antecedentes que conduzem à necessidade de um programa como o Polis, é reconhecido que durante as últimas décadas foram cometidos erros urbanísticos que, de uma forma, levaram à desvirtuação e pulverização dos centros históricos tradicionais e à pulverização das suas várias funcionalidades e, noutra medida, levaram à criação de bairros dormitórios na periferia das áreas metropolitanas onde a qualidade de vida é manifestamente insuficiente.

É, contudo, feita a ressalva de que o emergente Programa Polis não pode resolver todos os problemas, sendo o seu principal objectivo evidenciar através de intervenções exemplares e demonstrativas que não se deve desistir de trabalhar nos problemas das cidades e que é possível intervir e criar espaços de qualidade onde tem havido concomitantes abandono e degradação. Mais ainda, pois que apesar dos problemas e dificuldades sentidos por todos, muitos cidadãos gostam, e precisam, de viver em aglomerados urbanos que propiciam em muitos aspectos da vida quotidiana elevados níveis de conforto e constituem, inquestionavelmente, pólos de atracção e lazer. Acresce-se que numa sociedade crescente e globalizada, e em que o sector terciário da economia está ainda em fraca expansão, as cidades devem ser pólos essenciais do processo de desenvolvimento económico e social. Essa função de 'alavanca do desenvolvimento' não pode ser desempenhada pelas cidades que não possuam um ambiente de qualidade e níveis elevados de atractividade.

Não devemos esquecer que as cidades e as regiões metropolitanas são hoje as principais responsáveis por atrair investimento e constituem verdadeiras alavancas de um processo de desenvolvimento global. Desta forma, a requalificação urbana é relevante não somente para as próprias cidades, como para os seus habitantes e 'utentes', mas também como trave mestra de um modelo de desenvolvimento da sociedade como um todo. Estas são preocupações consagradas no Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES), nomeadamente na protecção e valorização ambiental do território, onde o ambiente urbano desempenha um papel de relevo.

2. Especificidades da Situação Portuguesa

Esta questão é essencial quando pensamos os moldes em que o Programa Polis intervém. De facto, as especificidades nacionais exigem um olhar atento às transformações por que Portugal tem passado, em especial ao longo das últimas duas, três décadas, ou se assim o preferirmos, sem que se evidenciem contra-sensos nem paradoxos, a partir das décadas de 60-70 do século passado. Essas transformações reflectem necessariamente as profundas mudanças da estrutura económica e social e são acompanhadas de fluxos migratórios muito significativos que têm obrigado a pensar sobre a importância estratégica e as funções dos vários aglomerados urbanos.

Compreende-se, então, que os problemas de requalificação urbana no país não se limitam à necessidade de uma gestão sustentável das cidades, indispensável à sua maturação e como alicerce na sua (re)definição (Castells, 1984 e 2006; Rémy, 1994; Soja, 2000; Hall, 2002; Sassen, 2006)², mas têm também uma dimensão estratégica que consiste em reinventar as cidades: redefinir o seu papel numa nova organização do território. Inclusivamente, as câmaras municipais estão fortemente motivadas para intervenções nas cidades que ultrapassem a mera construção de infra-estruturas básicas, tais como as que se relacionam com a água, os esgotos, e os resíduos, que têm naturalmente assumido um carácter prioritário.

Desta forma, um programa desta índole não pode deixar de dar resposta a uma nova geração de questões emergentes que, em si mesmas, reflectem uma nova cultura de exigência e ambição. Um programa de requalificação urbana não deve deixar de assumir, recorde-se, uma vertente correctora e pedagógica relativamente a erros urbanísticos cometidos no passado. Pese embora se coloquem cada vez mais questões às cidades numa época que alguns consideram ser a de uma Sociedade de Informação ou Sociedade do Conhecimento (eg, Castells, 2002 e 2003), consideramos que “(...) as cidades continuarão a polarizar a inovação, a criatividade, a cultura, o progresso social e a democracia.” (Fonseca Ferreira, 2005: 29).

A experiência da Expo 98 teve um impacte muito significativo em todo o país e veio contribuir para estabelecer um novo paradigma de qualidade do espaço urbano e de valorização das suas componentes ambientais. A experiência adquirida com a Expo 98 não se limita aos aspectos da qualidade urbanística e da criação de espaços de cultura e de lazer. É importante igualmente a experiência nos planos jurídico e institucional, nomeadamente no que diz respeito à realização de parcerias entre o Governo e as autarquias locais e à utilização de novos instrumentos de intervenção

² Quanto a esta questão de (re)definição de cidade, no seio da qual a inserimos, optámos por mencionar apenas alguns exemplos a título de reflexão, pois que nos encontramos num contexto tanto profícuo como difuso de autores e teorias.

urbanística. Esses instrumentos relevaram a sua eficácia e permitiram uma articulação harmoniosa entre os desígnios assumidos pelo Governo, a nível nacional, e as competências autárquicas que, obviamente não podem ser limitadas. Será correcto afirmar-se que o Programa Polis procura disseminar no país a experiência urbanística e organizacional que foi desenvolvida com reconhecido êxito da Expo 98.

Contudo, parece pertinente deixar alguma elencagem dos principais problemas das nossas cidades, onde as questões urbanística e ambiental se cruzam de forma quase indissociável, problemas muitos deles ligados a um ‘urbanismo expansivo’ que tem prevalecido no país. Então, muito incisivamente, listamos alguns deles apresentados por Félix Ribeiro (1999):

- Esvaziamento da função residencial dos centros históricos, que atravessam em muitos casos processos paralelos de terciarização, de desertificação, de abandono e degradação;
- Processo acelerado de degradação do património edificado, em vastas zonas do ‘casco’ urbano, nas periferias mais antigas e nos bairros sociais, associado à inexistência de estímulos de mercado à reabilitação urbana (eg, impacte das decisões tomadas há décadas quanto ao regime de arrendamento urbano, sem acautelar medidas de conservação dos imóveis);
- Intensificação das zonas suburbanas, muitas das vezes realizadas de forma caótica, desprovidas ou com deficiência de infra-estruturas técnicas e sociais e com fracas condições de vivência urbana;
- Segmentação etária do espaço da Grande Lisboa e do Grande Porto, com os ‘centros’ destas grandes áreas urbanas a envelhecerem acentuadamente, e as novas gerações a serem deslocadas para ‘coroas suburbanas’ cada vez mais distantes;
- Crescente congestionamento do trânsito associado, em boa parte, ao crescimento dos movimentos pendulares habitação/ emprego;
- Degradação acelerada da paisagem urbana, com destaque para a escassez de espaços verdes e de ‘espaços públicos’, atrofiados pela dinâmica de construção compacta, ou desvirtuados pelo uso crescente do transporte privado.

Ora, de modo a reforçar as ideias transmitidas através desta elencagem sugerida por Félix Ribeiro, devemos ter em conta outras afirmações síntese apresentadas, desta feita, por António Barreto. Para este autor, é possível tomarmos a década de 1960 como ponto de partida para um período de

acentuadas viragens na realidade portuguesa, pois que “mais ano, menos ano é a partir dessa altura que se desenham, de modo convergente e rápido, as profundas transformações sociais que, de maneira mais compassada, outros países europeus tinham experimentado no após-guerra (...)” (Barreto, 1996: 11). Através da análise de um número de indicadores sociais sobre questões chave da sociedade portuguesa, desde 1960 até 1995, António Barreto esclarece-nos sobre o nosso passado recente, complementando com a sua contribuição o ponto de situação dos antecedentes até aqui percorridos e afluídos. Antes de prosseguirmos, devemos elucidar que os indicadores observados pelo autor eram por si assim estabelecidos: População; saúde; educação; emprego e condições de trabalho; produto, rendimento e nível de vida; habitação, conforto e bem-estar; segurança social; cultura; justiça; contas nacionais e a função social do estado.

Realça o autor que Portugal, no seguimento do que sucedera noutros países da Europa, conhece, devido à sua industrialização e terciarização, uma significativa redução da sua população rural e agrícola, cujo resultado foi a intensificação de migrações dos campos para as cidades, uma diminuição das taxas de natalidade e mortalidade³, mas a ritmos bem mais acelerados que os seus congéneres europeus haviam tido. Os fluxos de migração para o estrangeiro, que tinham sido estancados nas primeiras décadas do século XX, movimentam pessoas e mão-de-obra para fora do país, em particular para França e outros países europeus⁴, gerando fortes desequilíbrios no nosso tecido societal, constituindo-se o que Barreto designa por um princípio da desertificação demográfica de vastas áreas de Portugal. Dado o facto de esta emigração ser para 'mais perto', não eram singulares os contactos relativamente contínuos⁵ entre 'os que partiam' e 'os que cá ficavam', fenómeno que amiúde provocava algumas fricções sociais e também culturais. Quanto às migrações internas, estas estabeleciam-se através de movimentos demográficos dirigidos às cidades, porém com irrefutável primazia às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. A habitação nas cidades que havia começado a conhecer ainda durante o período do Estado Novo, particularmente no Porto e em Lisboa, novos contornos para os que não tinham capital económico, cuja carência os impedia da aquisição de propriedade, eg, na forma de casas de habitação social em bairros económicos (Baptista, 1999), conduziu igualmente para que o retrato do Portugal profundo no decorrer dos anos da década de 1970 indicasse ele próprio o

³ Infantil inclusa, facto que tem uma relevância determinante, como veremos adiante, no envelhecimento da população.

⁴ É de notar neste ponto que as migrações para o estrangeiro, especificamente durante períodos do século XIX, ocorriam para países americanos, especialmente para o Brasil, tendência que se inverte a favor da Europa, crescendo-se ainda que em número muito significativamente superior.

⁵ Realmente, esta emigração de 'proximidade' alimentava mais ainda a ideia de regresso à pátria-mãe, sendo que muitos emigrantes inclusivamente adquiriam terras e propriedades nos seus locais de origem onde também passavam férias com os seus familiares e conterrâneos cá deixados (Barreto, 1996; Policarpo Lopes, 1999).

enraizamento da vida no seio das cidades: as áreas onde as vivências assentavam na agricultura de subsistência e de auto-consumo viam-se esvaziadas, obtendo níveis de significância praticamente residuais. Considerando as décadas de 1970 a 1990, poder-se-á asserir que em Portugal os fenómenos sociais na transformação da estrutura da sociedade (industrialização, terciarização – mais do que o sector secundário, este sector superou os restante, especialmente nas áreas da administração, comércio e turismo –, divisão do trabalho social, êxodo rural, investimentos ao nível da educação formal secundária e superior, etc.) aconteceram num célere e complexo processo que, pela restante Europa ocidental, terá demorado entre quarenta a cinquenta anos. Neste período de vinte anos, Barreto (1996: 21) destaca uma época de transição revolucionária que data desde a Revolução de Abril até à entrada de Portugal na então Comunidade Económica Europeia (CEE), outro ponto de viragem decisivo na evolução da sociedade portuguesa.

Nos anos de 1990 à actualidade Portugal foi palco de muitas outras viragens que se fizeram sentir na sua paisagem. Em primeiro lugar, passamos de um país 'exportador' de emigrantes para um país receptor de imigrantes provindos, numa primeira fase, de países de língua oficial portuguesa, Brasil e ex-colónias do continente africano, e, numa segunda vaga, de países do ex-bloco soviético, como ucranianos, moldavos, russos, etc. Estes novos habitantes, particularmente na demanda de um capital económico francamente superior àquele que auferiam nos países de origem, mas também procurando padrões de qualidade de vida a que não estavam contemplados, estabelecem-se com inegável protagonismo nos centros urbanos, sendo Lisboa e Porto as primeiras áreas de referência sem que, todavia, se tenham vindo gradualmente e menos vigorosamente a estabelecer noutras áreas urbanas. As cidades são o palco que, por excelência, permite acolher com menor resistência societal todo o estrangeiro⁶, pois que, mais não seja, permite a sua circulação num regime mais pautado pelo anonimato o que, se bem que, parece-nos óbvio, não a anule, atenua a estigmatização social e grupal dos indivíduos 'estranhos'. A transformação ao nível do 'conteúdo' das cidades, é sabido, parte sempre e inevitavelmente de processos complexos. Assim, o exemplo agora fornecido não deve ser considerado isoladamente. Avancemos, porém, com outros mais exemplos que prestaram o seu serviço na transformação das cidades sem que, o que seria impossível de realizar num projecto desta dimensão, se perca de vista que serão apenas indicadores exemplificativos e em nada exaustivos daquilo que, recorrentemente, tem motivado transformações no tecido social português, em particular na malha urbana das nossas urbes. Prosseguindo, então, de outro modo, a ramificação de estruturas de acesso

⁶ Estrangeiro não só na acepção mais limítrofe do termo, mas numa acepção simmeliana efectivamente mais ampla do conceito colocado em questão (Simmel, 2004: 133-141).

rodoviário, de que não nos podemos apartar dado o seu crescimento sem precedentes, colocando o enfoque no crescendo fenómeno das auto-estradas, vias sem custos para o utilizador (SCUT), itinerários principais e complementares, uniram, mesmo que ainda longe do desejável, em rede os diferentes centros urbanos promovendo melhorias nas condições de transporte, onde antes as acessibilidades deficientes empecavam a comunicação física entre eles, fosse ela privada ou de cariz empresarial e comercial.

Já nos meados e final da década de 1990 outro factor de transformação social, desta feita intimamente ligado às novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), inicia o processo que veria o seu incrustar na década seguinte: a internet (Castells, 2004). Solidamente estabelecida, é um fenómeno que tem vindo a ganhar não só em cada vez mais adeptos, sejam actores sociais individuais ou colectivos, mas como também em capacidade de oferta, qualidade e quantidade de serviços, ferramenta indispensável à maior parte do tecido empresarial, para não sugerir uma antecipada convicção de totalidade ou de quase plenitude, que revolucionou a organização e celeridade das comunicações. Esta nova sociedade em rede cresceu em moldes tão espantosos que surgiram inclusivamente os arautos do fim das cidades sendo de se tornava, no seu entender e como pedra basilar das suas teorias, obsoleta a deslocação física dos actores ou, mais modestamente, o decréscimo significativo da presença física devido à não mais necessária deslocação física de uma boa fatia de actores sociais. Contudo, tal realidade não veio a acontecer: podemos inclusivamente asseverar que foram as cidades que saíram reforçadas na sua posição de ponto privilegiado da interacção social. É inegável que o advento da internet penetrou com facilidade num tecido que só parecia permeável à sua acção. Se o virtual conquistou o seu 'espaço', não obistou, porém, à carência indiscutível do plano físico onde acontece a vivência humana: o espaço. Soja (ano: páginas) contribui para o esclarecimento, ainda que indirecto, da relevância do espaço na realidade vivida aquando da valoração que lhe atribui perante outro factor que é o da temporalidade. Espaços, temporalidades e virtual convivem hoje simbioticamente, não se substituindo mas complementado-se mutuamente. Antes de concluirmos este ponto e de partirmos para o seguinte, sintetizamos o que temos mencionado neste ponto numa breve e sumária conclusão: se é verdade que as vivências se modificam e alteram, se os retratos aqui apresentados o corroboram, cremos porém que cabe à cidade o árduo papel e tarefa de se reinventar, acontecendo todavia que já não lhe é novidade. Compreendemos com este esquisso de abordagem à realidade portuguesa que a cidade é um local de inovação e de transformação social por excelência, capaz de uma mutabilidade, inapelável negá-lo, baseada, simplificando, na polivalência e flexibilidade que as acompanha desde os seus primórdios, primórdios esses que não importa aqui escarpelizar.

Acompanhemos agora no ponto seguinte outro esquisso da nossa sociedade, desta feita quanto à evolução da sua caracterização sócio-demográfica.

3. Evolução da Caracterização Sócio-Demográfica

Sintetizando as particularidades do caso português, podemos constatar através da observação dos seguintes elementos estatísticos a evolução da realidade sócio-demográfica portuguesa em números.

Os gráficos 1 a 5 representam a evolução da população portuguesa desde 1960 até 2001, data dos últimos estudos censitários da nossa população. Numa perspectiva de gráfico piramidal, acompanhamos a dispersão da população, divida pelo género, ao longo de faixas etárias agrupadas em intervalos de cinco anos até aos 85 ou mais anos de 1960 a 1981 inclusivé e dos zero aos 90 ou mais anos a partir de 1991, facto que se justifica pela maior longevidade dos indivíduos ou pelo crescente número de habitantes com 90 ou mais anos que assim conquistaram já a sua representatividade e lugar nas pirâmides etárias da distribuição da população.

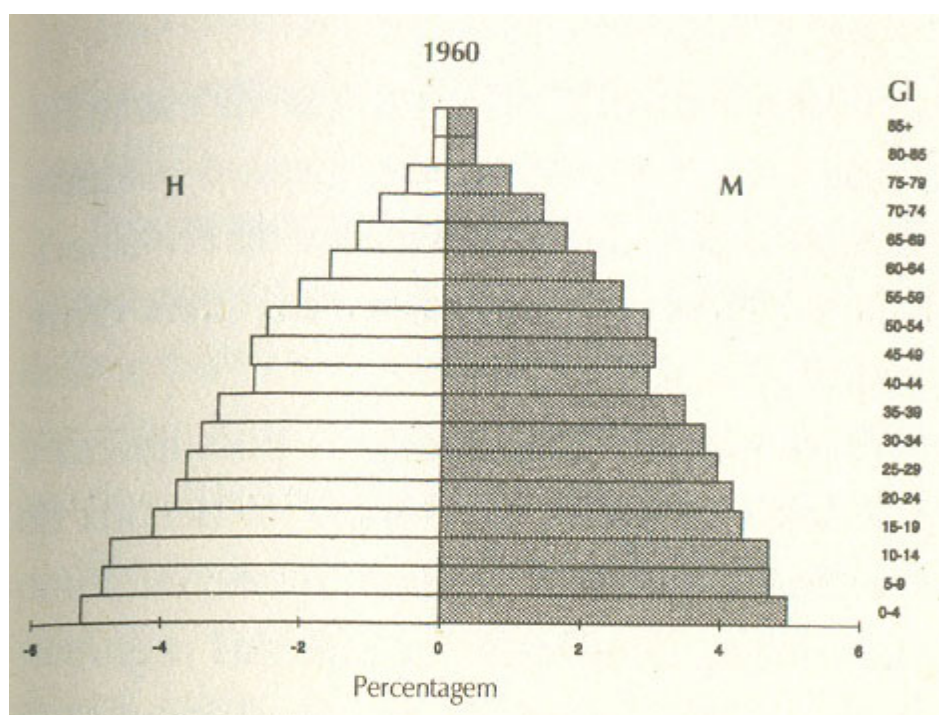


Gráfico 1
Pirâmide da População Portuguesa Residente (Estimativa a 20%) – 1960
Fonte: INE, X Recenseamentos Gerais da População

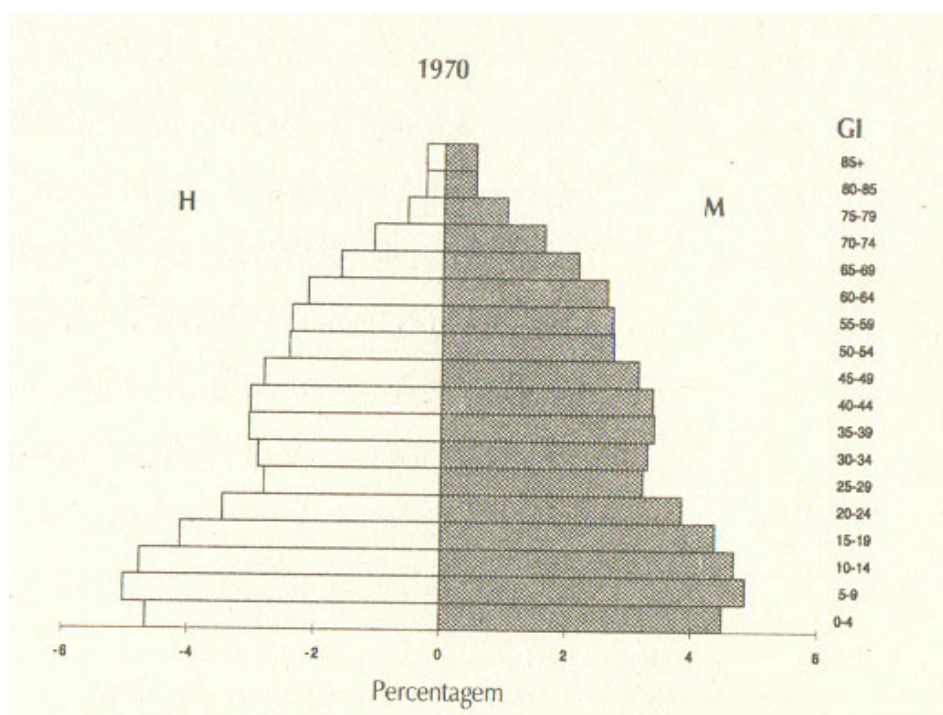


Gráfico 2

Pirâmide da População Portuguesa Residente (Estimativa a 20%) – 1970
Fonte: INE, XI Recenseamentos Gerais da População

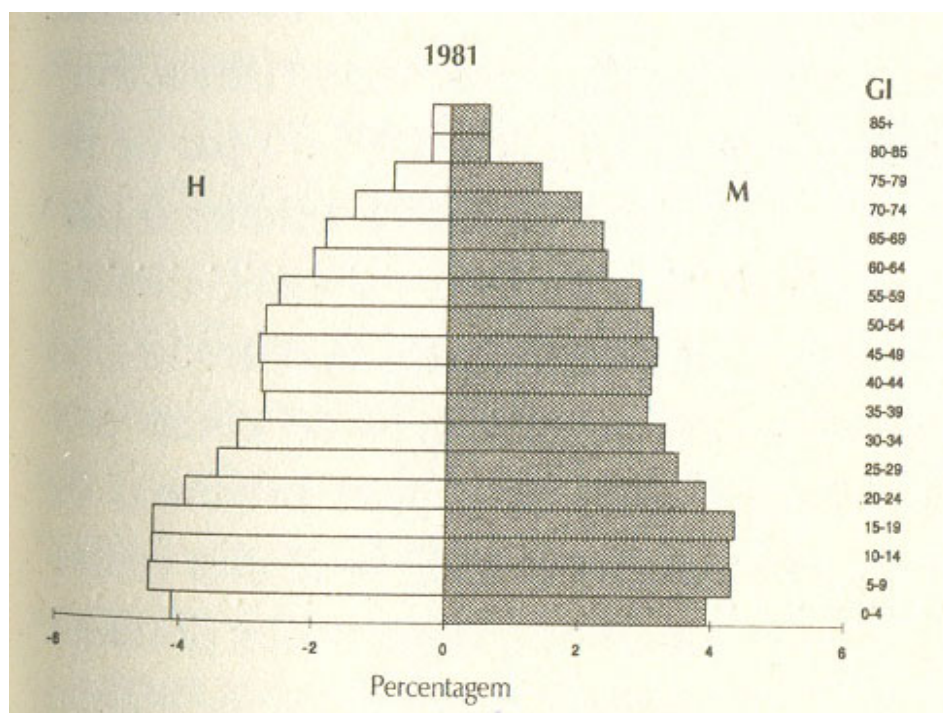


Gráfico 3

Pirâmide da População Portuguesa Residente – 1981
Fonte: INE, XII Recenseamentos Gerais da População⁷

⁷ Gráficos números 1, 2 e 3, fonte INE citado em Maria João Rosa (Rosa, 1996: 11).

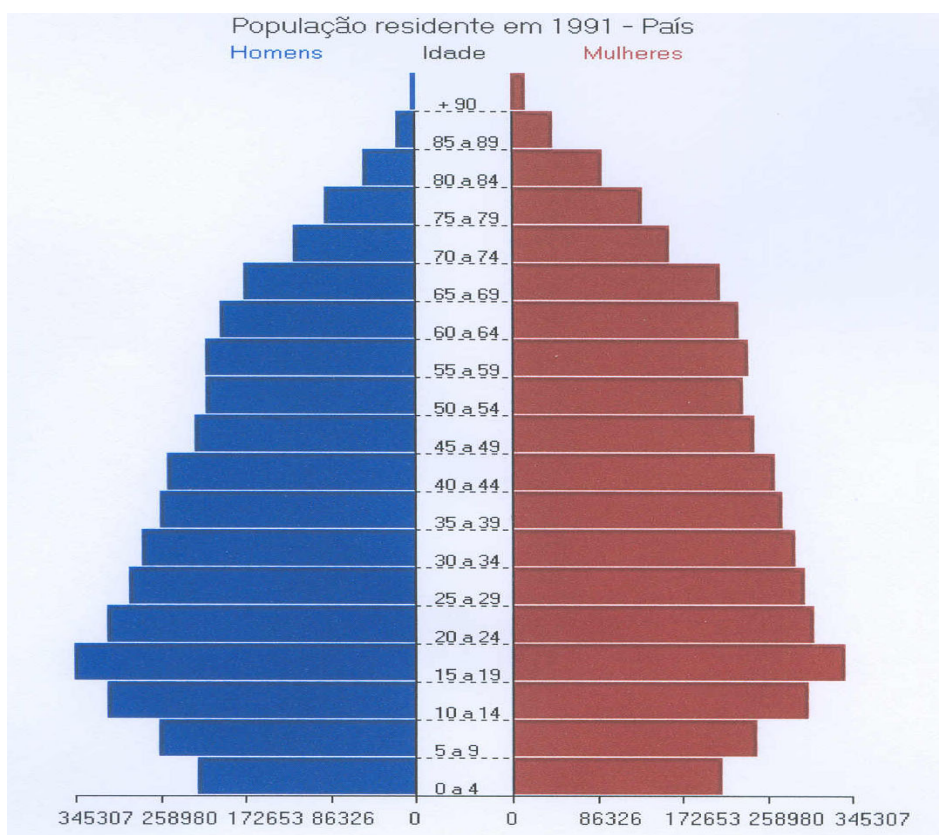


Gráfico 4

Pirâmide da População Portuguesa Residente – 1991

Fonte: INE, Censos 2001. Dados Comparativos 1991-2001

Verifica-se que entre 1960 e 2001 as pirâmides de idades que representam a realidade portuguesa são alvo de alterações significativas e dignas de registar, ainda que o façamos num breve comentário. No gráfico 1 visualizamos uma pirâmide ao estilo clássico, significando que esta se afunila quase em perfeição consoante se avança para um grupo de idades superior, ou seja da base para o topo. O gráfico 2, referente a 1970, apresenta uma visualização algo semelhante, embora seja já possível notar uma maior representatividade dos grupos que ocupam posições intermédias no gráfico face às demais, começando a quebrar a hegemonia da pirâmide em acento circunflexo. Em 1980 deparamo-nos com um cenário quase semelhante mas, se atentarmos com a devida atenção, conseguimos já evidenciar um decréscimo acentuado nas primeiras idades, isto é, ao nível da base da pirâmide, reflectindo a sua perda percentual relativa à de grupos compostos por idades mais avançadas. Diríamos que se trata de uma pirâmide de transição ao observarmos as duas seguintes. As pirâmides etárias de 1991 e 2001 reflectem assim uma constituição piramidal em forma de urna, conforme sugere Manuel Nazareth (2004: 109-112), facto que se torna bastante mais evidente no ano de 2001. Segundo o autor, as pirâmides de idades que denominámos clássicas ou em acento circunflexo são típicas dos “países

em desenvolvimento, do Antigo Regime ou das sociedades tradicionais” (Nazareth, 2004: 109),

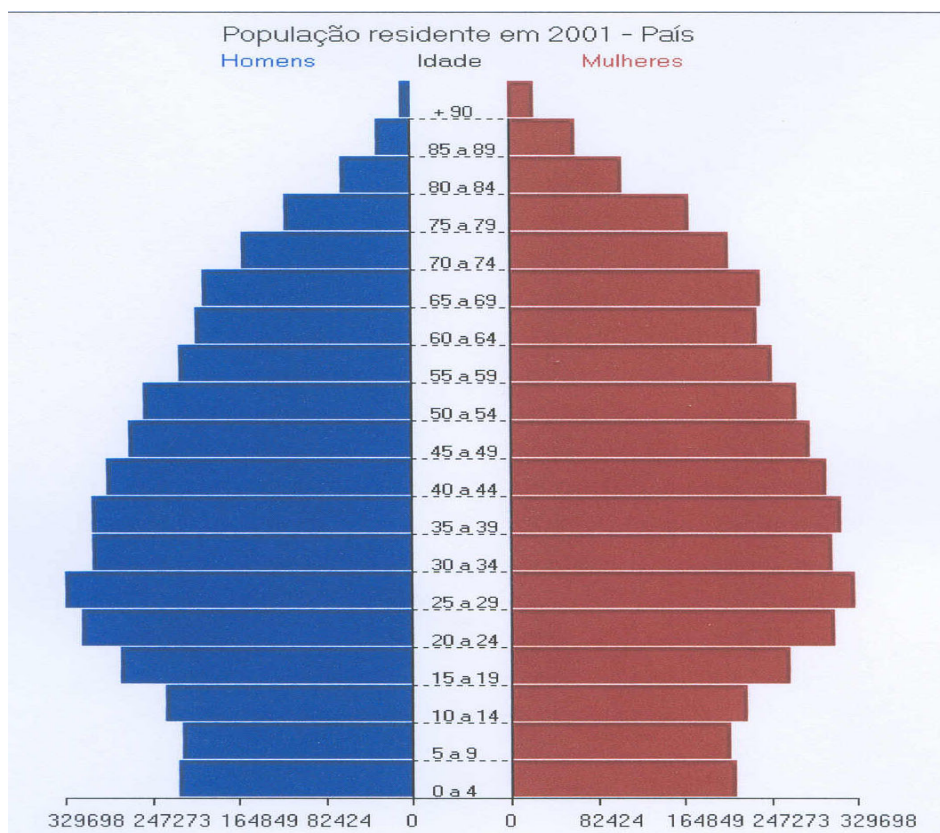


Gráfico 5

Pirâmide da População Residente – 2001

Fonte: INE, Censos 2001. Dados Comparativos 1991-2001

por contraste com as pirâmides em urna que afirma serem pirâmides típicas “dos países desenvolvidos que se encontram na última fase da transição demográfica” (Nazareth, 2004: 110). Caracterizando esta dualidade de pirâmides apresentada, e prosseguindo em coerência com o autor, é-nos permitido asserir que ambas se distinguem porque uma, aquela determinada em acento circunflexo, descreve uma circunstância em que ambas natalidade e mortalidade se demonstram bastante elevadas formatando com uma base muito larga e topo estreito a pirâmide, significando uma proporção elevada de jovens versus uma proporção diminuta de indivíduos mais idosos; a outra, determinada por forma tipo urna, esclarece circunstâncias em que os níveis quer de natalidade quer de mortalidade são consideravelmente mais reduzidos formatando a pirâmide com base marcadamente mais estreita e com o topo indiscutivelmente mais ampliado, significando proporções de jovens menores e mais restritas versus proporções superiores ao nível de indivíduos mais idosos.

Aflorems agora a evolução em números absolutos da população portuguesa entre os anos de

2002 e de 2007, desagregando as unidades territoriais desde o país até ao concelho.

Observando os quadros 1 a 3, segundo o Instituto Nacional de Estatística a população em Portugal terá crescido 2,02% só entre 2002 e 2007, redundando num total de mais 210.110 habitantes neste período.

Unidade Geográfica	Estimativa da População Residente 2002-2007					
	N.º Habitantes					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
País	10.407.465	10.474.685	10.529.255	10.569.592	10.599.095	10.617.575
Continente	9.927.441	9.991.654	10.043.763	10.082.154	10.110.271	10.126.880
Covilhã (CC)	53.787	53.663	53.501	53.225	52.946	52.553
Marinha Grande (CC)	37.419	36.270	38.030	38.248	38.428	38.533
Sintra (CC)	387.479	398.992	409.482	419.382	428.470	437.471

Quadro 1

Estimativa da População Residente 2002-2007 – N.º Habitantes por Unidade Geográfica

Fonte: INE, O País em Números 1991-2006 e Estatísticas Territoriais

Grupos Etários (ciclos de vida)	Estimativa da População Residente 2006			
	N.º Habitantes			
	0 – 14 anos	15 – 24 anos	25 – 64 anos	65 ou + anos
País	1.637.637	1.265.531	5.867.310	1.828.617
Continente	1.546.450	1.191.875	5.605.801	1.766.145
Covilhã (CC)	6.751	6.102	29.295	10.798
Marinha Grande (CC)	5.819	3.920	22.003	6.686
Sintra (CC)	78.208	46.602	248.693	54.967

Quadro 2

Estimativa da População Residente 2006 – N.º Habitantes por Unidade Geográfica e Grupos Etários (ciclos de vida)

Fonte: INE, O País em Números 1991-2006

Grupos Etários (ciclos de vida)	Estimativa da População Residente 2007			
	N.º Habitantes			
	0 – 14 anos	15 – 24 anos	25 – 64 anos	65 ou + anos
País	1.628.852	1.236.004	5.902.888	1.849.831
Continente	1.538.369	1.163.561	5.637.606	1.787.344
Covilhã (CC)	6.630	5.858	29.240	10.825
Marinha Grande (CC)	5.815	3.826	22.051	6.841
Sintra (CC)	79.353	47.348	253.107	57.663

Quadro 3

Estimativa da População Residente 2007 – N.º Habitantes por Unidade Geográfica e Grupos Etários (ciclos de vida)

Fonte: INE, Estatísticas Territoriais

Ao examinar estes três quadros podemos igualmente constatar que apenas o concelho da Covilhã manteve um crescimento populacional inverso quer perante a realidade do país, quer perante a realidade continental. De facto, no concelho da Covilhã verifica-se um crescimento que é em constância, ie, anualmente, negativo desde 2002 até 2007 (Quadro 1). Este crescimento negativo na Covilhã é reiterado na análise comparativa entre os grupos etários, considerados por ciclo de vida, do ano de 2006 (Quadro 2) para 2007 (Quadro 3), verificando-se um decréscimo populacional em todos eles excepto no grupo dos 65 ou + anos, respectivamente de menos 121 (1,79 %) indivíduos no grupo dos 0-14 anos, menos 244 (4,00 %) indivíduos no grupo dos 15-24 anos, menos 55 (0,19 %) no grupo dos 25-64 anos e, finalmente, de mais 27 (0,25 %), sendo que esta ênfase positiva no grupo dos 65 ou + anos indicia, a par do decréscimo geral e do do grupo dos 15-24 em particular, um envelhecimento da sua população que, ao nível do panorama global, perde 393 (0,74 %) indivíduos no curto decorrer do espaço de um ano.

Por seu turno, os concelhos de Sintra – a que pertence a cidade do Cacém e cuja dinâmica populacional não diferirá significativamente dos dados recolhidos e obtidos ao nível do concelho – e da Marinha Grande acompanham a lógica de crescimento populacional do país, pese embora o facto de apenas o concelho de Sintra ser o único dos dois a apresentar um crescimento positivo em ambos os grupos etários por ciclo de vida e da Marinha Grande apresentar saldos positivos somente nos dois últimos (25-64 anos e dos 65 ou + anos), imitando o comportamento do país e do continente como

veremos adiante. Assim, no primeiro grupo, 0-14 anos, Sintra e Marinha Grande apresentam um crescimento de mais 1.145 (1,46 %) e de menos 4 (0,07 %) indivíduos, no segundo grupo, 15-24 anos, de mais 746 (1,60 %) e de menos 94 (2,40 %) indivíduos, no terceiro grupo, 25-64 anos, de mais 4.414 (1,77 %) e de mais 48 (0,22 %) indivíduos e, finalizando, no quarto grupo, 65 ou + anos, de mais 2.696 (4,90 %) e de mais 155 (2,32 %) indivíduos, sendo que o crescimento positivo com maiores valores se encontra nos dois grupos finais, indiciando igualmente o envelhecimento da população.

Finalizando com os valores referentes ao país e ao continente na relação de crescimento do ano de 2006 para o de 2007 (0-14 anos: -8.785 [-0,54 %]/ -8.081 [0,53 %]; 15-24 anos: -29.527 [-2,33 %]/ -28.314 [-2,38 %]; 25-64 anos: 35.578 [0,61 %]/ 31805 [0,57 %]; 65 ou + anos: 21.214 [1,16 %]/ 21.199 [1,20 %]; população total: 18.480 [0,17 %]/ 16.609 [0,16 %]), podemos concluir no sentido da informação que as pirâmides de idades de 1991 e em particular a de 2001 já nos instruía, isto é, de que a população em Portugal tem cumprido a sua tendência para aumentar em termos absolutos, mas mais ainda confirmando o que estava inerente quanto ao envelhecimento da mesma. O concelho da Covilhã é o único que se afasta da realidade portuguesa e continental quanto a um crescimento positivo, contudo confirmando o seu envelhecimento. Já os concelhos de Sintra e da Marinha Grande, para além dos resultados apresentados concluírem de igual maneira no respeitante ao envelhecimento da população, apontam no sentido de um crescimento populacional genericamente com saldo positivo, embora Sintra apresente um desvio por não ser tão notório o seu envelhecimento. Todavia, será tão imperativo quanto indispensável revelar que esse crescimento muito deve ao número de cidadãos estrangeiros que requereram termo de residência em Portugal e que perfazem, no somatório dos três concelhos, 1.143 indivíduos, como explicitamos no quadro que se segue e a cujos dados somente nos foi possível aceder àqueles que concernem ao ano de 2006.

Unidade Geográfica	População Estrangeira Que Solicitou Estatuto de Residente (N.º) – 2006
Covilhã (CC)	98
Marinha Grande (CC)	411
Sintra (CC)	634

Quadro 4
População Estrangeira que Solicitou Estatuto de Residente (N.º) – 2006
Fonte: INE, Estatísticas Territoriais

CAPÍTULO II

OBJECTIVOS E PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO PROGRAMA POLIS

O principal objectivo do Programa Polis consiste em melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, potenciando a atractividade e competitividade de pólos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional.

A intenção do Programa Polis seria a de desenvolver um conjunto de intervenções consideradas exemplares, com base em parcerias, especialmente entre o Governo e as câmaras municipais, que possam servir de referência para outras acções a desenvolver pelas autarquias locais. Complementarmente serão apoiadas outras iniciativas locais com mérito, de um ponto de vista urbanístico e ambiental.

O Programa Polis elege as iniciativas a apoiar centradas em torno de quatro desígnios estratégicos e emblemáticos:

. Cidades Verdes – cidades que para além de resolverem os seus problemas de infra-estruturação ambiental básica ousam atribuir ao ambiente um papel essencial no processo de requalificação urbana, nomeadamente através do reordenamento do trânsito e da criação de novas formas de mobilidade, da criação de espaços públicos de qualidade, da valorização de ‘âncoras’ ambientais, como linhas de água ou frentes de mar; destas cidades exige-se ainda que caminhem no sentido de uma gestão ambiental exemplar, dentro de uma lógica de sustentabilidade que minimize a sua ‘pegada ecológica’.

. Cidades Digitais – cidades que não se limitam a dispor de bons serviços de comunicação digital, mas onde também se fomenta a cultura da sua utilização para todos os fins, por exemplo, comerciais, escolares, culturais, lúdicos e de participação cívica; abre-se assim caminho para favorecer a sua inserção e a dos seus habitantes num espaço mais ‘desterritorializado’, onde as periferias se tornam menos gravosas e que seja mais consentâneo com os novos desafios das sociedades modernas.

. Cidades do Conhecimento e do Entretenimento – cidades dotadas de infra-estruturas científicas e tecnológicas, de espaços culturais e de aprendizagem artística, de infra-estruturas de diversão, para além de estabelecimentos de ensino a todos os níveis capazes de atrair, formar e fixar uma população jovem e apetrechada para dar um novo fôlego à vida económica e cultural destas

cidades; o conhecimento e o entretenimento estão nas fronteiras de uma economia em que as cidades portuguesas se têm de posicionar como pólos de criação e de aglutinação.

. Cidades Intergeracionais – cidades que têm a preocupação de evitar a segmentação espacial do tecido urbano por grupos etários ou sociais, recentrando a vida da urbe, atribuindo novas funcionalidades aos centros históricos e promovendo a requalificação urbana e a reabilitação habitacional dos ‘cascos históricos’ de forma a reabri-los às novas gerações; a riqueza e diversidade da vida urbana precisam basear-se no ‘interclassismo’, no ‘interculturalismo’ e na ‘intergeracionalidade’, de forma a promover a coexistência e o entrosamento de diferentes estilos de vida no espaço urbano.

Componentes e Linhas de Intervenção

O Programa Polis, após a sua aprovação, foi estruturado de acordo com as componentes e linhas de intervenção que se seguem.

Componente 1 – Operações Integradas da Requalificação Urbana e Valorização Ambiental:

- Linha 1 – Intervenções identificadas pela sua relevância e natureza exemplar;
- Linha 2 – Outras intervenções a identificar.

Componente 2 – Intervenções em Cidades com Áreas Classificadas como Património Mundial

Componente 3 – Valorização Urbanística e Ambiental em Áreas de Realojamento

Componente 4 – Medidas Complementares para Melhorar as Condições Urbanísticas e Ambientais das Cidades

- Linha 1 – Apoio a novas formas de mobilidade no espaço urbano;
- Linha 2 – Apoio à instalação de sistemas de monitorização e gestão ambiental;
- Linha 3 – Apoio à valorização urbanística e ambiental na envolvente de estabelecimentos de ensino;
- Linha 4 – Apoio a acções de sensibilização e educação ambiental no espaço urbano;
- Linha 5 – Apoio a outras acções com impacto positivo na qualidade da vida urbana.

CAPÍTULO III

Síntese do Objectivo Principal e Objectivos Específicos do Programa Polis em Portugal

1. Objectivo Principal

Como já foi mencionado, o principal objectivo do Programa Polis assenta na prossecução de intervenções com a finalidade de melhorar a qualidade de vida nas cidades, intervenções essas aplicáveis nas vertentes urbanística e ambiental, cujas metas se alcançariam melhorando a atractividade e competitividade de pólos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional. Essas intervenções pretendem ser medidas exemplares, com base em parcerias, particularmente entre o Governo e as câmaras municipais, que futuramente sirvam de referência para outras acções a desenvolver pelas autarquias locais. Passemos, portanto, aos principais objectivos específicos subjacentes ao Programa Polis.

2. Objectivos Específicos

- Desenvolver grandes operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente ambiental;
- Desenvolver acções que contribuam para a requalificação e revitalização de centros urbanos, que promovam a multifuncionalidade desses centros e que reforcem o seu papel na região em que se inserem;
- Apoiar outras acções de requalificação que permitam melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais estruturantes, tais como frentes de rio ou de costa;
- Apoiar iniciativas que visem aumentar as zonas verdes, promover áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em centros urbanos.

O Programa Polis não permitirá concretizar sempre a totalidade dos desígnios referidos nos «Objectivos e Princípios Orientadores» (ver Cidades Verdes, Cidades Digitais, Cidades do Conhecimento e do Entretenimento e Cidades Intergeracionais) nem resolver todos os problemas

mencionados em «Justificações e Antecedentes» e «Especificidades da Situação Portuguesa», pontos presentes no Capítulo II. Na verdade, a resolução de muitos desses problemas extravasa o âmbito do Programa e remete para uma grande diversidade de políticas sectoriais ou prende-se com aspectos de gestão autárquica. Julga-se contudo, e esta será a sua maior mais-valia, que o Programa Polis poderá de facto dar um contributo para a solução de alguns desses problemas, quer pelas acções que se propõe desenvolver, quer pela importância demonstrativa e paradigmática de muitas dessas acções.

CAPÍTULO IV

PROPOSTAS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL DAS CIDADES:

As cidades do Cacém, Covilhã e Marinha Grande

Após termos introduzido algumas especificidades relativas à realidade portuguesa em geral, convém, neste capítulo, introduzir uma semelhante tipologia de caracterização direccionada, desta feita, apenas às cidades que pretendemos considerar no nosso estudo. Assim, antes de focalizarmos a nossa atenção perante as propostas Polis relativamente a cada uma delas, iremos em primeira instância determo-nos numa apresentação sócio-demográfica e logo de seguida, numa segunda instância, atentaremos às propostas que no âmbito do Polis surgem em cena como motor à sua prossecução.

a). Apresentação Sócio-Demográfica da Realidade das Cidades

1. Cacém

Designada comumente por Cacém, a nomenclatura que lhe é atribuída oficialmente é a de Agualva-Cacém. A fim de precaver uma replicação terminológica, trataremos a cidade de Agualva-Cacém pela sua representação mais comum e genericamente aceite – ao referirmo-nos ao Cacém referirmo-nos-emos à cidade, redigindo freguesia do Cacém sempre que necessário aludirmos a essa freguesia que também compõe a cidade –, portanto, o Cacém é a única cidade contemplada nesta investigação a não ser sede de concelho. De facto, esta pertence administrativamente ao município da Vila de Sintra⁸. Conta com apenas quatro freguesias, constituindo-se designadamente pelas freguesias de Agualva, Cacém, Mira-Sintra e São Marcos. A importância desta cidade é cimeira não apenas à Região (NUT2) a que está alocada, Lisboa e Vale do Tejo, como também perante a realidade nacional: em 2001, segundo os censos do Instituto Nacional de Estatística, nela residiam 81.845 habitantes (ver igualmente Quadro 5, abaixo), ocupando no ranking das cidades portuguesas a décima posição⁹.

⁸ Explique-se que Sintra em termos de divisão administrativa do território é apenas vila e não cidade por motivos que a singularizam em termos de identidade histórica e sócio-cultural, quer a nível local, regional e quer ainda nacional, motivos estes que têm bastado para que esta vila não tenha sido elevada à categoria de cidade. Ao concelho de Sintra pertence igualmente a cidade de Queluz.

⁹ Embora se tenha deixado de início a atenção de que nos iríamos dirigir neste estudo apenas ao Continente, estes dados do INE contabilizam também a realidade Insular. Sempre que os dados utilizados ao longo da investigação contemplarem ambas as realidades será feita uma anotação. Em contrário, tratamos exclusivamente de Portugal Continental, vistas as premissas do Programa Polis anteriormente mencionadas.

Presentemente estima-se que no Cacém residam cerca de 90 mil habitantes¹⁰, numa que é das cidades mais densamente habitadas do país.

Unidade Geográfica	Estimativa da População Residente – 2001 N.º Habitantes
Cacém (Cidade)	81.845

Quadro 5

Estimativa da População Residente – 2001 N.º Habitantes Cidade do Cacém

Fonte: INE, O País em Números 2004 versão 2.0

A nível da sua malha urbana esta cidade é conhecida e reconhecida como um caos urbano, ideia que é reforçada por um crescimento não planeado que ajuda a saturar mais ainda as já deficientes condições conjuntas de circulação viária e pedonal. A nível viário a sua rede é abstrusa e difícil de perceber, manifestamente insuficiente na sua precariedade qualitativa oferecendo àqueles que usufruem da cidade um tráfego intenso e estrangulado nas suas principais vias, incluindo os acessos para dentro e para fora da cidade via IC19. A ausência de espaços para cargas e descargas comerciais concorrem igualmente para esse estrangulamento da rede viária, dada a utilização da mesma no dito estacionamento de segunda fila. Já a circulação pedonal encontra dificuldades de relevo num dos principais pontos de interface de transporte público de que está dotada: o comboio, particularmente no traçado da denominada linha de Sintra, ainda que suporte também a linha do Oeste. Para além de outros factores, como os dos enormes fluxos de passageiros a utilizar a estação, destaca-se a existência de saída para vias rodoviárias não dotadas de equipamento de circulação pedonal básico, provocando que o peão use estradas de circulação rodoviária contínua sem passeio; na existência deste equipamento básico, o passeio, não poucas vezes este se encontra entravado por automóveis estacionados.

Acrescendo a esta falta de rigor que se repercute nas circulações viárias e pedonais, destacam-se de igual modo o edificado em áreas inundáveis e uma forte carência de espaços verdes, concedendo a uma cidade já por si carregada de diversos problemas uma imagem cinzenta e inapetecível. Caberá ao Programa, sugere a CacémPolis, requalificar e recuperar a vivência e a imagem da cidade dentro das possibilidades das suas intervenções.

¹⁰ Fonte: Testemunho privilegiado da CacémPolis.

2. Covilhã

A cidade da Covilhã é uma cidade que se pode considerar, no seio da sociedade portuguesa, como uma cidade de dimensões médias. Ocupava em 2001, segundo os dados censitários do INE, a 28.^a posição no ranking populacional das cidades portuguesas com 34.772 residentes. É uma cidade localizada no centro-interior de Portugal, NUT3 Cova da Beira, a poucos quilómetros de Espanha. A Covilhã é igualmente sede de concelho, acolhendo assim um total de 31 freguesias, sendo apenas quatro destas consideradas freguesias urbanas. As suas freguesias são, então, as de Aldeia de São Francisco de Assis, Aldeia do Souto, Barco, Boidobra, Canhoso, Cantar Galo, Casegas, Conceição (freguesia urbana), Cortes do Meio, Coutada, Dominguiso, Erada, Ferro, Orjais, Ourondo, Paul, Peraboa, Peso, São Jorge da Beira, São Martinho (freguesia urbana), São Pedro (freguesia urbana), Santa Maria (freguesia urbana), Sarzedo, Sobral de São Miguel, Teixoso, Tortosendo, Unhais da Serra, Vale Formoso, Vales do Rio, Verdelhos e, por fim, Vila do Carvalho.

Unidade Geográfica	Estimativa da População Residente – 2005 N.º Habitantes
Covilhã (Cidade)	34.772

Quadro 6

Estimativa da População Residente – 2005 N.º Habitantes Cidade da Covilhã
Fonte: INE, Estatísticas Territoriais

Esta cidade do interior é tipicamente uma cidade de encosta cujo desenvolvimento se deve em primeira instância à sua histórica relação com a indústria dos lanifícios, o que lhe atribuiu ainda hoje a manifesta identidade de centro da indústria têxtil do país. É de destacar nesta cidade, pautada por uma forte interioridade, estar nela implantada a Universidade da Beira Interior que lhe confere novos traços identitários característicos, associáveis a uma sociedade voltada para a chamada Era da Informação ou do Conhecimento, ou seja, da Sociedade Global que tipifica as sociedades ditas mais avançadas. Contudo, a própria emergência da Universidade prende-se a fundamentos tradicionalistas, não surpreendendo que a sua primeira licenciatura tivesse sido ancorada aos têxteis, nomeadamente mediante a criação do curso de Engenharia Têxtil que trilha, naturalmente, pelos passos percorridos pelo seu antecessor Instituto Politécnico¹¹. Por outro lado, o turismo, numa relação mais sazonal, ocupa

¹¹ As suas fundações, do Politécnico, primeiro, e da UBI, em sequência, datam respectivamente dos anos de 1973 e 1986 (Vaz, 2004: 23).

um papel de relevo na cidade, dada a sua proximidade aos recintos turísticos de lazer¹² da Serra da Estrela que participam assim, quer turismo, quer serra, com importante contributo à construção identitária covilhanense.

Porém, a morfologia bastante particular da Covilhã traz consigo implicações determinantes quanto à deslocação dos actores que usufruem da cidade. É, de facto, uma cidade difícil no que respeita às deslocações rodoviária e pedonal. A sua morfologia sinuosa e assimétrica, de desnivelamento constante, exige esforços suplementares a quem opte por deslocações pedonais. Ao nível do trânsito rodoviário, congregam-se representações sobre a morosidade com que se processa, a qualidade deficiente das vias de circulação e um significativo entupimento do mesmo nas áreas mais adjacentes ao seu centro histórico. Agravando estas já problemáticas circunstâncias, acresce-se uma insuficiente infra-estruturação verificada no que respeita ao estacionamento automóvel, condicionando dessa forma, mais uma vez, a circulação no interior da cidade. Quanto ao edificado desta cidade, este é definido por alguma confusão urbanística que o degradamento do estado dos edifícios, com particular ênfase àqueles do centro da Covilhã, vem acentuar numa percepção genérica da sua imagem.

Paralelamente a estas representações da mobilidade e do edificado na Covilhã, surge o questionamento sobre os espaços verdes urbanos que são percebidos como demasiado reduzidos face a uma cidade de que se esperava melhor oferta, sabendo-se que estes equipamentos eventualmente traduziriam significativas melhorias na qualidade de vida e auto-estima do cidadão covilhanense.

3. Marinha Grande

Tal como a cidade apresentada no ponto prévio, também a Marinha Grande é uma cidade do Centro do país, divergindo contudo na sua localização tratando-se, por seu turno, de uma cidade da faixa litoral. Como cidade é relativamente pequena, ocupando, seguindo novamente as directrizes fornecidas pelo INE, com os seus 9.130 residentes em 2001, a centésima posição no ranking populacional das cidades¹³. É sede de concelho e engloba três freguesias: Marinha Grande, Vieira de Leiria e Moita. Pese embora esta cidade apresente um número de habitantes singelo, o seu concelho traduz outra realidade que se espelha já em mais de trinta mil indivíduos, fenómeno que agrega uma significância inegligenciável se atentarmos ao conjunto urbano que constela com Leiria, Pombal, Porto

¹² A referência é feita essencialmente ao turismo numa representação daquilo que são os tempos lúdicos intimamente relacionados à neve.

¹³ De forma a facilitar a compreensão deste ranking, evidenciamos que em 2001 existiam 150 aglomerados que entravam na categoria da classificação administrativa de cidade.

de Mós, Alcobaça e Batalha, conurbação essa composta por cerca de 300 mil habitantes.

Unidade Geográfica	Estimativa da População Residente – 2005 N.º Habitantes
Marinha Grande (Cidade)	9.130

Quadro 7

Estimativa da População Residente – 2005 N.º Habitantes Cidade da Marinha Grande

Fonte: INE, Estatísticas Territoriais

A identidade desta cidade assenta, ainda presentemente, na indústria e manufatura do vidro, embora as dinâmicas económicas marinhenses se tenham invertido no sentido de uma ascendência das indústrias dos moldes e do plástico. As praias de São Pedro de Moel e de Vieira de Leiria, pertencentes ao município da Marinha Grande, são um factor de atracção turística, particularmente as primeiras, de São Pedro de Moel, que para além do turismo sazonal são também escolha para as ditas segundas habitações, casas de fim-de-semana, etc. A envolvente do Pinhal de Leiria contribui igualmente para os sentimentos identitários dos marinhenses, quer pela sua relevância histórica, quer pela sua ainda omnipresença em todo o redor não só da cidade como também nas orlas dos acessos viários que para ela se concentram.

O cenário marinhense, contudo, é também marcado pela visível degradação de zonas industriais obsoletas dotadas ao abandono. A sua malha urbana apresenta a nível da circulação rodoviário e pedonal uma rede com insuficiências que passam desde a inadequação de estradas, inexistência regular de passeios e, tal como nas restantes cidades observadas, de uma enorme carência de estacionamento automóvel no centro tradicional da cidade.

Sendo o mais modesto dos três projectos de intervenção do Programa Polis a analisar nesta investigação, ainda assim propõe-se a uma vigorosa requalificação no seu centro tradicional e, através da implantação de zonas verdes de qualidade, do trajecto da linha de água que atravessa a Marinha Grande.

b). Das Propostas de Intervenção nas Cidades

Após as suas candidaturas, e aceitação das mesmas, o Programa Polis previa executar, mediante intervenções nestas três cidades, e ao que foi aceite à época, o que, grosso modo, passamos de imediato a explicar.

Os Grandes Eixos da Intervenção:

1. Cacém¹⁴

- Requalificação da Ribeira das Jardas e Parque Linear

Este eixo assume-se como o central nas intervenções pensadas pelo Programa Polis no Cacém. Caracteriza-se pela proposta de reperfilamento, regularização e enquadramento da ribeira das Jardas na malha urbana pela sua integração num novo Parque Verde”. Visa-se assim controlar, simultaneamente, as cheias e o grau de poluição na linha de água. Detém igualmente um papel estruturante, destacado na proposta de Plano de Pormenor em execução.

- Beneficiação e Extensão do Parque Urbano

Pretende-se para o Parque Urbano existente do Cacém a sua beneficiação e extensão para norte, de modo a que conjuntamente com o novo Parque Linear assumam um 'verde contínuo', “complemento de equilíbrio tão necessário à densidade edificada na zona e à sua predominante vocação habitacional”.

- Reestruturação da Rede Viária

Este propósito “permitirá maior fluidez do trânsito automóvel e pedonal com base numa nova filosofia de circulação”, visto os inegáveis constrangimentos na circulação viária no Cacém. Desta forma, o traçado existente será alvo de reestruturação, o que inclui reperfilamento de vias, criação de arruamentos e de passagens desniveladas.

- Beneficiação dos Espaços Públicos

Neste eixo a valorização é enfatizada nas áreas pedonais. Por um lado, a criação das mesmas nos

¹⁴ Com base na proposta das intervenções presente no documento *Viver o Cacém* (CacémPolis, 2000).

Parques Verdes, por outro, a nova Praça do Mercado e o reperfilamento da Rua D. Maria II com vincadas restrições ao trânsito automóvel. Há uma centração das preocupações dirigida ao peão. Assim, no seguimento destas preocupações, prevê-se a “inclusão de arborização e reformulação do *layout* dos pavimentos, mobiliário urbano, iluminação pública e demais equipamentos de superfície”.

- Criação de uma Nova Centralidade

Constituição, na Baixa do Cacém, de “uma estrutura urbana que possa ser veículo de atractividade a sectores de actividade terciários (...) pouco implementados na zona, característicos de áreas centrais com francas acessibilidades”. Nesta medida, conjuntamente com o uso predominante, ie, habitação, a meta a alcançar passaria em “converter a Baixa do Cacém numa nova centralidade regional, factor preponderante para a hierarquização das áreas urbanas, e da envolvente do Cacém em particular”.

- Regeneração/ Recomposição da Edificação

Este eixo engloba propósitos de “regeneração e/ ou recomposição de áreas edificadas”, promovendo assim a consolidação de “áreas-chave' que se entendem como necessárias à resolução de problemas de insalubridade das edificações existentes e/ ou situações de incompatibilidade destas com a estrutura viária e espaço público preconizados no Plano de Pormenor”.

- Ordenamento Territorial das Áreas de Crescimento

Dada a natureza do Programa Polis, e especificamente no Cacém, pauta-se pela intervenção em situações que, “por constituírem 'bolsas de espaço livre' em áreas urbanas consolidadas, podem ser a chave para a resolução de questões tão prementes como a melhoria das acessibilidades, a expansão das áreas verdes e a criação de espaços públicos devidamente dimensionados, enquadrando edificações equilibradas e de qualidade, não só em termos formais mas também no que respeita às densidades previstas nos instrumentos de gestão territorial a implementar”.

2. Covilhã¹⁵

- Reabilitação, Valorização e Vitalização dos Vales da Goldra e da Carpinteira

Pretende-se alcançar estes propósitos através da promoção do “tratamento paisagístico das áreas degradadas” e da demolição “de edifícios não recuperáveis e prejudiciais à qualidade urbana”, da “melhoria da acessibilidade e da atractividade das ribeiras e das respectivas margens”, “de percursos de circulação e passeio ao longo dos vales”. A par destas intervenções, outras ainda pensadas para promover “a construção de áreas de recreio e desporto”, “a reabilitação de pequenos conjuntos edificados”. A finalizar este eixo surge igualmente em cada um dos vales “a criação de pólos de intensa vida urbana” e o “enquadramento e valorização de elementos de excepcional interesse, nomeadamente, pontes de caminho-de-ferro e ruínas de carácter monumental”.

- Integrar e Articular os Vales das Ribeiras¹⁶ com a Cidade

Serão postas em prática as seguintes medidas: “protecção dos canais de ligação visual e funcional da cidade com os vales, garantindo a relação do espaço público com a paisagem envolvente”, “reabilitação dos espaços públicos de referência urbana, nomeadamente aqueles que funcionam como áreas exteriores de convívio da cidade e que fazem a relação da cidade com os vales”, “o reordenamento e consolidação do tecido edificado na zona de intervenção” e, por fim, “criação de percursos pedonais de atravessamento dos vales, permitindo uma fruição da paisagem inserida na vida quotidiana”.

- Preservar e Valorizar o Património Industrial

Este património é considerado indispensável à construção da identidade da cidade. Para tal, preconiza-se a instalação de núcleos museológicos, permitindo assim a preservação tanto quanto a reabilitação de edifícios e estruturas com relevante significado no que concerne à memória industrial da cidade. Alguns edifícios industriais serão alvo de reabilitação e reconversão no sentido de instalar equipamentos públicos na área a intervencionar. Intende-se igualmente uma integração de estruturas do património industrial no seio da requalificação paisagística das ribeiras e dos vales. A consecução deste objectivo prende-se também à “criação de condições para a valorização fundiária das fábricas desactivadas ou degradadas, através do seu enquadramento paisagístico e da melhoria dos acessos, por forma a incentivar o mercado para acções de reabilitação e reutilização”.

¹⁵ Com base na proposta das intervenções presente no documento *Viver a Covilhã* (Polis Covilhã, 2001).

¹⁶ A saber, ribeira da Carpinteira e ribeira da Goldra; a última também conhecida como ribeira da Degoldra.

- Redução da Dependência do Automóvel em Favorecimento da Mobilidade Pedonal

Esta redução da dependência automóvel em detrimento da mobilidade pedonal pretende-se objectivada através da promoção de três estratégias: no sentido horizontal, prover áreas de pontes para peões e ciclistas, “facilitando e encurtando o acesso das zonas residenciais periféricas à área central da cidade, no prolongamento dos percursos de nível no interior do casco antigo e que constituem eixos de intensa vida urbana”; por outro lado, no sentido vertical, “a instalação de escadas mecânicas na vertente sul da cidade, por forma a facilitar o acesso de peões ao centro urbano, através de sucessivos patamares, vencendo uma considerável diferença de cotas”; em terceiro lugar, “a criação de áreas de estacionamento automóvel no perímetro urbano”, em articulação com as outras duas acções mencionadas.

- Salvar o que resta, garantindo uma cidade aberta aos vales e à paisagem

Considera-se que esta acção é possível cumprindo-se duas directivas essenciais. A primeira, que passa por interditar novas construções no tecido edificado, a saber, de “construções nas cristas ou encostas que possam constituir ou prolongar barreiras visuais à fruição da paisagem, sobretudo no sentido das ribeiras e da várzea, mas também na direcção da serra”. Segunda, obrar no sentido de uma “cuidadosa localização das áreas de expansão urbana, por forma a evitar a repetição de erros que se verificaram no casco urbano e até em algumas zonas periféricas”.

3. Marinha Grande¹⁷

- Recuperação/ Reconversão da Ribeira das Bernardas – Troço de Casal de Malta

Esta recuperação e reconversão surge com o objectivo de utilização lúdica de um espaço “considerado, até agora, como sendo marginal na estrutura verde do aglomerado urbano da Marinha Grande”. A solução proposta assenta essencialmente na “regularização do traçado, pela criação de planos de água, tratamento das margens e espaços envolventes e pela definição de caminhos pedonais e ciclovia”. As acções definidas passam, então, pela requalificação da linha de água, por um lado, e por outro, por um reforço das relações entre linha de água e população residente; não obstante, são igualmente atravessadas pela definição de estruturas pedonais de apoio, especificamente por intermédio de ciclovia e caminho, zonas de estadia informal equipadas e zonas de recreio activo.

¹⁷ Com base na proposta das intervenções presente no documento *Viver Marinha Grande* (CM Marinha Grande, 2003).

- Requalificação do Parque Mártires do Colonialismo

Tido como “a mais importante mancha verde dentro da estrutura de espaços não edificados da Marinha Grande”, o Parque enleia em si todo o interesse inerente “ao seu potencial de lazer e recreio”, na medida em que assim se possa permitir “contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos marinhenses”. Esta reconversão em espaço de lazer, desporto e cultura, envolve uma extensão de aproximadamente 4,5 hectares. Acentuando as vertentes lúdica e de desporto, previu-se a construção de “dois polidesportivos para a prática de todas as modalidades, uma pista radical e (...) outros equipamentos para desportos radicais”. Visando igualmente a dimensão cultural pretendida para o espaço, e aproveitando a proximidade com escolas, previu-se a instalação “de uma estrutura ao ar livre, para receber actividades promovidas por jovens e outras organizações”. A fim de serem cumpridas as expectativas face a esta mancha, a despoluição e aproveitamento para espelhos de água da ribeira existente seriam previamente encorajados.

- Parque Urbano da Cerca

Este parque visa a utilização de “um espaço verde com um programa baseado em critérios multifuncionais, eficazes e de baixa manutenção”, nele convivendo “recreio, coreto, zona de merendas, parque infantil, lago/ ilha, ribeira, bar e esplanada”. Concretamente o objectivo proposto seria o de “criar um espaço urbano que se interligue com o património histórico e cultural em redor, como sejam o Palácio Stephens, Praça Stephens, edifício da Resinagem, entre outros” que conduzisse a que as pessoas visitassem e passeassem em ambos os locais com uma frequência amiúde. Esta proposta, enquadrada no Plano de Pormenor da Cerca, permitiria a “interligação do espaço com a Ribeira das Bernardas”.

- Intervenção na Zona Tardoz da antiga FEIS¹⁸

Tendo uma grande proximidade ao centro histórico da Marinha Grande, pretende intervir no sentido de um arranjo paisagístico na área desanexada da FEIS, sendo que este espaço está “englobado na zona de protecção ao conjunto histórico classificado, situação que obriga a um cuidado especial”, transmitindo “ao lugar um potencial de qualidade elevado”. A requalificação do local, sustentada em estudo prévio aprovado pelo IPPAR¹⁹, pretende que este sirva de interface entre a Cerca e o “centro tradicional”. A promoção de um eixo pedonal que interligue o Parque da Cerca ao centro histórico é igualmente central nesta proposta, proposta que prevê ainda o ajardinamento ao longo do referido eixo.

¹⁸ FEIS – Fábrica Escola Irmãos Stephens

¹⁹ IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico

- Reconversão da Fábrica de Resinagem

Esta reconversão encontrava-se ainda em fase de elaboração do projecto. Contudo, ao finalizar do projecto, o objectivo é “requalificar o imóvel, onde funciona o mercado municipal, que se encontra degradado, dotando-o de condições de operacionalidade para abarcar comércio e serviços”.

- Circulação e Estacionamento

Tal como o Parque da Cerca, as intervenções aqui previstas estão igualmente enquadradas no Plano de Pormenor da Cerca. Pretende-se o “descongestionamento viário de atravessamento do Centro da Marinha Grande, nomeadamente da EN 242-1, junto à Câmara Municipal” através da infraestruturação de vias alternativas várias, implicando de igual forma o condicionamento do trânsito rodoviário no centro, incitando-se a circulação pedonal, particularmente “entre o Parque Urbano da Cerca e o núcleo tradicional”.

2.^a PARTE

*Ninguém sabe melhor que tu, sábio Kublai,
que nunca se deve confundir a cidade com
o discurso que a descreve.*

Italo Calvino (2003: 63)

CAPÍTULO V

CONCEPTUALIZAR PARA UMA BUSCA DOS SENTIDOS

Ao iniciarmos a segunda parte do presente trabalho, compreendemos a necessidade da existência de uma operacionalização de um leque de conceitos que cremos fundamentais ao entendimento do fenómeno a que nos propusemos estudar. Iremo-nos assim deter por alguns instantes nesta conceptualização antes de procedermos à etapa analítica das diversas fontes de informação – sejam elas documentais *stricto sensu*, teóricas, empíricas, provenientes de metodologias de observação, resultantes de entrevistas, etc. – que, coligidas, utilizámos na formatação da dissertação que apresentamos e, a *fortiori*, da sua conclusão final.

A pertinência que atribuímos a esta operação não nos parece gratuita, antes resultado de uma maturação resultante da própria evolução que se repercute no trabalho de investigação. Do conteúdo redigido na parte prévia ressaltam conceitos que conjuntamente com todas as restantes informações recolhidas durante o processo de investigação encontram agora um eco que seria inconsequente ignorar. Conceitos como (1) Espaço Público, (2) Requalificação Urbana, (3) Imagem da Cidade, (4) Centralidade(s) Urbana(s) e (5) Ambiente atravessam transversalmente todo o processo. Contudo, estes conceitos, apesar da sua presença constante na literatura, poderão tornar-se penosos para o investigador e para a própria investigação se não forem sujeitos a uma devida desambiguação. Mais ainda, quando por sabermos que atravessam toda a investigação se tornam, para ela, evidentemente fundamentais. Esta conceptualização, operacionalizando conceitos com a finalidade de que com melhor afinação maior será a utilidade que poderão oferecer tanto ao investigador como à produção dos resultados da investigação, visa igualmente servir de matriz orientadora à análise que irá suportar as conclusões com que, por fim, encerraremos.

Não é por ingenuidade ou por exclusiva simplificação na redacção do trabalho que tomámos esta opção. Na realidade, cremos, tornar-se-ia tanto mais confuso como prolixo ir desenvolvendo esta operação no seguimento do texto, embargando a compreensão do que entendemos por estes conceitos aqui fundamentais numa dispersão sem sentido e desconexa. Assim, ao leitor, e sempre que se confrontar com os conceitos que operacionalizámos, será bem reflectida a intencionalidade com que o investigador pretende no seu entendimento explicar. Permite, igualmente, ao investigador guiar-se com maior clarividência nos complexos trâmites analíticos que seguidamente o aguardam. A mais valia deste

processo remete assim para a dualidade do bom entendimento da sua expressão perante o leitor, primeiro, e , segundo, de dotar o investigador de um instrumento que minimize perdas de substâncias ou conteúdos influentes na cientificidade prosseguida durante todo o processo do trabalho da investigação.

1. Espaço Público

As intervenções programadas e executadas no âmbito do Programa Polis têm cabimento no que por muitas vezes é denominado Espaço Público. Optámos por construir e operacionalizar este conceito pelas suas características que levantam um inúmero conjunto de dúvidas e de definições difusas que pautam dessa forma um entendimento vincada e demasiadamente prolixo. O Espaço Público surge nas diversas teorias que se empenham no estudo, compreensão, explicação e construção das cidades em moldes pouco esclarecedores tornando-se inclusivamente muitas das vezes uma espécie de receita aplicável com demasiado facilitismo e veleidade. Definir o Espaço Público, amiúde, é feito por oposição ao que não o é: esclarecendo aqui o eventual paradoxo, na realidade tudo o que não é privado ou semi-privado poderá caber, sem outras preocupações que melhor desenleassem o seu nó operatório, na agenda daqueles que recorrem à utilização recorrente quase que banalizadora e banalizante do conceito em si, praticamente esgotando-o por uma sobreabundante e pouco precavida utilização das suas formas, conteúdos, e, não menos importante, das suas dimensões. Sendo um conceito de uso generalizado e consensual, vê terminado o seu consenso a partir da altura em que diferentes agentes ou teorias o aplicam à realidade social. É nossa pretensão tentar obrigar a uma disciplina operatória do conceito, participando numa busca por uma reabilitação da credibilidade científico-conceptual naquilo que é, então, mormente compreendido como Espaço Público em geral.

A discussão do que é o Espaço Público obriga-nos, inevitavelmente, a colocar interrogações acerca do carácter ontológico do mesmo. A primeira interrogação, e talvez a mais pertinente num contexto asfixiado de definições, surge nos termos das representações simbólicas do Espaço Público e que abala as concepções mais tradicionais do conceito. Podemos sintetizar esta interrogação – e preocupação – mediante a seguinte fórmula: Existe de facto alguma realidade social que possamos chamar e assumir como Espaço Público?, ie, existe em si mesmo um Espaço Público enquanto tal? Ora, é a partir deste postulado, desta interrogação ao facto social, que emerge uma primeira ruptura

com as concepções rotineiras e, digamos, mais tradicionais do Espaço Público. Esta ruptura surge no sentido de considerarmos, e defendê-lo-emos ao longo de todas as linhas desta investigação, que não existe por si um Espaço Público puro senão numa acepção ideal-típica na esteira das proposições de linha weberiana²⁰. Sustenta o paradigma weberiano que, grosso modo, o tipo ideal tipifica uma realidade social numa abstracção racional. Parte-se deste princípio para explicar, no seio desta investigação, um certo vazio conceptual assente na abstracção generalizante e como que nomotética que irrompe do conceito de Espaço Público. O Espaço Público seria portanto, demonstram-nos postulados fáceis de encontrar na literatura sociológica e noutras que se debruçam pelos estudos dos territórios, um espaço que por definição pertenceria a todos; acrescentar-se-ia igualmente a ninguém. Encarada esta a realidade social do Espaço Público, em que tudo é de todos e tudo é de ninguém, somos, especialmente através da empiria ou da análise dos espaços vividos, confrontados com a relegação desta proposta conceptual. O espaço que é vivido no real tem pertenças e é, distintivamente, de alguém e de alguns, ainda que não o seja, seguindo o léxico de pertença, de acordo com a normatividade legislativa que se entrevê como soberana.

Ainda no seio da classificação tradicional de espaço público sobressaem algumas ramificações deste e que no decorrer da presente investigação nos despertam, face à particularidade do nosso objecto de estudo, um interesse acrescido. Referimo-nos ao que é definido como Espaço Público Urbano²¹ (Gonçalves, 2006). O interesse por esta ramificação do conceito de Espaço Público passa pelo facto de nos permitir distinguir Espaços Públicos em cenário de virtualidade exclusivamente urbana, excluindo situações em que o discurso institucional cinde critérios de urbanidade e critérios de não urbanidade face a malhas territoriais que assim entendem por bem distinguir²². De maneira a evitar mal-entendidos quando apresentamos uma operacionalização do Espaço Público e de seguida inserimos os EPU, esclarece-se que entender-se-á que o EPU remete para um sub-conceito do conceito de que deriva e não como uma dimensão desse, já que das várias dimensões que poderíamos atribuir ao Espaço Público muitas atravessam transversalmente quer o conceito originário quer o seu sub-conceito.

²⁰ Consideramos curioso e também significativo atentar, por exemplo, à seguinte asserção de Aron sobre a teoria de Weber: “A construção de tipos ideais é uma expressão do esforço de todas as disciplinas científicas para tornarem inteligível a matéria identificando a sua racionalidade interna, eventualmente construindo até essa racionalidade a partir de uma matéria semi-informe”. (Aron, 2004: 495)

²¹ De ora em diante utilizaremos, a fim de uma economia do espaço do trabalho de investigação, a sigla EPU que referenciará directa e exclusivamente ao que por extenso redigiríamos Espaço Público Urbano.

²² Consideramos institucionais as cisões que derivam de opções legislativas, na óptica de um discurso da disciplina do direito no seio da divisão administrativa do Estado, e não as que derivam do discurso sociológico tais como oposições entre campo e cidade que continuamos a encontrar na literatura de vários sociólogos. Assim, o discurso institucional distingue e nomeia, a título de exemplo, freguesias urbanas e não urbanas (facto já constatado na apreciação das freguesias que compõem, eg, o Concelho da Covilhã, presente na pág. 24, cap. IV, 1.ª Parte).

Permanece contudo, inolvidável, a forma abstracta e ideal-típica, que em linhas anteriores evidenciámos, quer dirijamos o nosso discurso a um ou ao outro, como convirá percebermos no sentido de não se ocorrer numa contradição teórico-operacional e mantendo, portanto, a coerência do raciocínio sustentado.

Ensaçando uma tipificação dos EPU, Jorge Gonçalves divide-os por cinco grandes grupos, em (i) ruas, (ii) praças e largos, (iii) espaços comerciais, (iv) espaços verdes e (v) outros, que por sua vez caracteriza quanto à designação que é alvo de uma mais notória escalpelização. (Gonçalves, 2006: 67-68).

No grupo (i) ruas, o autor enumera e distingue cinco tipos que designa e descreve da seguinte forma:

Ruas Pedonais	Exclusivas à circulação de peões, criadas essencialmente em zonas comerciais dado a sua ligação ao consumo. Como atractivo são complementadas por elementos de conforto, como fachadas de edifícios renovadas, iluminação, vegetação e segurança.
Percursos/ eixos Pedonais	Semelhantes aos espaços anteriores, sendo todavia de maior fluxo de movimento pedonal, passeios maiores, junto a acessos de transporte público e/ ou individual
Ruas predominantemente motorizadas	Vias primárias de fluxo automóvel, com o objectivo de reunir espaços vitais da cidade e da área metropolitana, se esta existir.
Ruas de Tráfego Condicionado	Admitem apenas o tráfego automóvel em circunstâncias e/ ou em tempos especiais.
Ruas Partilhadas	Vias para usufruto de transportes amigáveis, do género ciclovias entre outros.

Quadro 8
Grupo (i) Ruas

No grupo (ii) praças e largos:

Praças e Pracetas	Espaço que por entre edificado é de deliberada não construção, podendo assumir funções simbólicas, sócio-políticas, entre outras. Ligado ao consumo dado que por ser um espaço de aglomeração de pessoas se torna atractivo a actividades comerciais ou até mesmo de serviços. Presumindo-se, contudo, como sendo espaços menos rentáveis que outros, têm perdido visibilidade na construção urbanística mais recente.
Largos	Compartilha com a categoria anterior o facto de existir por entre edificados. Mesmo que detenham dimensões que variam entre si, são menos amplos que os anteriores, pelo que já não assumem grandes características de atractividade face ao comércio e outras actividades. São exemplos destes espaços os adros de igreja e os pelourinhos.

Quadro 9
Grupo (ii) Praças

No grupo (iii) espaços comerciais:

Largo de mercado e feira	De tipo praças ou largos, com os seus prolongamentos – ruas, jardins, etc. –, são espaços abertos que são sazonal ou periodicamente apropriados para fins e práticas comerciais. São eventualmente espaços mais tradicionais, visto que têm uma conotação a zonas urbanas onde a estrutura comercial se apresenta mais débil e cujas falhas de oferta são assim, através desta forma, um pouco mais colmatadas ou, pelo menos, minimizadas.
--------------------------	---

Quadro 10
Grupo (iii) Espaços Comerciais

No grupo (iv) espaços verdes:

Parques Urbanos	São igualmente conhecidos pela fórmula Parques Verdes Urbanos e estão integrados no sistema ecológico urbano. Trata-se de espaços dotados de árvores, arbustos e, muitas das vezes, de relvado, situados especialmente em adjacência com linhas de água ou com outras zonas tidas por ambientalmente sensíveis como em locais de forte probabilidade de erosão. A instituição destes espaços, consideravelmente amplos, é considerada hoje em dia como indispensável à boa imagem da cidade e da auto-estima dos seus habitantes. Levanta ainda, porém, algumas questões por resolver tais como o das acessibilidades e estacionamento, manutenção e, inevitavelmente, segurança.
Jardins	Partilha da referente precedente a consciência ambiental e imagem da cidade. De igual modo, constitui-se por espaços verdes, ainda que de dimensões mais modestas, onde podemos encontrar árvores e/ ou arbustos e/ ou relvados. Devido à sua dimensão dita mais modesta, encontram-se difundidos e dispersos pela área urbana, por norma em contiguidade com edificado e/ ou betuminoso (embora as dimensões destas vias, quase sempre dedicadas a circulação automóvel ou mista – eg, automóvel e peão –, possa variar por entre as maiores e as mais pequenas que podemos encontrar no espaço urbano).

Quadro 11
Grupo (iv) Espaços Verdes

No grupo (v) outros:

Frentes mar/ rio/ água	Tratamento ambiental e funcional de áreas contíguas a planos de água, cada vez mais valorizados pela sua qualidade paisagística que proporcionam, elevando em termos positivos a própria imagem das cidades e daqueles que dela usufruem. Têm constituído um factor assaz relevante nas políticas de investimento dos municípios e da administração central por intermédio de incentivos vários, particularmente de carácter financeiro.
Espaços Intersticiais	Remetem para espaços que podemos considerar como sendo atípicos no seio das cidades, já que muitas das vezes são residuais e difíceis de caracterizar, sem que no entanto ponham em causa a sua utilização dita pública. Ao nível do desenho urbano, limitam-se à solvência de problemas de ordem topográfica e disso mesmo são exemplo algumas escadarias, alargamentos de passeios e impasses, entre outros.
Recintos de lazer, recreio, desporto	Comummente enquadram-se noutros espaços urbanos tais como parques e jardins. Porém, nem por isso deixam de se assomar com uma identidade própria surgindo também comummente como equipamento isolado, adjacente apenas ao edificado e ao betuminoso. De uma forma ou de outra, formatam-se desde o parque infantil, miradouros, campos de jogos ou até mesmo polidesportivos.

Quadro 12
Grupo (v) Outros

Justificando a tese sustentada de que o Espaço Público é um conceito ideal típico, podemos ter em linha de conta o conteúdo dos quadros apresentados para entendermos de modo mais claro as razões que conduzem a tal noção. Em primeiro lugar, entendemos que todas as interacções sociais ocorrem num determinado espaço – virtual²³, por um lado, ou físico, aquele que especificamente nos interessa e que aqui apresentamos como alicerce da investigação – em simultâneo com uma

²³ Se é verdade que uma interacção pode ocorrer num espaço virtual (Castells, 2004: 145-163), não deixa todavia de ser menos verdade a necessidade inextricável da presença física dos interlocutores num espaço não virtual mesmo que entre o espaço de cada interlocutor exista uma cisão de milhares de quilómetros.

temporalidade específica. Nesta medida é nossa intenção propor Espaço e Tempo como produtores das práticas sociais e, por conseguinte, também produtores 'activos' na construção social da realidade²⁴. Em segundo lugar consideramos que o espaço dito público é propenso a ser apropriado por todos mas é efectivamente apropriado apenas por alguns que, assim, o tornam seu, ainda que dividindo a posse por fracções de tempo dessa utilização com outros actores sociais. Consideramos igualmente que mesmo na concepção do próprio espaço público quase sempre por detrás desta existem lógicas distintivas, mesmo que 'planeadas' de forma inconsciente e/ ou não propositada, dito de outro modo, de determinadas formas mais ou menos inconscientes que condicionam o seu uso e potenciam uma assimetria de estrato/ segmento social porquanto do seu uso e consequente apropriação (Bourdieu, 1998: 99-256). Para além desta distinção assente numa negociação e/ ou conflitos de ordem de poder simbólico, o espaço apropriado define-se, a fortiori e um mínimo que seja, pelo carácter de utilização a que estava esboçado antes da sua criação na malha urbana: é regra que, eg, nas vias predominantemente motorizadas a apropriação seja efectuada pelos actores capacitados ou que reúnam as condições de o fazer de forma motorizada; é regra, eg, que os recintos de lazer definidos sejam apropriados por actores sociais numa lógica pedonal. É relevante assumir que a disposição funcional de um espaço se cumpre mais ou menos de acordo com as suas funções, sendo porém ainda mais relevante mencionar o carácter simbólico com que os actores se apropriam de um determinado espaço, como o fazem distintivamente, com temporalidades e práticas específicas aos grupos e segmentos sociais a que pertencem, etc.

Cremos então poder sintetizar, de uma forma evidentemente sumária, o Espaço Público em geral como um espaço que abstractamente pode ser apropriado por vários conjuntos de actores numa grande variedade de interacções sociais possíveis, mas em que, porém, a sua apropriação real depende, por um lado, da disposição funcional do mesmo, e incontornavelmente, por outro, do valor simbólico desse espaço e dos diferentes capitais que diferentes actores sociais reúnem na discussão da 'legitimidade de posse', quebrando assim o nomotetismo e o idílico da concepção que tantas vezes o conceito de Espaço Público acarreta.

²⁴ A propósito da discussão do espaço 'geográfico' como produtor social ver Soja, 1994 e 1996; da 'temporalidade' no espaço como produtor social ver Lefebvre, 2007; Ver igualmente Castells, 2006. Da construção social da realidade em geral ver Berger e Luckmann, 1999.

2. Requalificação Urbana

A Requalificação Urbana consubstancia-se através de processos que visam a melhoria da qualidade de vida dos seus utentes, processos esses obrigatoriamente pluridimensionais não podendo ser redutíveis apenas a escassas dimensões da composição física da cidade. A Requalificação Urbana só é possível por meio de acções que concertadas intervenham no tecido urbano, concebidas em termos de uma 'reinvenção da cidade' que promova junto dos seus cidadãos alterações na representação, sempre numa imagem para melhor, que desta produzem e concebem. Assim, para ser passível de se concretizar, uma requalificação urbana tem de obter sentido face àqueles que a vivenciam. Se por um lado a requalificação urbana se opera, e a um primeiro nível, na malha física da cidade, deve por outro lado operar no sentido de ganhos prático-simbólicos no seio dos actores sociais que a constituem. Contudo, devemos atentar que da Requalificação Urbana não resulta um momento estático em que se obtém uma cidade de obra final, como que concluída, já que o inacabamento da cidade é permanente, numa parábola inacabada (Mons, sd: 83) que a refaz incessantemente.

Embora não se limitem àquelas que de seguida iremos enumerar, no seguimento desta investigação encontramos cinco dimensões de Requalificação Urbana que no nosso entender são axiais:

- (i) Ambiental
- (ii) Património Edificado
- (iii) Outras Infraestruturas
- (iv) Lúdica
- (v) Simbólica

De facto a Requalificação Urbana vai no sentido de quem afirma que “(...) a qualidade de vida urbana está a tornar-se, no século XXI, numa das questões nucleares do governo dos povos e das cidades. Nas cidades contemporâneas começa-se a interiorizar e a avaliar o progresso social em termos de qualidade de vida e não só do nível de vida.” (Fonseca Ferreira, 2005: 29). Quer isto dizer, seja onde for que se intervenha nas cidades, o objectivo fundamental é o de dotar os territórios da possibilidade de oferecerem, pela manipulação das cinco dimensões elencadas, uma qualidade de vida vincadamente positiva aos que a vivenciam, facto que cada vez mais se enraíza na consciência e no imaginário dos actores sociais.

3. Imagem da Cidade

Começamos a definir este conceito sintetizando-o desde logo: o que é a Imagem da Cidade? Ora a Imagem da Cidade é todo o conjunto de representações simbólicas e físicas que os diferentes actores sociais, individuais e colectivos, elaboram e constroem relativamente ao território que delimita o próprio espaço da cidade. Todo o espaço está, portanto, carregado de sentido (Castells, 2006: 304). Aliás, como já tínhamos visto, para além de produto das práticas sociais o espaço é igualmente produtor das mesmas. Assim, a nível simbólico, uma cidade pode ser interpretada de um modo qualitativo, onde a imagem lida pode ser mais ou menos positiva ou mais ou menos negativa – não cremos na existência de uma posição neutral no seio desta lógica que é, recorrendo à terminologia de Pierre Bourdieu, claramente distintiva.

Então, assim a imagem de uma cidade, entre positividade e negatividade, pode ser:

(i) endoprojectada – De si para si, é a imagem que a cidade pretende conceder aos seus utentes. Os discursos que a cidade utiliza para a sua representação por parte dos actores sociais passam por várias estratégias de visibilidade que visam veicular a sua mensagem. Neste caso a mensagem é distribuída para o imaginário dos actores sociais que a habitam, ou que dela quotidianamente usufruem, estabelecendo no seio destes seus utentes uma consciência de si relativamente heterogénea. No seguimento das palavras de David Lynch (2003: 14-17), que evoca efeitos psicoemotivos nos actores sociais pela vivência das cidades, podemos reflectir que quanto melhor for a Imagem da Cidade na consciência dos indivíduos, maior será também a sua auto-estima enquanto cidadãos e utentes desse espaço.

(ii) exoprojectada – De si para fora, é a imagem que demonstra como a cidade se quer ver interpretada face àqueles que lhe são exteriores, desde os territórios mais adjacentes, onde poderá ter maior influência, a territórios mais distantes onde a sua influência poderá ser mais escassa e a sua representação mais turva. As formas como são conduzidas as imagens da cidade para o exterior são plurais em toda a sua constituição, desde a imagem captada (fotografia, video, multimedia) ao relato mais informal da mais simples interacção social estabelecida com actores a si exteriores ou que com eles contactem. Nas sociedades caracterizadas por um capitalismo avançado tudo, ou quase tudo, é vendável, fenómeno que abrange a própria (imagem da) cidade em si.

(iii) representações projectadas do exterior – Do exterior para o interior, é a visão que o estrangeiro adopta, em conformidade com a sua proximidade e familiaridade para com o território a

representar, e constrói através de imagens e discursos a que possa obter acesso: inclusivamente através de estratégias de exoprojecção a que as cidades podem recorrer, como é o caso do marketing elaborado por eventuais interessados em expandir uma (boa) imagem da cidade.

Numa acepção mais geográfica deste conceito, a imagem da cidade pode ser considerada como a construção mental desenhada pelos actores sociais e pela qual distinguem e mapeiam diversos referenciais face a distintos pontos de localização que assim são passíveis de serem anotados no interior da cidade imaginada. Esta visão é uma visão mais distorcida, que varia de actor para actor, quando posta em comparação com o mapa real da cidade, tratando-se então de uma legibilidade da cidade (Lynch, 2003: 13) e é mediante esta legibilidade que os actores sociais estruturam e identificam o meio ambiente.

4. Centralidade(s) Urbana(s)

A Centralidade Urbana no seio de uma cidade refere-se a uma porção de tecido que agrega em si, por sucção de fluxos dos movimentos dos actores e agentes sociais, práticas sistematizadas que o permitem ser identificado como um ponto de convergência cuja intensidade e extensividade do quotidiano vivido o demarcam das demais porções. Existem diversos atributos que permitem dotar uma zona de características centrais. Um dos atributos normalmente considerados prende-se com o núcleo histórico ou tradicional da cidade. Outros atributos advêm de outras práticas sociais que valorizam (e distinguem) determinados territórios de uma cidade numa determinada temporalidade.

(i) Histórico/ Tradicional – sugere uma zona urbana ligada normalmente à constituição e emergência da cidade, ponto através do qual a mesma se expande por vezes das formas mais difusas. Nas cidades com antecedência medieval, ou mesmo anterior, é comum que este centro esteja associado de perto com edificado patrimonial específico, profano e/ ou sagrado, tal como muralhas ou restantes delas que, muitas das vezes, deram origem, em tempos longínquos, às cidades. Nas cidades que emergiram da Revolução Industrial ou de processos de industrialização, associamos este centro na adjacência de infraestruturas condizentes com as eras mencionadas, as mais das vezes já desactivadas, infraestruturas sobre as quais e ao longo das quais se iniciou o crescimento da cidade. O seu carácter carismático é um factor prevaemente na constituição e reprodução identitária na moderna identidade (Giddens, 2001: 19) dos seus habitantes e utentes.

(i) Novas ou Outras Centralidades Urbanas – zona que pela 'centralidade' que cria pela sua importância ou vitalidade na cidade assume características de centro no sentido em que aglomera pessoas e práticas sociais num espaço que pode ou não coincidir com o centro histórico; contudo, uma cidade consegue, e é normal que o faça, explicitar mais do que um centro urbano, dependendo em muito das actividades nele concentradas, que podem passar desde a esfera do poder político, de actividades económicas associadas à produção, consumo ou serviços, do lazer, etc., esferas essas que se encontram muitas das vezes replicadas, coexistindo algumas com outras (eg, actividades económicas e lazer). Obedece a lógicas de atractividade que reproduzem intensidades de vivência mais significativas nesse espaço específico em detrimento de outros.

5. Ambiente

O conceito de Ambiente é comumente utilizado tanto nas Ciências Sociais como por ciências ditas mais exactas. Mesmo circunscrevendo o Ambiente às Ciências Sociais não é difícil perceber tratar-se de um conceito cuja extensividade é inegável. Cabe-nos portanto a tarefa de empreender numa tentativa de desambiguação do conceito no sentido de precisar o uso que lhe pretendemos atribuir. Pensar o ambiente move-nos desde logo, numa primeira incursão, a pensar em duas dimensões que lhe são atreitas: por um lado, um ambiente a que denominaremos de ambiente social, com características vincadamente antropomorfizadas; por outro, um ambiente de cariz marcadamente natural, com a sua raiz na Natureza, e a que denominaremos por ambiente natural. Esta cisão entre as duas dimensões é já por si artefacto construído, visto que, considerado como tal, o ambiente é irreduzível às suas partes permitindo-nos nós apenas a essa segregação ou compartimentação repartida a fim de uma afinação operatória conceptual. No nosso entender, Ambiente agrega quer o natural, provindo do termo Natureza, quer todo o produto de construção humana, elaborado societalmente, seja ele simbólico ou visível a olho desarmado, no qual se inclui igualmente a manipulação (e antropomorfização?) da própria Natureza por parte do Homem.

Observamos também que se o Homem é, por via da sua ascendência, natural, verdade será também sugerir que a Natureza – em boa medida – se coaduna como produto social se assumirmos um ponto de vista antropomórfico da sua percepção. Daqui se percebe, então, a perspectiva holística ou até irreduzível que considerámos face ao conceito de Ambiente. Dividamos, então, o conceito em duas dimensões axiais na medida apenas de melhor operar o conceito.

(i) Ambiente Natural

Esta dimensão ancora-se firmemente à ideia de Natureza. A fim de evitar confrontos gratuitos e pouco fecundos para o desenvolvimento da investigação, escusar-nos-emos aos debates, ainda que em si bastante profícuos e muitas das vezes calorosos, entre escolas clássicas que idealizam a noção de Natureza²⁵. Tentaremos, não por desinteresse mas por necessidade, ser mais pragmáticos e obrigatória e inevitavelmente superficiais quanto à análise desta dimensão.

²⁵ Referimo-nos, por exemplo, às escolas anglo-saxónicas, germânicas e francófonas que, em particular desde as Luzes, reflectem sobre esta temática. Caminhando neste sentido seríamos definitivamente obrigados, inclusivamente por uma abordagem de cariz mais filosófico, a considerar a Natureza enquanto conceito quando a nossa pretensão é singelamente a de evocar o natural como dimensão participante no conceito de Ambiente.

É Ambiente Natural toda a envolvente orgânica ou inanimada que directa ou indirectamente se cruza com a vivência humana e social, isto é, toda a biosfera – onde, impossível de excluir, a humanidade se encontra igualmente incluída (Ferry, 1993: 26-27, 105, 107, 184 e 187).

Não podíamos terminar sem deixar de asserir que tal como a humanidade pertence ao Ambiente Natural, também o Ambiente Natural se molda e é moldado pela humanidade, pelo social, no sentido de uma efectiva apropriação social do espaço, das esferas, toldando-se o natural com toda uma envolvimento social provinda da(s) prática(s) humana(s).

(ii) Ambiente Social

No caso desta dimensão, reportamo-nos de forma mais compartimentada a toda a envolvente que tem por princípio a actividade humana ou humanizante, isto é, antropomórfica. No seio do Ambiente Social, os seres em relação são sempre actores ou agentes sociais, submetidos a valores, regras e normas. Trata-se do Ambiente da interacção humana por excelência, da mais simples até à mais complexa. Aqui têm lugar práticas sociais, cuja proveniência parte de um ethos de classe ou do papel social atribuível a cada actor.

Como o nome da própria dimensão indicia, é aqui clara a primazia dada à envolvente construída pelas sociedades em detrimento de tudo o que não seja produto da actividade humana. A natureza antropomorfizada mais não é do que a resposta do humano que 'obriga' o Ambiente Natural a recuar em detrimento deste Ambiente Social, fruto da capacidade de adaptação e reprodução (conhecimento, técnica, etc.) que este ser social detém.

Evidentemente, um ambiente social insere-se obrigatoriamente num ambiente natural, por muito que a reconstrução operada sobre este último seja mais do que assinalável e descaracterizante – porém, é incapaz de o anular.

Finalizando, o conceito Ambiente, ele próprio derivado de linguagem antropocêntrica, implica toda a envolvimento na qual nos encontramos enleados e que pouco ou nada se encontra na forma pura das dimensões que destacámos, havendo sempre um inevitável cruzamento entre natural e social em toda a biosfera, em todos os ecossistemas, dos mais humanizados aos mais 'selvagens'.

CAPÍTULO VI

O POLIS NO CACÉM

A cidade do Cacém integrou-se na primeira fase do Programa Polis e é, neste estudo, a que exhibe o projecto de intervenção mais ambicioso, quer ao nível das propostas de execução, quer ao nível do seu financiamento. No relatório de auditoria do Tribunal de Contas²⁶ previa-se um investimento reprogramado nesta cidade no montante de 109.039.182€, com um desvio sobre o total primeiramente previsto de -2.053.983,00€. Esta é uma cidade que em 2001 (INE, 2001) contava com 81.845 habitantes e que actualmente, segundo testemunho de fonte privilegiada, contará com sensivelmente 90.000 habitantes. Estende-se por 10,51km², com uma elevadíssima densidade populacional²⁷, o que vai de encontro ao seu rótulo de cidade dormitória. A área de intervenção no âmbito do Programa Polis estimou-se em 45,5ha, quase toda ela referente à Freguesia do Cacém; 36ha da área de intervenção foram objecto de Plano de Pormenor, PP da Área Central do Cacém, e os restantes 9ha foram objecto de projecto de execução no quadro do PDM de Sintra. As acções previstas para esta cidade conheciam fortes obstáculos à sua execução: a forte densidade populacional que detém e a circulação viária intensa numa rede viária deficitária que lhe são característicos, bem como os próprios projectos previstos no Programa que se revelavam ambiciosos e que nalguns casos, ao contrário das restantes cidades que seguimos, exigiam o estabelecimento de obras infraestruturantes. A gestão do Polis do Cacém ficou a cargo de uma sociedade constituída pela autarquia de Sintra, pela Parque Expo e pela CCDR-LVT que assumiu a presidência da então surgida CacémPolis.

As intervenções então previstas no âmbito do Programa Polis no Cacém podem ser divididas em sete perspectivas axiais, tal como enumerámos na 1.^a Parte, Capítulo IV, páginas 27 e 28. Podemos observar na Figura 1, página seguinte, uma planta de simulação de ocupação final decorrente das intervenções que foram previstas para ocorrer na cidade, área circundada a vermelho, e ainda uma breve legenda que contempla doze acções consideradas de maior relevo, distribuídas e devidamente assinaladas espacialmente na planta de simulação.

²⁶ Quadro 1 – Financiamento do Investimento Reprogramado (Tribunal de Contas, 2004: 34).

²⁷ Seguindo as estatísticas do INE referentes aos Censos 2001, esta cidade apresentaria uma densidade populacional de 7.787,35hab/ km²; segundo os números fornecidos por testemunho de fonte privilegiada, estimar-se-ia para o Cacém uma densidade populacional actual na ordem dos 8.563,27hab/ km², tratando-se de um acréscimo significativo quer em termos de crescimento bruto como em termos de crescimento na sua densidade de hab/ km².



Legenda:

- | | |
|---|---|
| ① Parque Linear e Ribeira das Jaldas | ⑦ Novo Túnel para Supressão da Actual Passagem de Nível de ligação ao Núcleo Histórico da Aqualva |
| ② Nova Baixa | ⑧ Parcela Adjacente à Escola Primária nº1 |
| ③ Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental | ⑨ Parcela Adjacente à Rua de Cabo Verde |
| ④ Nova Estação e Interface Rodoferroviário de Aqualva-Cacém | ⑩ Rua D. Maria II |
| ⑤ Novos Acessos ao IC 19 | ⑪ Parcela do Novo largo do Mercado |
| ⑥ Rotunda do Novo Eixo Viário Central | ⑫ Reformulação do Acesso existente ao IC 19 |

Figura 1
Planta de Simulação de Ocupação Final com Legenda – CacémPolis
Fonte: Gabinete Coordenador do Programa Polis

A primeira perspectiva dos grandes eixos da intervenção²⁸ na cidade do Cacém assume a tentativa de requalificação da ribeira das Jardas e do Parque Linear. A recuperação de uma linha de água colorida e pestilenta, a ribeira das Jardas, era um dos objectivos iniciais nesta acção. Complementarmente, a requalificação do espaço adjacente, criando um parque linear de qualidade ao longo do troço da ribeira, foi sendo executada. Após se ter incumbido da tarefa de despoluir a ribeira, inclusivamente através da drenagem da mesma, seguiu-se a tarefa de reperfilhar, regularizar e enquadrar tanto a ribeira como o espaço envolvente na malha urbana do Cacém. Com esta medida, obteve-se



Figura 2
Requalificação da Ribeira das Jardas
e Parque Linear (1 – antes)
Fonte: CacémPolis



Figura 3
Requalificação da Ribeira das Jardas
e Parque Linear (1 – actual)
Fonte: CacémPolis

desde logo a vantagem de controlar, regularizando-os, os caudais de cheias que caracterizavam a outrora poluída ribeira. Pretendia também esta acção intervir no espaço público, constituído por áreas verdes, dotado ao abandono e indubitavelmente degradado. É nesta medida que seria insensato considerar as requalificações da ribeira e sua envolvente de forma isolada, sendo que foi seguida, então, uma lógica que previa o enquadramento das duas intervenções em complementaridade. Como podemos observar através da Figura 2 até à Figura 11, uma execução acompanhou sempre de perto a outra. Ao longo de um troço de sensivelmente 1.500 metros, a CacémPolis apostou na reformulação dos espaços envolventes à ribeira, com o intuito de assim criar uma harmonia que se estabelece e apenas se obtém por mediação de intervenções quase em simultâneo da requalificação e reperfilamento da linha de água e da requalificação do espaço verde adjacente, anteriormente impróprios a uma apropriação condigna dos espaços. À intervenção numa área de aproximadamente 4ha que acompanham o correr natural da linha de água existente, estabeleceu-se um Parque Linear com o objectivo de restituir à população

²⁸ Para as perspectivas dos grandes eixos da intervenção no Cacém ver também pp. 27 e 28.



Figura 4
Requalificação da Ribeira das Jaldas
e Parque Linear (2 – antes)
Fonte: CacémPolis



Figura 5
Requalificação da Ribeira das Jaldas
e Parque Linear (2 – actual)
Fonte: CacémPolis

espaços verdes, mas desta feita de qualidade e que pudessem vivenciar no seu quotidiano. Para a execução deste Parque Linear foi necessário recorrer à demolição de algum edificado que se encontrava em avançado estado de degradação, permitindo assim implementar outro tipo de equipamento que melhor se ajustasse às necessidades dos utentes. Neste Parque, ao longo da extensão já mencionada, criaram-se estruturas de apoio à circulação pedonal e de vias cicláveis, que se queriam ver



Figura 6
Requalificação da Ribeira das Jaldas
e Parque Linear (3 – antes)
Fonte: CacémPolis



Figura 7
Requalificação da Ribeira das Jaldas
e Parque Linear (3 – actual)
Fonte: CacémPolis

implementadas de forma a estabelecer na cidade uma cultura menos dependente do automóvel, estruturas essas concebidas essencialmente através da criação de passeios e de pontes de atravessamento entre as margens da ribeira. Esta intervenção teve igualmente o intuito de devolver aos



Figura 8
Requalificação da Ribeira das Jaldas
e Parque Linear (4 – antes)
Fonte: CacémPolis



Figura 9
Requalificação da Ribeira das Jaldas
e Parque Linear (4 – actual)
Fonte: CacémPolis

habitantes locais um espaço que lhes era contíguo, mas impraticável ao seu usufruto em diversas formas. A obra no Parque Linear, para além das suas componentes de reparação da ambiência ao estilo mato que desqualificava aos olhos dos potenciais apropriantes as envolventes da ribeira, nomeadamente os cuidados referentes às espécies arbóreas, relvados e ajardinamentos, entre outros, incidiu



Figura 10
Requalificação da Ribeira das Jaldas
e Parque Linear (4 – antes)
Fonte: CacémPolis



Figura 11
Requalificação da Ribeira das Jaldas
e Parque Linear (4 – actual)
Fonte: CacémPolis

igualmente na aplicação de bancos de estadia, quase sempre de frente para a recuperada linha de água, que proporcionassem aos actores que se apropriassem dos espaços de lazer a oportunidade não só de poderem passear ao longo do Parque, mas que nele pudessem permanecer em melhores condições de descanso, experienciando a vivência, como que espontânea, do reencontro da cidade com a natureza.

Com a criação deste espaço reinventado, a CacémPolis pensa ter projectado na generalidade dos utentes a imagem positiva de uma cidade que sendo densamente urbanizada pode e deve ser de igual forma um espaço apetecível onde a qualidade de vida das pessoas não é extirpada da vivência deste seu quotidiano. Considera igualmente que a auto-estima do cidadão do Cacém sai reforçada, no interior de uma cidade que também ela sai reforçada em termos da positividade da sua imagem face a si própria e face ao exterior.

A segunda perspectiva concerne à beneficiação e extensão do Parque Urbano da Bela Vista, intervenção que surge em complementaridade com a perspectiva precedente. De facto, o Parque Urbano tem o seu início numa das extensões da linha de água e Parque Linear, formando-se assim um contínuo verde. Já existente, este espaço encontrava-se contudo bastante precarizado dado o abandono a que se havia visto votado. A intervenção no Parque Urbano da Bela Vista tinha já sido considerada pelo executivo da autarquia de Sintra, pelo que emerge espontaneamente no interior do Programa Polis que entretanto surge. No seio do Programa, intencionava-se intervir no Parque com vista a requalificar uma área previamente existente como área verde e que se pretendia igualmente ver extendida na sua dimensão: “é sobretudo para a requalificação de um espaço verde existente, mas também dos percursos pedonais e da ligação entre cotas altimétricas muito acentuadas”²⁹. A intervenção neste parque exigiu a requalificação das espécies verdes nas áreas em que estas já existiam, a plantação de outras na restante área que veio aumentar a dimensão do Parque e ainda a criação de condições para possibilitar uma circulação pedonal atractiva e agradável. Movimentos de terras deslizantes, devido ao solo ser pobre e estar mal compactado, exigiram que se reparassem alguns danos e realizada contenção de solos sem que, contudo, este imprevisto impedisse a concretização final da intervenção. Este parque vem, segundo a CacémPolis, servir como complemento natural de equilíbrio face à pressão que se faz sentir pela elevada densidade de edificado nesta área, cuja vocação é predominantemente habitacional.

A terceira perspectiva ancora-se na reestruturação da rede viária, com o intuito de conceder maior fluidez quer ao trânsito automóvel quer ao pedonal, através, assevera a CacémPolis, de uma nova filosofia de circulação que implica reestruturações que vão desde o reperfilamento de vias à criação de novos arruamentos e de passagens desniveladas. Neste sentido estabeleceu-se uma nova hierarquização da rede viária, com três níveis de importância e dimensão: (i) as vias principais – pavimento rodoviário em betuminoso e calçada pedonal malhada, isto é, de calcário branco, basalto e uma espécie de pedra

²⁹ Ao longo deste capítulo o texto entre aspas advém do discurso proveniente de entrevistas elaboradas a testemunha de fonte privilegiada.

cor de rosa de Sintra; (ii) vias secundárias – pavimento rodoviário em betuminoso, com calçada pedonal em calcário; (iii) vias locais – calcário branco bronze, com o estacionamento também em calcário e com a embarcação da caldeira das árvores e a calçada em calcário branco. É de notar que nos 36ha sujeitos a Plano de Pormenor existiram concomitantes intervenções em toda a estrutura viária: “nestes 36ha (...) tudo foi mexido, os arruamentos foram todos reperfilados, foram todos arrançados, novos arruamentos, (...) foi tudo mexido”.

Uma das maiores preocupações relativas à circulação prendia-se com a distribuição desta na cidade do Cacém. Assim foram intervencionadas no sentido de se constituir um anel circular em torno da cidade, criando-se complementarmente vias de atravessamento que contribuíssem para um melhor desempenho nos tráfegos rodoviário e pedonal. São exemplos disso as intervenções executadas na rua de Cabo Verde e na rua de Santa Cruz, sendo que uma terminava em beco e foi rasgada, abertura que possibilitou ligação a outras áreas, e a outra terminava junto à escola tendo sido estendida, permitindo melhor fluidez do trânsito. A nível estritamente rodoviário foram criadas assim melhores alternativas tanto para ir e voltar de Sintra e de Lisboa, distribuindo as vias para que nelas não se circulasse apenas no mesmo sentido.

O novo túnel do Cacém, cujas obras foram paradas em 2006 e retomadas em 2007, embora estivesse contido no Plano de Pormenor desde o início, encontra-se ainda em fase de obra e não se estimam certezas quanto a data para a sua conclusão. Este túnel, prevê-se, irá permitir uma melhor ligação entre duas freguesias da cidade, nomeadamente a Freguesia do Cacém e a da Agualva. O seu troço atravessaria por baixo a linha do caminho de ferro da REFER (ver Figura 1, n.º 7).

Para terminarmos esta perspectiva não podíamos deixar de mencionar a obra do viaduto do Lagar, Figura 12, que podemos observar no começo da página seguinte. Inaugurado em Maio de 2007, esta intervenção levanta algumas questões pela sua ambiguidade. Embora a coordenação e gestão do projecto e obra, até ao seu término, tendo sido inclusivamente a CacémPolis entregar a o viaduto à autarquia, tivesse sido conduzida também pela sociedade Polis, integrou-se igualmente nessa coordenação e gestão o Instituto de Estradas de Portugal. Esta intervenção não foi, deste modo, directamente apoiada nem incluída no âmbito do Programa, embora, tendo em consideração a zona de intervenção, com ele intimamente relacionado.



Figura 12
Viaduto do Cacém
Fonte: CacémPolis

A quarta perspectiva que consideramos tem como pretensão promover a beneficiação dos espaços públicos. Numa primeira análise, e como já vimos anteriormente, no sentido de se privilegiar a circulação e segurança pedonal interveio-se nas vias públicas existentes de modo a dotar o peão de equipamentos que assegurassem essa circulação em segurança. Acresce-se a essa reformulação dos pavimentos, reperfilados e arborizados, mais equipamentos a nível de mobiliário urbano, iluminação pública e outros equipamentos de superfície como, eg, dissuasores de estacionamento que, em algumas circunstâncias, foram desenhados e construídos de forma reforçada específica e propositadamente para algumas áreas com o objectivo de impedir o automóvel de se apropriar do espaço consignado ao peão.

Prevía-se, de igual maneira, intervenções na rua D. Maria II que restringissem a circulação automóvel em detrimento da circulação pedonal, acção que se encontra presentemente executada. Esta é a rua de charneira entre o Largo do Mercado, também ele com intervenções vocacionadas para o favorecimento do usufruto pedonal, e a Nova Baixa do Cacém e reforça-se assim a sua já evidente vocação comercial.

O Jardim de Infância Popular – IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social) era igualmente um objectivo de requalificação no âmbito do Polis. O novo JIP é composto pelo edifício e área adjacente com equipamento adequado à apropriação da população alvo, conforme podemos constatar observando as Figuras 13 e 14. Quanto ao edifício, podemos considerar que é emblemático face aos objectivos do Programa, visto tratar-se de um edifício bioclimático, com comportamento térmico passivo – obtido com painéis solares para aquecimento de águas –, pavimentação



Figura 13
Jardim de Infância Popular
Fonte: CacémPolis

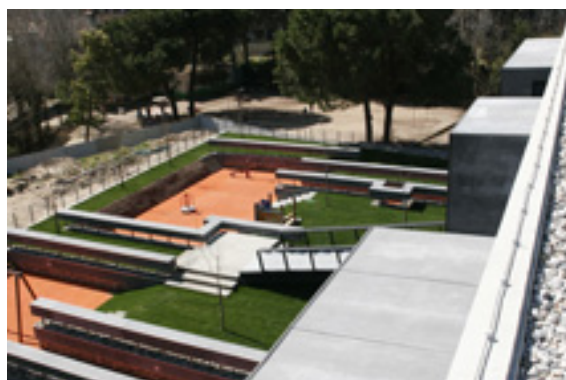


Figura 14
Jardim de Infância Popular
Fonte: CacémPolis

própria que proporciona um aquecimento uniforme, ventilação natural estudada com a finalidade de se conseguir uma melhor qualidade do ar e dotado de um sistema de recolha de águas pluviais que se reutiliza nas descargas das sanitas.

A requalificação do interface ferroviário seria, como sucedeu com o viaduto do Lagar, executada em parceria com outra instituição, desta feita a Rede Ferroviária Nacional, REFER. Contudo, devido a descoordenação no processo esta obra está ainda por iniciar, não devendo ser a sua coordenação e gestão executadas em co-autoria, caindo assim da CacémPolis como obra complementar ao Programa.

Para monitorizar o ambiente da cidade promoveu-se, como previsto noutras cidades com intervenção Polis, a construção do Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental, CMIA, que está a ser elaborada de modo a que a edificação fique encaixada na estrutura de um viaduto, proporcionando a este edificado uma imagem bastante singular. Esta obra foi das últimas a serem iniciadas por motivos de indisponibilidades financeiras, pelo que se encontra ainda a decorrer e não terá sido suspensa porque as pressões sentidas para o executar foram indelutavelmente significativas. Será equipado, afirma a CacémPolis, com uma torre meteorológica e com outros equipamentos, como kits de verificação da qualidade da água. Por ora não será equipado com outros instrumentos, particularmente dos tecnologicamente mais avançados, de monitorização ambiental já que para o âmbito do Programa iriam ser excessivamente dispendiosos, confirma-nos a CacémPolis.

A quinta perspectiva prevê, através das intervenções promovidas no âmbito do Programa, a criação de uma nova centralidade. O objectivo é o da constituição de uma estrutura urbana que fomenta a actividade terciária, que caracteriza áreas centrais com francas acessibilidades. Esta centralidade, Nova Baixa do Cacém, prevê-se ser consumável através das sinergias criadas entre a actividade comercial e de serviços a implantar desde o Largo do Mercado e ao longo da rua D. Maria II e o novo interface rodoviário, cuja obra irá estar a cargo da REFER. Será um ponto de encontro de vários movimentos pendulares, bem como local de intensa circulação pedonal por angariar, e depois distribuir, a quase totalidade dos utentes que usufruem da estação ferroviária da linha de Sintra.

Como perspectiva número seis, o propósito do Programa Polis é o da regeneração/recomposição da edificação. Em primeiro lugar, no interior desta perspectiva, é de mencionar a demolição de edificado habitacional que apresentava características de elevada degradação, que fazia perigar os seus residentes e contribuir para a descaracterização do espaço público, o que veio a conduzir à edificação de novos edifícios para realojar a população afectada. Os edifícios de realojamento que primeiro vieram a ser construídos inseriam-se nas parcelas 1 e 6 do Plano de Pormenor, que eram “terrenos mais fáceis de libertar”. Após terem sido preenchidos pelos seus recém-chegados locatários, foram demolidos os edifícios que anteriormente habitavam. Libertadas mais duas zonas, iniciou-se a tarefa de edificar nas parcelas 2 e 5 do PP. Nas quatro parcelas do PP consignadas para edificado de realojamento surgiu então um cúmulo de 52 fogos de habitação, edifícios estes cujo andar térreo fora planeado para albergar estabelecimentos comerciais de forma a satisfazer e, diga-se, fidelizar os novos apropriantes. Outro facto digno de ser mencionado ao longo deste processo deve-se ao número de famílias que se estimava realojar e o número dos que efectivamente foram realojados. Nem todos os desapropriados, ou expropriados, fizeram valer o seu direito de nova habitação em substituição à antecedente, optando por negociar com a CacémPolis indemnizações em numerário. As causas são variadas, mas amiúde surgem nos agregados de faixa etária mais avançada que preferiram “ter indemnização e ir viver para a terra, para a casa dos filhos...”. Dos pouco mais de 130 agregados familiares sujeitos a desapropriação no âmbito das acções Polis, apenas 52 foram deslocados para as novas habitações. Ora o redimensionamento da população a realojar tornou obsoleto o projecto de construção de edifícios de realojamento até então em vigor, pois que não existindo o intuito de entrar no mercado de venda de imóveis sobejariam habitações em demasia. A solução encontrada foi a de interromper o processo de edificação previsto noutras parcelas do PP antes do seu início de obra. É

devido a este fenómeno que é anunciado no Cacém a edificação de um novo equipamento de saúde privado, o que se veio a confirmar por palavras de responsáveis do grupo José de Mello, proprietário das unidades de saúde CUF, que asserem pretender instalar uma unidade hospitalar de capitais privados no Cacém, multifuncional e com cerca de cem camas, num investimento acordado na ordem dos 60 milhões de euros. Embora estas incursões iniciais decorram num período de gestão da CacémPolis não a iremos considerar no quadro dos objectivos propostos pelo Programa. Será quanto muito, em nosso entender, uma acção complementar de requalificação da cidade, inscrita e prevista nos princípios orientadores que delineavam politicamente o Programa Polis no para lá do seu tempo útil de existência.

Outras acções de intervenção previstas nesta perspectiva tinham por vista requalificar ou construir edificado nas zonas da Nova Baixa, no Largo do Mercado, na rua D. Maria II, na adjacência do traçado do novo túnel e na parcela da Escola Primária n.º 1. Do que temos conhecimento, a maioria destas acções foram cumpridas, incluindo edificado de beneficiação à escola e requalificações de edifícios quer no Largo do Mercado como ao longo da rua D. Maria II, e as que não se encontram finalizadas permanecem em decurso de obra.

A finalizar surge a questão do ordenamento territorial das áreas de crescimento, sétima perspectiva. Devido às características específicas desta última perspectiva, consideramo-la mais um pacto de compromisso em função do futuro do que um conjunto de acções de intervenção física em sentido estrito. Aqui dá-nos a conhecer a CacémPolis que não se deve deixar de intervir, para além do especificamente previsto no Plano Estratégico, em bolsas de espaço livre que estejam distribuídas pela cidade mas com o cuidado de as pensar como sendo zonas sensíveis, dada a elevada probabilidade de poderem ser chave futura na resolução de novas questões que surjam na cidade, estejam elas ligadas a melhorar o desempenho viário, ao aumento de áreas verdes, a intervenções no mobiliário urbano, etc., segundo uma lógica de gestão territorial sustentável.

Conclui a CacémPolis que o Programa foi executado praticamente na íntegra, com excepções pontuais em que a execução não se encontra ainda finalizada. “A intervenção está feita. Na sua grande maioria é um sucesso. Mas depois tropeça noutros tipos de situações que não têm a ver directamente com a obra. Tem a ver com o que fazem com a 'casa' depois de a 'comprar'”. Quanto às execuções que ainda não se viram finalizadas mas cuja execução se encontra em fase de realização, “estamos presos com o túnel. Temos também esta do CMIA, e outras pequenas que eu chamo empreitadas dos extras,

que vai começar agora, já está adjudicada. Chamo-lhes extras porque por uma razão ou outra não foram feitas e agora se vão acabar [umas escadarias e o arranjo final de algumas fachadas requalificadas]”. Ora, considerando os objectivos Propostos no Plano Estratégico “Viver o Cacém”, todas as execuções irão ser realizadas em cumprimento: “Arruamentos, projectos do Parque Linear, Parque Urbano, Ribeira, isto é, projecto e obras, e o CMIA que também vai agora para a frente”.

CAPÍTULO VII

O POLIS NA COVILHÃ

A Covilhã foi uma das cidades que apresentou candidatura ao Programa Polis aquando da sua primeira fase. Foi aceite para integrar o Programa e consubstancia nas suas propostas a segunda mais ambiciosa intervenção das contempladas neste estudo. A verba de investimento prevista à data de 2004 para executar as intervenções a que se propunha estimava-se, mediante documento do Tribunal de Contas³⁰, em 32.785.472,00€, com um desvio financeiro justificado por necessidades de financiamento adicionais de mais 5.531.721,52€. Relativamente à sua dimensão é a segunda cidade, no decurso deste estudo, com maior número de habitantes, num concelho que abrange uma área superior a 550km²³¹. A sua morfologia topográfica particular evidencia-a como a cidade potencialmente mais difícil na condução de intervenções como as previstas no Polis. O Programa Polis na Covilhã é estipulado por uma área de intervenção de 128,2ha no Plano de Pormenor da Carpinteira e de 47,6ha no Plano de Pormenor da Goldra, o que compreende um total de 175,8ha (Polis Covilhã, 2001: 9), ie, 1,758km². Todavia, foi considerado pelas entidades competentes da Polis Covilhã não prudente, pela morosidade e preciosismos no processo, a elaboração de planos de pormenor tendo-se então optado por planos de urbanização³² – sem prejuízo de monta à dimensão das áreas de intervenção previamente estabelecidas.

Iniciemos a nossa análise confrontando as intervenções previstas no Plano Estratégico da Covilhã no âmbito do Polis com aquelas que efectivamente ou já se consumaram ou que continuam a decorrer. Na Figura 15, presente na página seguinte, podemos observar o plano geral da área de intervenção do Polis na cidade, sendo que o traçado a vermelho delimita as suas zonas. Iremos desenvolver a análise das intervenções do Programa na cidade através de cinco perspectivas, a saber, aquelas que nomeámos e definimos sucintamente nas páginas 29 e 30 como os grandes eixos de intervenção da e na Covilhã.

Começando pelas intervenções previstas que foram ou estão a ser executadas na perspectiva de reabilitar, valorizar e vitalizar os vales da Goldra e da Carpinteira, através do tratamento paisagístico das áreas degradadas, da demolição de edifícios não recuperáveis e considerados prejudiciais à qualidade urbana, da melhoria da acessibilidade e da atractividade das ribeiras e suas margens podemos sustentar

³⁰ Quadro 1 – Financiamento do Investimento Reprogramado (Tribunal de Contas, 2004: 34).

³¹ Pelos dados estatísticos do INE referentes à 2007 na Covilhã, estima-se uma densidade populacional do concelho em 94hab/ km².

³² Fonte: Testemunho Privilegiado.

que “todos os projectos previstos para a ribeira da Goldra foram executados”³³, excepto um deles que “está em fase avançada de execução”, enquanto que por outro lado os previstos para a zona da ribeira da Carpinteira ficaram pelo projecto visto que para a “Carpinteira já não chegou o dinheiro”.



Figura 15

Planta de Simulação de Ocupação Final – Polis Covilhã

Fonte: Gabinete Coordenador do Programa Polis

Como todos os projectos previstos para a cidade da Covilhã, nesta primeira perspectiva³⁴ que apontamos, consideramos a reabilitação, valorização e vitalização dos vales da Goldra e da Carpinteira. A criação do Parque Urbano da Goldra tornou-se numa das apostas de requalificação urbana e ambiental, espaço público que ocupa uma área de 21.900 m² e em que podemos examinar, a título de exemplo, nas Figuras 16 e 17 as transformações ocorridas no sentido do seu melhoramento. Este parque urbano constitui na perspectiva dos seus executantes uma melhoria nas representações da imagem da cidade, nas três dimensões que considerámos na operacionalização deste conceito, fornecendo também aos utentes da cidade um espaço público de excelência para o lazer. Prevista mas ainda não executada neste parque está também a instalação de equipamentos balneários e sanitários, dada a potencial utilização de piscinas fluviais decorrentes da recuperação da linha de água, e ainda a instalação de edifícios de restauração, sinergia do espaço com algum comércio na potencialidade de atracção, e de outros que sirvam directamente de apoio à manutenção exigida pelas zonas verdes. Outro espaço público criado foi o do Jardim Mártir-in-Colo, representado na Figura 18 antes da sua construção, na Figura 19 após o término da obra e, finalmente, na Figura 20 em três ângulos distintos também após execução da obra. A intervenção que se consumou na criação deste jardim (3.230m²)

³³ Neste capítulo todo o discurso posto entre aspas remete para o conteúdo de entrevistas recolhidas junto de fonte privilegiada.

³⁴ Para as perspectivas dos grandes eixos da intervenção na Covilhã ver também pp. 29 e 30.



Figura 16
Parque Urbano da Goldra
(antes)
Fonte: GCPP



Figura 17
Parque Urbano da Goldra – 2007
(obras finais)
Fonte: GCPP

foi executada com o intuito de se requalificar uma área urbana dotada ao abandono, quer a nível da imagem do espaço público, quer em nome da qualidade ambiental da ribeira e áreas adjacentes, exigindo neste caso a demolição de algum edificado degradado considerado não recuperável nem condizente com as representações que se aqui se pretendiam com a recuperação da linha de



Figura 18
Jardim Mártir-in-Colo (antes)
Fonte: GCPP



Figura 19
Jardim Mártir-in-Colo (depois)
Fonte: GCPP



Figura 20
Jardim Mártir-in-Colo (3 perspectivas)
Fonte: C. M. Covilhã

de água. Criou-se, desta forma, um espaço de lazer que inclui um anfiteatro para práticas lúdico-

culturais que tem como características excepcionais ser dotado de um palco transparente que possibilita ver através de si a linha de água e ainda o facto de estar virado para uma ponte secular. Para além das possibilidades que pretende oferecer a título lúdico-cultural, a componente simbólica desta infraestrutura está bastante presente, recordando o passado em comunhão com o presente, nomeadamente pelo simbolismo histórico representado quer pela ribeira como pela ponte; história, passado e presente, partilham de uma comunhão simbólica como que a um só tempo; a própria construção de vários quilómetros de muros em pedra recorda as antigas unidades fabris anteriormente existentes.

Todavia, a maior obra executada neste perspectiva é a do parque verde urbano que foi denominado por Jardim do Lago. Este situa-se igualmente no espaço do vale da ribeira da Goldra, ocupando uma área de cerca de 45.430m². É-nos permitido ter um vislumbre deste jardim, exemplificativo em três ângulos, na Figura 21. Através desta intervenção foi criada a possibilidade de



Figura 21
Jardim do Lago (3 perspectivas)
Fonte: C. M. Covilhã

se usufruir de um lago com 120 metros de comprimento onde as práticas lúdicas detêm um acervo significativo, nomeadamente pela disponibilização de pequenos barcos de recreio. Para além destas actividades no próprio lago, o jardim está dotado de equipamentos de restauração cujo intuito passa igualmente por fomentar eventos colectivos. Outra vez mais, tempos livres e comércio surgem estreitamente inter-relacionados, visando garantir todo um processo de ludificação que seja trave mestra na apropriação do espaço em si. Equipamentos adicionais complementam ainda esta intervenção. São eles um auditório ao ar livre de onde se pode contemplar o plano de água, áreas de recreio infantil e juvenil e, na sua adjacência, um terreiro de feiras e jogos tradicionais. Constatamos que as actividades colectivas não são, de todo, as únicas consideradas para o usufruto do jardim, pois que é tentada igualmente a promoção do usufruto a título individual por parte dos eventuais apropriantes, quer sejam residentes na cidade ou visitantes mais ou menos ocasionais, pela capacidade de atracção do passeio pelo jardim que na sua configuração, para além do mencionado, também conta com amplos relvados,

outros espaços verdes constituídos por diversas espécies arbóreas e ajardinamentos acantonados. As mais valias que se depreendem da aposta no Jardim do Lago passam obrigatoriamente por uma reafirmação do valor do espaço ambiental de qualidade posto em disponibilidade aos covilhanenses em particular, como também pela tentativa de reforço de uma imagem de cidade positiva, seja ela na dimensão de quem vive quotidianamente a cidade – uma imagem de cidade endoprojectada –, quer na dimensão dos seus eventuais visitantes provindos do exterior – mediante uma imagem exoprojectada positiva, implicando referenciais de representação positivos da cidade vista pelos actores que à partida lhe são exteriores.

Terminando esta perspectiva apresentamos ainda outra execução Polis, desta feita um pequeno jardim que vem em complemento de uma intervenção no sentido de melhorar a circulação viária, a criação de uma rotunda. Na Figura 22 observamos a evolução da execução desta obra e nas Figuras 23 e 24 observamos a rotunda e sua envolvente em duas perspectivas distintas, uma no sentido de trânsito ascendente e outra no sentido descendente. Esta rotunda situa-se na entrada da cidade e pretende, como referimos, resolver um nó viário e simultaneamente, ao nível simbólico e de imagem da cidade, criar algo que seja visto como obra de arte: por um lado um troço de 100 metros integralmente

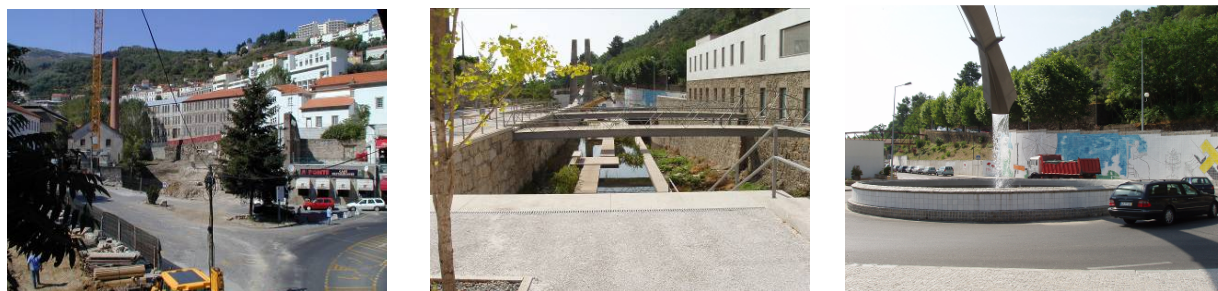


Figura 22
Rotunda e Jardim da Ponte do Rato – antes e depois
Fonte: GCPP

ladrilhado, por outro uma fonte que alimenta o interior da rotunda com água proveniente da ribeira. Contudo, longe de ter sido uma obra que reunisse o consenso dos covilhanenses, esta intervenção demonstrou-se como uma das que mais celeuma originou. Se por seu turno os responsáveis pela execução do programa afiançam tratar-se de uma obra de arte que valoriza a imagem da cidade e a própria identidade pessoal dos covilhanenses, outros³⁵ não ligados à execução do Programa criticam com veemência um monstro, tanto pela forma como pelo investimento avultado que acarretou, que nada revela da identidade covilhanense tendo sido, ao invés, uma escolha esteticamente despropositada e abstrusa.

³⁵ Fonte: Testemunho privilegiado.



Figura 23
Rotunda da Ponte do Rato – sentido ascendente
Fonte: Captação do Investigador



Figura 24
Rotunda da Ponte do Rato – sentido descendente
Fonte: Captação do Investigador

Numa segunda perspectiva, compreendendo a articulação dos vales das ribeiras com a cidade, podemos considerar que apenas se confirma a articulação desses mesmos vales das ribeiras com a cidade em moldes bastante ténues e em muito devendo às intervenções executadas que já descrevemos anteriormente. Assim, consideramos que as construções dos jardins e parques urbanos mencionados cativaram, nesses espaços, a relação do espaço público com a paisagem envolvente, facto que se deve não só aos apoios concedidos no âmbito do próprio Programa como à vontade política da Câmara em não alienar esses terrenos para construção, abdicando de uma receita de “vários milhões de contos”

pelo “jardim, porque entendeu que era mais necessário” tratando-se de zonas “com condições dotadas para o efeito, em termos de centralização face à zona de expansão, em termos de demografia e de área disponível”. Desta forma, e com estas opções, garantiu-se nas zonas onde a intervenção já está executada ou em final de execução a protecção dos canais de ligação visual e funcional da cidade com os vales, potenciado a relação de um espaço público de qualidade com a paisagem envolvente. No que concerne às áreas ainda não executadas, nomeadamente as do projecto do Jardim da Carpinteira, só o futuro poderá ditar se as considerações previstas no Polis serão ou não cumpridas.

Também os percursos pedonais, escadarias mecânicas e elevadores inscritos no Programa sofreram um forte revés. Se é verdade que encontramos escadarias não mecânicas de ligação e alguns percursos pedonais entre margens nas zonas já intervencionadas, facto é que vários projectos se mantêm exactamente pelo estatuto de projecto: “o Programa Polis visava de facto a criação de três percursos de nível ao longo de vários níveis da cidade através da construção de pontes pedonais para ligar as margens da ribeira [da Goldra] associadas a elevadores mecânicos e escadarias mecânicas e elevadores clivados”, mas só houve disponibilidade financeira para abrir concurso à obra de um elevador e de uma ponte, ainda que a maior, sendo que as restantes ficaram sem previsão de execução por esse mesmo facto do orçamento se encontrar já esgotado, independentemente destas serem de localização prevista na área da Goldra ou da Carpinteira.

Na perspectiva, a terceira, de se preservar e valorizar o património industrial, pouco foi possível de realizar no âmbito do Programa Polis, mais sendo um património que era considerado nas premissas do Programa Polis como indispensável à construção da identidade covilhanense. Porém, a maior parte dos edifícios de memória industrial recuperados foram-no aquando da sua reconversão para o Instituto Politécnico e, mais recentemente, apropriados pela Universidade da Beira Interior. Entre estes o edifício da antiga Real Fábrica de Panos, que alberga o Polo I da UBI e um dos núcleos do Museu dos Lanifícios³⁶ que estende os seus outros núcleos pela antiga Real Fábrica Veiga e das Râmolas do Sol.

Tidas como elevadas as expectativas relacionadas com as possibilidades do Polis intervir neste património, decerto que estas emanaram goradas. A própria autarquia reconhece quer a importância deste edificado tão específico, quer a falência dos objectivos aqui pretendidos pelo Polis. A reconhecê-lo, informou publicamente da sua candidatura a nova tentativa de requalificação de tal património, desta feita no âmbito da Comurbeiras – Comunidade Urbana das Beiras. Esgotou-se assim também, e no seio do Polis, o objectivo de criar condições para fábricas desactivadas ou degradadas por forma a incentivar

³⁶ Para que não remanesçam dúvidas, a inauguração do Museu dos Lanifícios ocorreu em Abril de 1992.

o interesse do mercado, que se manifestaria, subsequentemente, em acções tanto de reabilitação como de reutilização deste típico edificado pertencente à fundação e história da própria cidade.

Quanto à ideia que supunha uma redução da dependência automóvel em favorecimento da mobilidade pedonal, quarta perspectiva que observamos no Programa Polis para a Covilhã, asserimos que esta terá sido comprometida por variadas acções que ocorreram em incumprimento, não tendo sido executadas como havia sido previsto. Pese embora o facto da criação de espaços de estacionamento, nomeadamente lugares de estacionamento lateral no enfiamento da via do parque da Goldra, via vislumbrável pela Figura 25, do parque subterrâneo sob esta mesma via com capacidade para 110



Figura 25
Via do Parque da Goldra
Fonte: GCPP

automóveis, Figura 26, e do parque de estacionamento subterrâneo junto à Praça do Município – que, aliás, pouca procura tem encontrado, tendo inclusivamente contractos de lugares de estacionamento com hotéis contíguos à zona –, boa parte dos equipamentos previstos no Programa no sentido de facilitar a vivência pedonal quotidiana da cidade não tiveram a sua execução muitas das vezes iniciada e, menos ainda, concluída. Os elevadores e escadas mecanizados bem como duas das três pontes entre margens não tiveram outra opção que a de ficar pelo papel, mesmo que, ainda que nestes casos em número reduzido, já com projecto esboçado: de facto mais do que a mera previsão no Plano Estratégico da Covilhã só abriram concurso os projectos de um elevador e de uma escadaria mecânica – “temos os projectos para os elevadores, temos neste momento em concurso, por acaso, a empreitada de construção do primeiro elevador e da primeira ponte”. Para o facto, reitera-se a justificação assente em questões de escassez financeira, como se compreende numa afirmação que lamenta a incapacidade de se executar mais projectos previstos: “mas só uma ponte... falta o resto da estrutura, há-de haver alguém, espero eu, que aproveite o investimento (...)”, dado que “algumas das obras que estavam



Figura 26

Estacionamento sob Via do Pq. Goldra

Fonte: GCP



Figura 27

Estacionamento sob Pç. do Município

Fonte: Captação do Investigador

previstas no Programa Polis já tinham tido despesas de projecto e ficavam por essa fase porque já não havia dinheiro para o resto e portanto tiveram que ficar de fora”. Como já fora referido durante a análise à segunda perspectiva, este factor de incapacidade de executar estruturas visando o uso pedonal da cidade também concorre para comprometer objectivos visados na articulação dos vales da ribeira com todo o remanescente da cidade. Já a Rotunda da Ponte do Rato obteve alguns ganhos de relevo no desanuviamento do trânsito à entrada da cidade face ao traçado previamente existente que se pautava por ser consideravelmente mais confuso. Ainda assim, face à impossibilidade de implementação dos equipamentos que facilitassem a mobilidade pedonal pela cidade, não se constata diferenças substantivas no volume de trânsito da Covilhã após as intervenções Polis quando comparado com o volume de tráfego rodoviário que as antecedeu. Nesta medida se conclui que as implicações relativas à dependência automóvel não se afrouxaram e que as medidas Polis nesta perspectiva deixaram inalteradas as práticas dos actores sociais relativamente às suas – habituais – regras de deslocação.

Finalmente, quinta perspectiva, no que concerne ao salvaguardar-se o que resta, garantindo uma cidade aberta aos vales e à paisagem, vários objectivos nesse sentido foram alcançados embora se possa dirimir sobre a profundidade desse mesmo alcance e, ainda, que muito do cumprimento deste objectivo passa obrigatoriamente por políticas de gestão autárquica futuras. Se presentemente algumas das intervenções, como as descritas na perspectiva primeira sobre a Ribeira da Goldra, instigam no sentido da salvaguarda da cidade face à sua envolvente, especificamente aquelas que respeitam à ambiência oferecida pelos vales, não se pode prognosticar nem afiançar que essa salvaguarda venha a consumir-se embora o discurso manifestado quanto à sensibilidade pelas questões ambientais nas cidades tenha

vindo cada vez mais a firmar-se na voz não só dos decisores políticos dos diversos quadrantes, como na sociedade civil em geral que, mediante indiscutíveis recursos de *empowerment* de que se vai dotando, expressa e veicula a sua indelével vontade em garantir ganhos na qualidade de vida dos espaços onde se desenrola a sua vivência. Na Figura 28 podemos observar o resultado de algumas obras de requalificação junto à igreja de Nossa Senhora de Fátima, enquadrando-a com a envolvente, ie, com o ambiente considerado natural.



Figura 28
Envolvente da Igreja de Nossa Senhora de Fátima
Fonte: GCPP

CAPÍTULO VIII

O POLIS NA MARINHA GRANDE

A Marinha Grande é a única cidade deste estudo a incorporar-se na dita segunda fase do Programa Polis. Das três cidades é aquela que reúne um projecto mais modesto, sendo o seu financiamento previsto à data de 2004 pelo Tribunal de Contas³⁷ de 8.933.350,00€, investimento este reprogramado, com um desvio de 100.695€ face ao inicial. Relativamente aos números da sua população apresenta-se em terceiro lugar aquando da comparação com as restantes cidades alvo de estudo. O seu concelho estende-se por 181,37km² e pelas suas características, quer topográficas quer ao nível de densidade populacional³⁸, sugeria que seria de entre as três cidades alvo do estudo aquela onde seria mais pacífico de executar as intervenções preconizadas no projecto Polis. O Programa da Marinha Grande é estipulado por uma área de 8ha que representam as intervenções dos dois Parques Urbanos. Quanto às restantes intervenções é-nos desconhecida a informação sobre a dimensão da área que representam.

Dando começo à nossa análise na Marinha Grande, podemos observar na Figura 29, presente na página seguinte, a planta do plano geral das intervenções a executar, em que o realce elaborado em desenho delimita as zonas a intervir, atravessando em comprimento toda a cidade. Como nas restantes intervenções Polis nas cidades já vistas, também na Marinha Grande a linha de água, a Ribeira das Bernardas, começa por constituir o âmago das intervenções que se estende, posteriormente, à requalificação urbana das zonas do troço de Casal de Malta, Parque Urbano dos Mártires do Colonialismo, Parque Urbano da Cerca e, junto a este último, da zona referente ao centro tradicional desta cidade.

Sendo que na Marinha Grande estamos no âmbito da segunda fase do Programa não foi constituída sociedade, formada por diversos agentes públicos representando a Administração Central quer a Administração Local, que gerisse os seus trâmites, tendo ao invés sido assinado entre as duas estruturas da administração pública um contrato programa pelo qual se regeria a execução do investimento e obra a executar. Assim, a Câmara Municipal da Marinha Grande ficou incumbida de gerir este processo do princípio ao fim conquanto cumprisse as designações pré-acordadas no dito

³⁷ Quadro 1 – Financiamento do Investimento Reprogramado (Tribunal de Contas, 2004: 34)

³⁸ Seguindo as estatísticas do INE relativamente a 2007, estima-se uma densidade populacional do concelho na ordem dos 212hab/ km²

contrato programa. A única entidade exterior à autarquia desempenharia apenas um papel de algum acompanhamento no terreno, nomeadamente na fiscalização conjunta da obra a fim de que esta contribuísse igualmente como comprovativo da despesa efectuada, e tratou-se da CCDDR-C. Todo o mais ficou encarregue por variados serviços que compõem a estrutura da Câmara.



Figura 29
Planta do Plano Geral das Intervenções
Fonte: DOPU – C. M. Marinha Grande

Justificou-se a aplicação destes modelos aos Polis de segunda fase dado que os valores

atribuídos, bastante inferiores ao que haviam sido na fase inaugural, não obrigavam nem careciam de uma sociedade de gestão, de tipo Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos. A responsabilidade das execuções, diríamos assim, dependeria quase que por inteiro do Poder Local, ainda que o financiamento continuasse a ser maioritariamente proveniente do erário público – particularmente por via do PIDDAC³⁹, atribuído pela DGOTDU⁴⁰, e em menor dimensão directamente dos orçamentos municipais de cada autarquia concorrente – e de alguns fundos comunitários, se bem que estes últimos em valores muito inferiores aos que foram considerados e dispendidos na fase originária do Programa.

Na primeira perspectiva⁴¹, recuperação e reconversão da Ribeira das Bernardas, troço de Casal de Malta, “o bairro de Casal de Malta foi a primeira obra”⁴² a ser iniciada. Neste bairro foram edificadas as novas instalações da Polícia de Segurança Pública, por onde passa também em adjacência, de forma aberta e também de forma subterrânea, uma parte da linha de água que foi requalificada. Sendo um bairro considerado como problemático, ao qual estão inerentes representações sociais ligadas a comportamentos desviantes, como prostituição, consumo e tráfico de substâncias psicoactivas ilícitas, entre outros, e simbolicamente desqualificado⁴³ por ser originariamente um bairro de casas camarárias de ocupação orientada para realojamento e/ ou aquisição imobiliária por parte de actores sociais portadores de baixo capital económico e cultural, é relevante termos em consideração que com a finalidade de promover uma imagem mais positiva do bairro se tenha iniciado, por um lado, a recuperação da linha de água e espaços contíguos nesta área bem como, por outro, se tenha (re)instalado as forças de segurança em instalações aí edificadas de raiz para o efeito. Contudo, no caso das instalações da PSP não podemos deixar de mencionar que se trata de uma opção que não cabe no Programa Polis, sendo que a sua construção antecede em data o surgimento do Programa. Já os objectivos que se prendem com a recuperação da linha de água, inclusivamente obras realizadas adjacientemente às instalações da Polícia, são integrantes no seio do Polis da Marinha Grande.

Podemos asserir que se de facto a recuperação da ribeira, e da sua envolvente, ao longo deste troço teve indubitavelmente um impacto geral positivo, e portanto cumprida em conformidade com

³⁹ PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central.

⁴⁰ DGOTDU – Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

⁴¹ Para as perspectivas dos grandes eixos da intervenção na Marinha Grande consultar também pp. 30 a 32.

⁴² Ao longo deste capítulo o texto entre aspas advém do discurso proveniente de entrevistas elaboradas a testemunha de fonte privilegiada.

⁴³ A este bairro é também atribuída a denominação pejorativa de bairro dos índios, denominação que estigmatiza tanto o espaço como os seus habitantes e que é atribuída pelos restantes actores sociais que, dotados de um capital social superior ao destes 'indígenas' a diversos níveis, têm a possibilidade de apropriação de outros espaços simbolicamente mais valorizados pelos marinhenses em geral.

alguns objectivos do Programa – ver, por exemplo, Figura 30 –, e no realce positivo da imagem simbólica do espaço público, não podemos garantir de forma alguma que haja uma requalificação do Bairro de Casal de Malta como um todo.



Figura 30
Ribeira das Bernardas – Troço de Casal de Malta
Fonte: DOPU – C. M. Marinha Grande

É nesta medida, da não requalificação do bairro considerado como um todo, que nos debatemos com algumas ambiguidades. As intervenções realizadas no âmbito do Programa Polis foram um sucesso indelével quanto à forma; quanto ao conteúdo o fenómeno complexifica-se dado que nos parece que apenas a envolvente foi requalificada, nomeadamente através dos ganhos simbólicos conseguidos pela aparente melhoria do espaço público, enquanto que as questões de fundo da problemática do bairro permanecem, pintadas por este 'verniz' esteticizante, quase inalteradas: se a imagem que é representada pelos marinhenses em geral é mais positiva face a este local, não desapareceu o estigma (Goffman, 1988) de cotação desvalorizada e desvalorizante a que estão sujeitas estas populações em particular, estigma esse que tanto é autoinduzido (dos próprios para os próprios) como é induzido exogenamente (dos não residentes portadores de maiores valências em capital social para com os residentes e apropriantes do bairro).

Respeitante à requalificação do Parque Mártires do Colonialismo, segunda perspectiva, pode-se asserir que foi a primeira obra do Programa Polis, em todo o país, a ser inaugurada. Esta obra de recuperação e reconversão, dado que já “existia mas com umas características já bastante negativas”, (re)abriu portas ao público em Junho de 2003, abrangendo uma área que ronda os 4,5ha. Podemos

observar pelas Figuras 31, 32 e 33 uma imagem exemplificativa na evolução das obras até ao seu término, com o Parque já concluído na representação da última destas Figuras.

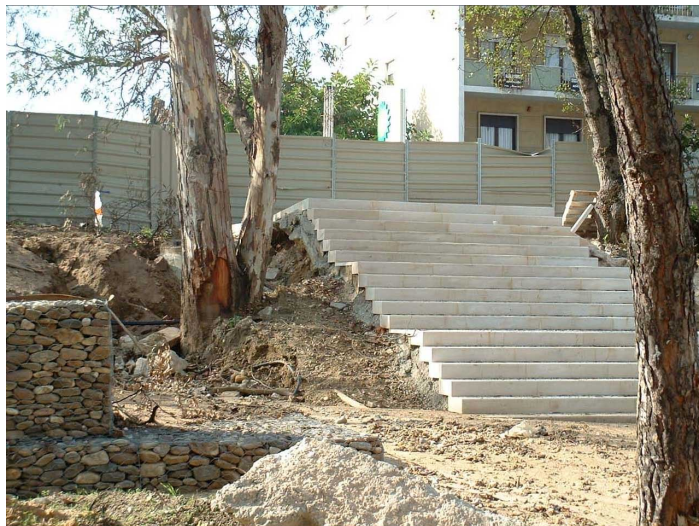


Figura 31

Parque Mártires do Colonialismo (em obra 1)
Fonte: DOPU – C. M. Marinha Grande



Figura 32

Parque Mártires do Colonialismo (em obra 2)
Fonte: DOPU – C. M. Marinha Grande



Figura 33

Parque Mártires do Colonialismo
Fonte: DOPU – C. M. Marinha Grande

Este Parque Urbano atravessado, claro está, pela linha de água da Ribeira das Bernardas, actualmente recuperada em vários níveis, é dotado de diversos espaços de lazer, entre elas uma zona criada com o intuito de servir de área de merendas, equipamentos de lazer infantil, equipamento para alguns desportos radicais, auditório/ anfiteatro virado para práticas culturais com tela de projecção de

imagens e, como aliciante ao uso público, zonas de restauração que apoiam a ludificação do parque. Como noutros parques urbanos antevistos, também no Parque Mártires do Colonialismo se conjuntam as práticas respeitantes ao comércio com a apropriação lúdica deste tipo de espaço público. Assim, passamos de um espaço caracterizado por uma mata indefinida e pouco sedutora ao usufruto por parte de actores sociais residentes ou visitantes, vivendo ainda com uma imagem desqualificada visto que até então era reconhecida a sua apropriação por indivíduos toxicodependentes, para um espaço que hoje em dia é uma referência, escusar-se-ia acrescentar positiva, para a população marinhense em geral. Parece-nos então justo concluir que, face quer às propostas previstas no Programa como às expectativas que delas poderíamos retirar, de uma forma genérica a intervenção no sentido de recuperar e reconverter o espaço público onde agora se encontra o Parque Mártires do Colonialismo foi uma intervenção bem sucedida.

Face à terceira perspectiva considerada, Parque Urbano da Cerca, esta foi executada numa área de sensivelmente 3,5ha. Como podemos observar através das Figuras 34 e 35, a intervenção que se consubstancia na criação do Parque Urbano da Cerca é uma obra quase toda realizada de raiz. Sugerimos quase, pois que, embora como verifica através da Figura número 34 houvessem já havido obras de reperfilamento da área da estrada para a direita, nomeadamente na calçada e no espaço verde defronte do edifício que nos surge nas imagens (notemos, por exemplo que se mantiveram os mesmos dissuasores de estacionamento em cima do passeio), na realidade as obras e as intervenções de monta aconteceram, tanto na área a montante como a jusante da estrada, no seio do Programa Polis: na



Figura 34
Parque Urbano da Cerca (antes)
Fonte: DOPU – C. M. Marinha Grande



Figura 35
Parque Urbano da Cerca (depois)
Fonte: DOPU – C. M. Marinha Grande

via de circulação automóvel foi elaborado um melhoramento, no ajardinamento defronte ao edifício também, tal como na zona de circulação pedonal nas adjacentes à via de circulação rodoviária; à esquerda da via surge então todo o novo Parque Urbano da Cerca, cuja configuração em nada tem a ver com a anterior imagem que era veiculada aos mais diversos actores sociais – marinhenses ou não. Outra perspectiva deste novo parque é-nos possibilitada pela Figura número 36, que tenta acompanhar em extensão a zona onde agora se instala o Parque Urbano da Cerca propriamente dito.



Figura 36
Parque Urbano da Cerca
Fonte: DOPU – C. M. Marinha Grande

Este parque foi criado com o intuito de prover a Marinha Grande de um espaço público de qualidade, orientado para apropriação nas mais diversas vertentes de lazer praticadas ao ar-livre e que se coadunem com as suas dimensões. Desta forma, é um parque que contém espaços multifuncionais, como espaços com equipamento para lazer infantil, dotado de possibilidades à prática de desportos desde os mais tradicionais até a alguns considerados radicais, espaços de mera estadia onde se pode apreciar um considerável espelho de água com 3.500m² fruto da linha de água que o constitui, que são considerados como um garante à atractividade de várias camadas de populações e também de diversas faixas etárias. Este parque é igualmente estruturado por um contínuo verde, onde encontramos vários tipos de espécies arbóreas, ajardinamentos ou simples relvado. É atravessado por várias vias pedonais e outras cicláveis que permitem o passeio em todo o redor e interior do parque, sendo que assim o espaço no seu todo foi organizado com a intenção de maximizar as suas utilizações multifuncionais e polivalentes, tendo sempre o cuidado de as integrar em relação aos elementos naturais envolventes. Esta intervenção, que conduziu a uma nova centralidade na Marinha Grande e a uma mais valia na

construção identitária positiva dos marinhenses, pode ser igualmente afirmada como uma intervenção de sucesso face aos objectivos previstos e que antecederam a sua criação

Voltando a nossa atenção para a intervenção na zona tardoiz da antiga FEIS, quarta perspectiva considerada, esta pretendia consumir um rearranjo paisagístico da área bem como servir de convite ao uso pedonal atreito desta zona contígua ao centro tradicional da cidade. Trata-se de uma área relativamente modesta em termos de dimensão, mas cuja intervenção teve obrigatoriamente de ser cuidada visto que se englobava em zona de protecção ao conjunto histórico classificado, antecedendo ao período de obra a elaboração de um estudo prévio que acabou por ser aprovado pelo IPPAR. Vemos nas Figuras 37 e 38 alguns resultados finais desta intervenção que, como já se disse, se cingiu a uma área relativamente pequena mas que em relação ao restante da cidade serve de interaface entre a Cerca e o centro tradicional da Marinha. A intervenção neste espaço fez surgir um espaço tido como apetecível pelo peão, estruturando-se assim por vias pedonais de acesso entre Cerca e centro com a linha de água a surgir, juntamente com os ajardinamentos envolventes, como simultaneamente focus da intervenção e da atractividade deste espaço público de 'passagem'.



Figura 37

Zona Tardoiz à Antiga FEIS (1)

Fonte: Captação do Investigador



Figura 38

Zona Tardoiz à Antiga FEIS (2)

Fonte: Captação do Investigador

Quanto ao sucesso desta intervenção, mesmo que não sendo inexistente, é ainda relativo dada a cultura automóvel dominante e ainda monopolizadora das práticas de deslocação pela cidade, tal como compreenderemos através deste excerto: “[lombas de regulação de velocidade] foram precisamente

algumas medidas que no âmbito do UrbCom⁴⁴ agora foram adoptadas precisamente para se tentar diminuir a velocidade, para tentar que seja dada alguma prioridade ao peão em detrimento do automóvel o que não é fácil. Não é fácil, porque, por exemplo, teve que se recorrer à solução dos pins, destas barreiras, porque precisamente as pessoas ainda não têm uma educação cívica que permita que os espaços funcionem sem estes obstáculos. (...) Se reparar este próprio largo que aqui está às vezes, que é suposto ser um espaço para peão, às vezes tem aqui carros estacionados ainda agora, agora que era suposto não ter. (...) É um processo (...) que paulatinamente tem que se ir fazendo pouco a pouco as coisas e depois também [os indivíduos] vão compreendendo e um dia as coisas vão correr melhor, com certeza. Temos essa expectativa, pelo menos”.

Já a reconversão da Fábrica da Resinagem, a quinta perspectiva constante nos eixos de intervenção da cidade, ficou tão somente pelo projecto. Tendo sido abandonada numa fase mais tardia, a sua execução encontra-se, pelo menos, adiada sem que se prognostique data de intervenção. As razões conducentes a este deixar cair quando se encontrava já em fase de projecto prende-se exclusivamente a motivações de ordem financeira, já que considerado o orçamento do Polis da Marinha Grande esta obra tornou-se irremediavelmente irrealista: “o projecto entrou, foi financiado também pelo Programa Polis nesta medida, mas depois tendo em conta os timings que estavam previstos no contrato programa houve um reajuste das acções e a obra caiu do Polis, ou seja, nós sabíamos que no prazo que o Polis tinha na altura não era razoável pensar que iríamos conseguir concretizar a obra. E sobretudo porque era um volume, tínhamos um orçamento que excedia largamente o valor da... [obra ou intervenção]”.

Por fim, sexta perspectiva que apresentamos, as questões relacionadas com a circulação e o estacionamento. Os tópicos que se prendem com o condicionamento do trânsito rodoviário no centro tradicional da Marinha Grande, incitando a circulação pedonal especificamente entre este e o Parque Urbano da cerca foram já abordados, e tecidas as devidas considerações, na perspectiva anterior. No que se refere ao descongestionamento viário de atravessamento do centro, previram-se no Programa Polis acções ao nível da Estrada Nacional 242-1 (Marinha Grande/ Vieira de Leiria) e da criação de diversas vias alternativas, junto à Cerca. A intervenção na EN 242-1 ocorreu essencialmente no troço junto à Câmara Municipal visando apenas algumas melhorias na qualidade da circulação automóvel, tendo obtido assim algumas vantagens relativas, ou seja, na cercania dos melhoramentos efectuados e pouco impacto no troço como um todo, particularmente perdendo relevância no sentido do centro da

⁴⁴ UrbCom – Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial. Este sistema deriva do Prime – Programa de Incentivos à Modernização da Economia, sob a alçada do Ministério da Economia e da Inovação (MEI).

cidade da Marinha Grande para a freguesia de Vieira de Leiria. Ainda no sentido de otimizar a circulação automóvel foram construídas e reabilitadas as chamadas vias da cerca, que se expandem ao redor de uma rotunda reconvertida que podemos observar na Figura 39.



Figura 39

Vias da Cerca

Fonte: Gabinete Coordenador do Programa Polis

Respeitante ao estacionamento automóvel, pouco pode ser feito ao nível de superfície, com excepção, eg, de alguns lugares que vieram reforçar o parque da Cerca, dada a estrutura da rede viária pré-existente e do edificado mormente como que 'colado' às vias, estratégia que escassas atenções prestou ao estacionamento do parque automóvel que usufrui ou pretendia usufruir da cidade. Parte do



Figura 40

Parque de Estacionamento Subterrâneo (actualmente)

Fonte: Captação do Investigador

solucionamento deste problema passaria pela alternativa de se criarem parques de estacionamento subterrâneos. Como tal, foi pensada a execução de um parque desta tipologia no espaço pertencente às ex-instalações da Crisal⁴⁵ mas que não se encontra ainda aberto ao público, como podemos visualizar, imagem actual, através da Figura 40, na página anterior, e como tal, mas que se encontra quase que finalizado, embora se tenha obrigatoriamente de concluir que não oferece ainda quaisquer vantagens aos actores sociais que mais uso fazem do automóvel nas suas deslocações pela cidade.

As intervenções nesta perspectiva, julgamos, foram parcialmente conseguidas quando analisamos as propostas presentes no Polis. Contudo, julgamos igualmente que foram escassas e pouco significativas na vivência e na alteração das práticas sociais da e na Marinha Grande.

⁴⁵ Crisal – Cristalaria Automática SA, renomada vidreira da Marinha Grande, presentemente pertença da holding norte-americana, Libbey Inc.

CAPÍTULO IX

O POLIS NA IMPRENSA

Cacém, Covilhã e Marinha Grande à luz de um Jornal de tiragem Nacional: Público

Considerámos ser relevante prestar atenção daquilo que os media transmitiam do Programa Polis, particularmente o que informavam sobre as três cidades de que fizemos nosso campo de trabalho. Um primeiro traçado pensado indicava-nos que por solução ideal deveríamos ocuparmo-nos do que fizera notícia quer num jornal com expressão nacional quer em jornais de âmbito local. Algumas diligências foram ainda elaboradas nesse sentido. Tornou-se contudo visível que tamanha incursão seria implausível numa investigação com a dimensão da que nos havíamos proposto. Esgotada a primeira opção, decidimos investir a nossa atenção exclusivamente num jornal diário cuja expressão englobasse o âmbito necessário, ie, cobertura pública a nível nacional. A nossa escolha recaiu, sobre o que havia sido referido em matéria relevante às nossas três cidades e às intervenções diligenciadas no seio do Programa Polis, no jornal Público.

Documentámo-nos com o que havia sido produzido sobre o Programa Polis no diário Público desde o ano 2000 até ao término de 2007. Desta forma, com a colaboração do seu Centro de Documentação, foram encontradas vinte referências noticiosas relevantes face aos objectivos da investigação. São essas vinte referências, expressas neste jornal nacional diário, que aqui trazemos sobre o Programa Polis nas cidades do Cacém, da Covilhã e da Marinha Grande, com o intuito de tentar perceber a amplitude e significância que este fenómeno havia despertado tanto na como pela opinião pública, ou seja, qual o impacto que o Programa despertara na população portuguesa em geral e o interesse gerado ao nível dos media. Esta análise tende, pela sua dimensão, a ser exemplificativa e de modo algum aspira a ser uma referência representativa da realidade construída e veiculada pela imprensa no seu todo.

Das vinte presenças no jornal Público, metade de todos os factos noticiados dizem respeito à cidade do Cacém, isto é, dez. Apenas seis dizem respeito à cidade da Covilhã e as restantes quatro à cidade da Marinha Grande. Em oito anos, grosso modo 2.920 dias, vinte presenças num jornal diário, ainda que de tiragem nacional, é um número mais que exíguo. Assim, em termos absolutos e em termos percentuais a cidade do Cacém obteve atenção em dez das vinte menções noticiosas, o que equivale a

50% do material recolhido, a Covilhã pouco mais de metade das do Cacém, ou seja, apenas seis, representando 30% da globalidade das referências, e, por fim, a Marinha Grande obteve apenas quatro citações de entre as vinte totais encontradas, correspondendo a uma percentagem de 20%. Podemos constatar de melhor forma esta distribuição pela observação dos quadros 13 e 14, de seguida em baixo:

Total de Referências Noticiosas ao Programa Polis e Distribuição por Anos de Publicação	
Total	20
2000	3
2001	5
2002	3
2003	-
2004	-
2005	1
2006	-
2007	8

Quadro 13

Total de Referências Noticiosas ao Programa Polis e Distribuição por Anos de Publicação

Fonte: jornal Público

Cidade	Número Total e Total % de Referências Noticiosas ao Programa Polis e Distribuição por Cidade e Anos de Publicação									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total	%
Cacém	3	1	-	-	-	-	-	6	10	50
Covilhã	-	2	2	-	-	-	-	2	6	30
Marinha Grande	-	2	1	-	-	1	-	-	4	20

Quadro 14

Número Total e Total % de Referências Noticiosas do Programa Polis e Distribuição por Cidade e Anos de Publicação

Fonte: jornal Público

Não escapa então ao olhar do observador que das vinte referências noticiosas ao Programa Polis no universo delimitado a grande maioria, metade como referido, são afectas à cidade do Cacém, três em 2000, uma em 2001 e seis em 2007, seguindo-se-lhe as cidades da Covilhã com seis, duas em 2001, outras duas em 2002 e mais duas em 2007, e da Marinha Grande com apenas quatro, respectivamente em 2001, com duas, e em 2002 e 2005, com uma por ano. Contudo, pormenor a que devemos sem dúvida atentar, não surgem, segundo o Centro de Documentação do Público, quaisquer referências noticiosas no decorrer dos anos de 2003, 2004 e 2006. A explicação deste fenómeno ultrapassa, neste sentido, as capacidades perceptivas do investigador, não se escusando este, no entanto, a estranhar o facto. Porém, limita-se aqui tão somente a cumprir as directrizes bem como as informações proporcionadas pelo respectivo Centro de Documentação do supracitado jornal. Mais ainda, é de notar que no ano de 2007 surgem oito das vinte referências ao Programa, isto é, mais de dois terços de todas elas coligidas numa temporalidade de apenas um ano, nomeadamente o último do somatório daqueles em que focámos a nossa atenção. Esta questão parece-nos algo anómala, embora percebamos que no ano de 2000 somente a cidade do Cacém apareça referida, tanto pela indiscutível aparência, em grandeza populacional e estratégica – visto que complementa a Área Metropolitana de Lisboa abarcando um significativo cúmulo populacional –, que esta cidade assume face às restantes, como pela dimensão do investimento previsto para as suas acções. Na realidade, mais do que nas outras cidades a que o estudo se cinge, o Cacém seria inevitavelmente aquela que apresentava um projecto de intervenção mais elaborado e ambicioso e não devemos excluir nem esquecer a mais valia da importância mediática atribuível pela sua natureza de inscrição na AML, imputando-a de uma inflacionada valoração a nível simbólico. Passamos de seguida a algumas considerações sobre os factos noticiados seguindo a ordem cronológica dos acontecimentos por cidade.

No ano de 2000 o jornal Público editou⁴⁶, conforme vimos, três referências noticiosas que mencionavam exclusivamente a cidade do Cacém. Estas três referências são datadas, nomeadamente, de 14 de Abril, 6 de Setembro e 12 de Dezembro. A primeira foi intitulada “Lançamento do Programa Polis devassa jardim infantil” (pág 40), e alude à destruição de uma parcela da área do Jardim de Infância Popular no Cacém, derivada do facto de a mesma ter servido de palco à apresentação pública do Programa Polis. Realça, desta forma, um mau começo do Polis. O Jardim, que havia sido recuperado em 1983 após cheias devastadoras, ficara novamente precarizado. A população reagira com indignação a este fenómeno, apesar de um porta-voz da Parque Expo ter esclarecido que o local tinha sido escolhido

⁴⁶ Todas as referências produzidas pelo jornal Público que mencionamos encontram-se integralmente reproduzidas, tal como nos foram providas pelo Centro de Documentação do Público, nos Anexos à presente dissertação.

pela sua carga simbólica, pois que representava as zonas verdes a recuperar e nas quais se incluiria o JIP, desta feita reconvertido já que todo o quarteirão onde se encontrava iria ser demolido e requalificado no âmbito do Programa.

A segunda referência foi intitulada “Empresas de restauro criticam desordenamento em Sintra” (pág. 38), onde se começa por afirmar ser o Cacém o paradigma do caos urbanístico das zonas metropolitanas, palavras remetidas para as empresas de conservação e restauro de edifícios. Sustentam estas, segundo o jornal, que o Polis iria aumentar a pressão urbanística, facto que conduziria à destruição dos edifícios do centro histórico ainda remanescentes. Nas palavras do Gecorpa⁴⁷, afirmava-se que o Cacém era apenas um dormitório, de prédios encavalitados, onde rareavam espaços verdes de qualidade bem como os devidos equipamentos sociais. Menciona ainda que com o novo edifício previsto pelo Polis se instaurarão no processo quer especulação económica como corrupção, factos que poderiam ser evitados se, resumem, fosse recuperado o edifício já existente ao invés de se promover a construção de um novo.

Por fim, na terceira referência com o título “Sociedade Cacém-Polis será gerida em parceria com Parque Expo” (pág. 52), dá-se conta da aprovação da constituição da Sociedade Cacém-Polis SA, empresa municipal que será gerida em parceria com a Parque Expo. Informa ainda que a Sociedade foi aprovada em Assembleia Municipal com os votos a favor de todas as bancadas excepto uma, sendo o restante desta referência noticiosa constituído por algumas apreciações por parte das bancadas face ao futuro do Cacém, particularmente no âmbito do Programa.

No ano de 2001 contamos com cinco referências no Público: uma ao Cacém e duas quer para a cidade da Covilhã como para a cidade da Marinha Grande.

A 21 de Abril foi publicada a referência intitulada “Número” (pág. 82), que indicava para os cinco milhões de contos que eram então anunciados como o montante de investimento no âmbito do Polis para a Covilhã. É mencionado que o então Presidente de Câmara sustentava que os objectivos para a cidade seriam essencialmente os da recuperação e requalificação das zonas da Carpinteira e da Goldra, o que incluiria também as áreas de influência das duas ribeiras com o mesmo nome, despoluindo-as e criando uma estação de tratamento de águas residuais para assegurar que se mantivessem despoluídas.

A 15 de Maio de 2001 era editado o título “Sócrates diz que todos querem o Polis” (pág. 52), onde o Ministro do Ambiente surge afirmando, após cerimónia do contrato com a Covilhã, não haver à

⁴⁷ Gecorpa – Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico.

data autarca algum que não desejasse ver o seu município contemplado pelo Programa, acrescentando serem já muitos os candidatos à sua segunda fase. É ainda afirmada a previsão de um investimento de 8,6 milhões de contos no Polis da Covilhã. Nas palavras do então Presidente de Câmara, este mostra-se confiante na execução atempada do Programa e reiteram-se os objectivos da intervenção, enfatizando ser a única cidade do país com quatro acções já a decorrer.

A 19 de Maio, “37 candidaturas à segunda fase do programa Polis” (pág. 84) faz título. É vez de ser enunciada a cidade da Marinha Grande, onde apenas se refere que se candidata à segunda fase do Programa que assim ultrapassa em muito as expectativas de recepção de candidaturas face aos números de aceitação de cidades a contratar: duas a quatro.

A 1 de Novembro lê-se o título “Cacém vai passar um mau bocado com obras do Polis” (pág. 44). Nesta referência, dizia a então Presidente de Câmara que as obras previstas nas acções do Polis seriam executadas entre finais de 2002 e meados de 2006, complicando a vivência dos utentes da cidade mas que seria plenamente justificada pelos ganhos que se obteriam a posteriori. É igualmente mencionada uma sessão de esclarecimento pública por parte da Sociedade CacémPolis, respeitante às acções que iriam ser implementadas. Das questões mais relevantes debateu-se sobretudo a desarmonia do trânsito automóvel e as preocupações relativas à demolição de edificado degradado e subsequente realojamento dos seus apropriantes.

A encerrar as referências deste ano, temos a 28 de Dezembro o título “Marinha Grande adere aos Municípios com Centro Histórico” (pág. 39), onde se informa a intenção da cidade em aderir à Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico. Acresce o então Presidente de Câmara que prevê a recuperação de vários edifícios da era pombalina, como aqueles ocupados pelo mercado municipal e pela Escola Profissional e Artística da Marinha Grande, projectos esses também incluídos no âmbito do Programa Polis.

No que concerne ao ano de 2002, encontramos mais três referências das quais duas respeitantes à Covilhã e a outra à Marinha Grande.

Na edição de 13 de Abril, com o título “Câmara da Covilhã iniciou limpeza de ribeiras” (pág. 77), deparamo-nos com a informação de que os Serviços Municipalizados da Covilhã deram início a trabalhos com a finalidade de despoluir as duas principais linhas de água, ribeiras da Goldra e da Carpinteira, através da construção de emissários, orçados em cinco milhões de euros, que retirarão as águas residuais, domésticas e industriais, que seriam os principais focos a que se deviam a poluição das mesmas. Reiteram-se, mais uma vez, os principais objectivos delineados no Programa.

A 17 de Junho a referência noticiosa é de novo dirigida para a Covilhã, assumindo o título “Câmara da Covilhã critica Governo por causa do Polis” (pág. 37). Aqui o então Presidente de Câmara lamenta os atrasos nas transferências de verbas no âmbito do Programa, apontando desde logo a dificuldade em concretizar a totalidade das obras previstas até 2005, apesar de por enquanto não existirem atrasos significativos relativamente aos prazos previstos. É ainda realçada a preocupação perante 65 milhões de euros de obra concluída, dos quais a autarquia seria credora de 25 milhões, sendo que, para mais, existia um número de candidaturas significativo a fundos comunitários que não tinham ainda obtido qualquer resposta por parte das unidades de gestão. Reiteram-se os objectivos principais do Polis da Covilhã e avançam-se com algumas obras já realizadas, estipulando-se ainda até ao final do ano a conclusão da despoluição das ribeiras.

A 21 de Novembro é editado o título “Poupança orçamental condiciona obras do Polis” (pág. 47), que informa que a cativação de verbas irá afectar, entre o de outras cidades não contempladas no presente trabalho, o Polis da Marinha Grande. Esta cativação, é-nos dito na redacção, deve-se a medidas de poupança veiculadas pelo Ministério das Finanças. A esta cativação de verbas reage a Câmara Municipal da Marinha Grande afirmando o seu receio no cumprimento de pagamentos de obras já executadas. Para além deste receio por parte do autarca da cidade, acresce-se outro já que a então Ministra das Finanças aponta uma redução na ordem dos 50% para as verbas de obras que ainda não estejam realizadas, o que implica, segundo o autarca, o pôr em causa de várias acções relevantes como seria exemplo a requalificação do edifício da resinagem, entre outras. Fonte do Ministério das Finanças avança que, por necessidades financeiras, a medida de cativação de verbas iriam poupar ao Estado só no PIDDAC 300 milhões de euros. Todavia, ainda assim, o Gabinete Coordenador do Polis remete a responsabilidade dos atrasos nas participações por parte da Administração Central para a Câmara da Marinha Grande, visto que até à altura não apresentara um único recibo comprovando o ponto de situação no decurso das obras.

No ano de 2005 aponta-se apenas uma referência noticiosa, a 8 de Outubro, respeitante à Marinha Grande e intitulada “Quercus pede fecho de parque na Marinha Grande” (pág. 70), onde a Quercus, Associação Nacional de Conservação da Natureza, solicita às autoridades da cidade que interdite a utilização do Parque da Cerca, já que alegadamente se encontrava contaminado por metais considerados perigosos, ainda que a autarquia sustentasse que aqueles terrenos não estavam contaminados. Porém, a Quercus insiste, asserindo que tivera acesso a análises elaboradas por um laboratório canadiano que corroboravam a contaminação do solo com elevados teores de chumbo e

arsénio. Acusa a Quercus que no âmbito do Programa Polis foram efectuados aterros sobre os solos existentes potencialmente contaminados, aquando da requalificação do Parque Urbano da Cerca.

Finalmente o ano de 2007, com dez referências editadas no jornal Público.

A 31 de Janeiro, com o título “Câmara da Covilhã confirma construção da ponte pedonal sobre a Carpinteira” (pág. 51), onde se pode perceber que uma ponte pedonal a atravessar a ribeira da Carpinteira, definitivamente abandonada no âmbito do Programa Polis, será de facto executada mas com recurso a financiamento por parte do Fundo de Turismo e também com recurso a fundos comunitários. É destacado que esta é apenas uma das três pontes que não foram executadas pelo Polis, conforme previsto, o que permitiria ultrapassar as dificuldades de passagem características ao vale da Carpinteira. Refere-se ainda que junto a essa ponte será construído igualmente um elevador mecânico, mas o autarca da Covilhã não avança datas para a sua execução visto, afirma, ser necessário aguardar por fundos adequados à empreitada. Este elevador, informa a referência noticiosa, teve execução prevista no Polis que acabou por excluir das suas intervenções esta acção.

A 27 de Fevereiro, intitulada “Polis do Cacém troca equipamento de saúde por menos habitação” (pág. 24), surge outra referência noticiosa à cidade do Cacém. Desta feita, o realce é dado ao facto de na zona de intervenção Polis consignada para edificado de realojamento será, ao invés, construído um equipamento de saúde. Prende-se esta decisão com o facto, informam, de apenas quarenta famílias das duas centenas de famílias a realojar no âmbito das intervenções Polis desejarem continuar a habitar o Cacém, sendo que às restantes serão atribuídas indemnizações que estariam a ser negociadas. Assim, para além de ficar com dez fracções que sobejaram do edificado constituído para realojamento, que irá colocar à venda em hasta pública, a CacémPolis já não irá edificar mais edifícios de realojamento, ficando a alternativa de nessas áreas, agora desimpedidas, se construir equipamento de saúde, cuja iniciativa de construção deverá partir de entidades privadas. Para além destes desvios que levaram à alteração do Plano de Pormenor à área central do Cacém, informa ainda que a autarquia de Sintra prevê no novo Plano a criação de um silo automóvel, concurso ainda lançado pela CacémPolis mas de quem não dependerá a posterior execução, e a execução dos parques automóveis do mercado e da Nova Baixa do Cacém. Adiantavam ainda os devidos responsáveis que as acções Polis estariam concluídas até 31 de Dezembro de 2007, mesmo que ainda prevejam três meses mais a fim de terminar alguns arranjos exteriores.

A 12 de Março, complementando a referência noticiosa anterior, surge-nos o título “Cacém pode vir a ter unidade hospitalar privada” (pág. 20), onde é informado que a cidade do Cacém, na sua

freguesia com a mesma nomenclatura, deverá vir a acolher uma unidade hospitalar privada no âmbito do Programa Polis, substituindo edifícios de habitação previstos mas cuja necessidade se esgotara pelos motivos que explicámos na referência anterior.

Já a edição de 23 de Abril, intitulada “Maior parque da Covilhã abre até ao final do ano com jogos gigantes” (pág. 27), refere-se à cidade da Covilhã. É aqui informado que o Parque Urbano da Goldra, cuja obra chegou a estar parada por carência financeira, terá a sua execução completada até ao final do ano, data em que irá ser inaugurada aquela que é a última obra Polis da Covilhã. Menciona-se igualmente a despoluição da ribeira da Goldra, a manutenção dos muros empedrados tradicionais, num total de cinco quilómetros, com recurso a betão apenas quando estritamente necessário, a nova avenida que irá atravessar o parque e a descrição da composição do mesmo.

Voltamos ao Cacém na referência de 5 de Maio, com o título “Polis 'entregou' viaduto e parque ao Cacém” (pág. 27). Esta referência inicia por informar que o Cacém permanece ainda como que um estaleiro, facto devido ao número de obras que continuam a decorrer ao longo de parte da cidade. Passa de seguida a comentar o facto do Ministro do Ambiente ter ido oficialmente inaugurar o novo viaduto, ponte com 440m e dois ramos a atravessar o IC19, e o Parque Urbano da Bela Vista, com a ribeira já despoluída, dando também nota da insatisfação de alguns populares que defendiam inaugurações apenas no final da execução da totalidade das acções previstas. A CacémPolis, a autarquia e o Hospital das Descobertas formalizaram ainda, no seio de um investimento de 60 milhões de euros de que se congratula o autarca de Sintra, a instauração de um equipamento de saúde privado que se prevê concluído em 2011. O autarca de Sintra adianta, porém, que este equipamento de saúde não deve substituir um hospital público, que considera necessidade premente. Conclui a referência com as palavras do Ministro do Ambiente que classifica a intervenção Polis no Cacém a segunda maior a nível nacional e das mais complexas de executar, lamentando-se apenas que as obras referentes à área da estação ferroviária demorem mais uns anos para ver o seu término.

De novo a cidade do Cacém, a 24 de Setembro, com o título “CDU acusa CacémPolis de especulação” (pág. 20). Informa-se que a bancada da CDU se sente indignada com o propósito da CacémPolis ter colocado para venda em hasta pública o edifício da ex-fábrica Melka, pretendendo vê-lo, em alternativa, requalificado e reconvertido num equipamento público com fins desportivos, culturais e lúdicos, visto carecer a cidade desta tipologia de equipamentos. Exige assim a CDU, diz-nos a referência noticiosa, que se suspenda o processo de venda e que sejam auscultados tanto autarcas locais como a população no sentido de averiguarem o melhor destino a designar àquelas instalações. Caso a sua proposta não obtenha retorno, afirma a CDU, que assim a compra da Melka pela CacémPolis não teria

passado de uma manobra cujo intuito seria o de libertar a Melka, após ter deslocado a sua produção para outros países, de ter de colocar esse património à venda, colocando-se desta forma os interesses imobiliários em primazia quando confrontados com os interesses da população da cidade.

A 28 de Setembro, intitulada “Câmara de Sintra vai negociar a compra da antiga fábrica da Melka no Cacém” (pág.27), surge a penúltima referência no quadro temporal que estipulámos. No seguimento da referência inscrita acima, esta referência noticiosa veicula que a autarquia de Sintra se encontra disposta a negociar a compra da ex-fábrica Melka, sendo que CDU e PS manifestaram posição contra à venda do espaço em hasta pública, o que permitiria outro tipo de construções numa área que era designada como área Polis. Nesta medida, o Presidente de Câmara solicitou à CacémPolis, que aí se encontra sediada, a suspensão da venda do edifício de modo a que o próprio município possa concorrer para a aquisição da ex-fábrica. Reitera-se a necessidade daquele espaço para zonas desportivas, culturais e lúdicas, ao invés de mais edificado, fosse para indústria/ serviços ou habitação, numa cidade que já se encontra densamente urbanizada. Contudo, tal como afirma a notícia, está-se num processo de negociação e ainda nenhuma conclusão está firmada. Todavia, caso se consubstancie a venda do espaço a particulares, os quatro milhões de euros, base da licitação em hasta pública, seriam, segundo o Presidente de Câmara, canalizados para intervenções na Baixa do Cacém; caso a Câmara opte por ficar com a área, assere o Presidente de Câmara que intervirá nesse espaço para criar os equipamentos necessários, desportivos, culturais e lúdicos, para colmatar lacunas existentes no Cacém.

Finalizando, a 12 de Dezembro, é editada a referência com o título “Câmara de Sintra vai transferir serviços municipais para a Nova Baixa do Cacém” (pág. 25), dando conta da futura transferência de serviços camarários dispersos pela vila de Sintra para a nova Baixa do Cacém. Esta acção insere-se no projecto de alienação de uma parcela importante do Polis, nomeadamente da nova Baixa. Ao alienar este espaço, arrecadam-se nada menos que 7,3 milhões de euros, valor mínimo da licitação do terreno e da exploração de um parque automóvel. Em contrapartida, o futuro proprietário vê-se na obrigação de garantir estacionamento nocturno para residentes, o que se obtém através de uma avença mensal por valor simbólico, e de dar preferência na aquisição de lojas aos antigos proprietários na zona. Contudo, permanece a ressalva de que estas obras só poderão ter início após o começo da construção da nova estação ferroviária.

Concluída a exposição das referências noticiosas recolhidas no jornal Público de 2000 a 2007, remetemos para a Conclusão a elaboração de uma síntese que promova uma compreensão integrada.

CONCLUSÃO

Chegados ao ponto de finalizar esta investigação, optámos por redigir uma conclusão distribuída em três pontos: o primeiro referente às sínteses que podemos retirar do que expusemos relativamente às intervenções Polis nas cidades do Cacém, Covilhã e Marinha Grande, bem como das suas representações no jornal Público; o segundo ponto concerne a conclusões finais que podemos colher no término da investigação; finalmente no terceiro ponto, mencionamos aquelas que no nosso entender podem ser consideradas as virtudes e as vicissitudes da dissertação apresentada.

1. Síntese – Polis Cacém, Covilhã, Marinha Grande e Representações no jornal Público

a). O Programa Polis no Cacém

É das cidades seleccionadas na primeira fase. De todas as intervenções Polis, incluindo as que aqui não considerámos, a da Cidade do Cacém estaria indubitavelmente entre as que em lugar cimeiro despertariam maior interesse, concorrendo com a intervenção da Costa da Caparica e, em menor escala, com a intervenção de Viana do Castelo. Ambas detêm as intervenções onde os valores a alocar ocupam a tríade do topo, com particular ênfase para a Costa da Caparica com mais de 160 milhões de euros de financiamento previsto. Considerada, então, no seio do nosso universo de estudo esta cidade destaca-se das restantes também pelos montantes a investir, mas não só. Posto a parte dos valores das intervenções, a verdade é que a cidade do Cacém ultrapassa em quase o dobro o número de habitantes das cidades da Covilhã e da Marinha Grande em conjunto: perto de 82 mil habitantes versus o somatório de cerca de 44 mil, informam as estatísticas do INE; a considerar números fornecidos pela CacémPolis, a abranger os cerca de 90 mil residentes, o Cacém ultrapassaria o dobro na aferição equacionada. A estes números brutos e a acrescentar à sua elevada densidade populacional, a cidade do Cacém tem um incontestável ganho a nível simbólico. Este ganho deve-se ao facto da cidade estar inscrita na Área Metropolitana de Lisboa. Porém, não só se encontra inscrita na AML como nela

desempenha um papel fundamental, sendo uma das maiores e mais importantes cidades a oeste de Lisboa e um dos principais dormitórios da população que fornece mão-de-obra à capital, Lisboa.

Relativamente à intervenção Polis nesta cidade começamos por sustentar a complexidade e o grau de dificuldade de execução inerentes a um território como este, caracterizado por uma elevada densidade populacional e um fluxo de trânsito rodoviário, numa rede já por si algo deficitária, bastante vasto e pouco fluído. Intervir numa malha urbana intrincada como a do Cacém é sem dúvida uma necessidade, mas também um desafio.

A CacémPolis, responsável pela gestão do Programa na cidade, elegeu sete perspectivas, sete eixos, de intervenção centrais. A primeira e a segunda assentavam em pressupostos ambientais que convocavam igualmente a requalificação do espaço público. Tanto a linha de água e o Parque Linear como o Parque Urbano sofreram execuções que cumpriram os pressupostos preestabelecidos.

A terceira perspectiva de intervenção central concernia à reestruturação da rede viária. Em diversos traçados a CacémPolis interveio na requalificação de vias rodoviárias e pedonais, criando novas vias, prolongando outras, requalificando e reperfilando outras ainda. Foi, assim, conseguida uma espécie de circular interna rodoviária em torno de algum do território da cidade. Contudo, foi o viaduto do Lagar aquela que terá sido a obra viária mais importante no Cacém. Não nos iremos alongar nas considerações a tecer sobre a fórmula obtida para a construção deste, apenas diremos que é de realçar a sincronia existente na consecução do projecto juntamente com o Instituto de Estradas de Portugal: aproveitando-se o facto da cidade estar em obra, ambos CacémPolis e IEP operaram uma sinergia que trazendo muitos benefícios à cidade, também a poupou de intervenções que se não tivessem ocorrido desta forma causariam inúmeros transtornos adicionais aos habitantes, pelo que se conclui por um *timing* acertado.

Na quarta perspectiva, beneficiação de espaços públicos, a mesma coordenação, conseguida com o IEP, já não foi possível com a REFER a demorar na requalificação do interface rodoviário. Embora a execução seja prevista irá provocar a todos os utentes da cidade um transtorno que poderia ter sido minimizado se as obras ocorressem durante o período de vida do Polis. Claro está, a beneficiação dos espaços públicos não se ficaria por aqui. Outra acção salutar que está já concluída, e simboliza o espírito ambientalista para qual o Polis está vocacionado, é a do novo Jardim de Infância Popular. Esta IPSS foi beneficiada com um novo edificado 'amigo do ambiente', cuja adjacência é constituída por espaços verdes com equipamentos de lazer ajustados às necessidades. Foram também diversas as acções no sentido de promover a (qualidade da) vivência pedonal do Cacém: estradas condicionadas, colocação de dissuasores de estacionamento, mobiliário urbano que revitalizou alguns

espaços do Cacém. Finalizando esta perspectiva, está ainda a decorrer a edificação do CMIA – Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental, única das cidades deste estudo que o está a fazer embora consignado no Plano Estratégico de todas elas. Esta intervenção, que permite monitorizar algumas dimensões ambientais da cidade, chegou a estar em dúvida só que as pressões sofridas para a sua execução foram firmes e resolutas.

Na perspectiva, sexta, que previa uma regeneração do edificado várias acções foram realizadas. Entre elas o processo de realojamento de famílias que haviam visto o seu edificado demolido, dada a sua degradação avançada. Foi um processo expedito e bem coordenado, tendo ajudado tratar apenas de se realojar 52 famílias. Dado o facto de muitas terem optado por indemnizações ao invés de novo apartamento, vários terrenos, antes alocados à intervenção de realojamento, ficaram desimpedidos. Este facto veio permitir que a CacémPolis intermediasse entre a Câmara de Sintra e entre o Grupo José de Mello a instalação de um hospital privado exactamente nas áreas que ficaram desimpedidas.

No que é respeitante à última perspectiva, o ordenamento territorial das áreas de crescimento do Cacém, julgamos que a CacémPolis pouco pode fazer. Esta é uma questão futura e apesar das boas intenções manifestadas, não auguramos como se manifestará, ficando nas mãos dos decisores políticos que venham a ocupar os lugares cimeiros da administração pública da autarquia.

As intervenções executadas parecem-nos bastante positivas no seguimento de uma requalificação e revitalização da cidade. Nem por isso, insuficientes para uma cidade como o Cacém. À questão se o Polis requalificou realmente esta cidade, remetemos resposta para o ponto 2 da Conclusão.

b). O Programa Polis na Covilhã

A Covilhã foi outra cidade pioneira, entrando no Programa Polis logo aquando da sua emergência. Trata-se de uma cidade média do interior do país, onde estabelece – e poderia estabelecer ainda melhor – uma incontestável importância estratégica no eixo de cidades Guarda – Covilhã – Castelo Branco; poderíamos ainda acrescentar, a este eixo, a cidade do Fundão. Apesar de ser dotada de infraestruturas, como a Universidade da Beira Interior e o Hospital Pêro da Covilhã, é uma cidade envelhecida e que parece não ser capaz de firmar lógicas de atractividade que sedimentem mormente faixas etárias mais jovens. Ao invés, esta cidade envelhecida tem vindo, ao longo dos anos, a perder um número significativo de habitantes.

As intervenções da Polis Covilhã, sociedade gestora do Programa Polis para esta cidade, assentavam em cinco perspectivas, ou eixos, de intervenção centrais: a primeira, revitalização,

valorização e vitalização dos vales da Goldra e da Carpinteira; segunda, articular os vales das ribeiras com a cidade; terceira, preservar o património industrial que angaria; quarta, redução da dependência automóvel em favorecimento da mobilidade pedonal; por fim a quinta, no sentido de garantir uma cidade aberta aos vales, salvaguardando-se o que resta.

À reabilitação, valorização e vitalização dos vales da Goldra e da Carpinteira a Polis da Covilhã respondeu com um conjunto de acções executadas na zona da Goldra e abdicou, por motivos de escassez financeira, das grandes acções a executar na zona da Carpinteira, com excepção da despoluição das linhas de água, que ocorreu tanto na ribeira da Goldra como na da Carpinteira, tendo inclusivamente a Câmara Municipal, por mote próprio, a intervir na rede de esgotos da cidade. No vale da Goldra foi criado o Parque Urbano da Goldra, onde faltam construir ainda equipamentos balneários e sanitários, visto que no seio do Parque há potencialidade de utilização de piscinas fluviais. Criou-se igualmente o Jardim Mártir-in-Colo numa área desqualificada e votada ao abandono, onde é feita uma representação cénica do edificado entre o passado e o presente. A maior obra executada nesta perspectiva foi, sem que dúvidas permanecem, o Jardim do Lago. Este último, intervenção de cariz ambiental que fomenta o usufruto pedonal da cidade, foi dotado de um lago que permite a utilização de pequenos barcos de lazer e, tal como os anteriores, cria sinergias entre espaço público de qualidade e a actividade comercial, nomeadamente por meio de infraestruturas de restauração inseridas no espaço. Estes espaços são considerados, com ênfase para o Jardim do Lago, extremamente positivos para a imagem da cidade e da auto-estima dos covilhanenses.

O projecto de articulação dos vales das ribeiras com a cidade foi tornado eficaz através da criação dos vastos espaços verdes mencionados e da requalificação da adjacência de algum edificado patrimonial. É de notar a vontade política da Câmara Municipal, que assere ter abdicado da alienação de terrenos que detinha para construção imobiliária, que assim foi preterida pelos espaços verdes de qualidade, como, é inevitável exemplificar com esta intervenção, o Jardim do Lago. Ficaram igualmente postos de lado os elevadores, incluindo elevadores clivados, escadarias mecânicas e pontes que ligariam pontos pedonais entre as margens, com excepção de um elevador e de uma, de entre pontes, que irão ser executados em breve, estando já a decorrer concursos para as empreitadas.

No sentido de valorizar e intervir no património industrial fomos informados que pesarosamente essas acções teriam de esperar por outra altura ou por outro programa a que se pudessem candidatar para o fazer, o que aconteceu com a candidatura da Covilhã no âmbito da Comurbeiras.

A fim de reduzir a dependência automóvel. Sobre esta questão a resposta encontra-se, em certa

medida, na incapacidade da autarquia em executar os projectos dos elevadores, escadarias mecânica e pontes de atravessamento, que mencionamos pouco atrás.

É porém indiscutível que a cidade da Covilhã sofreu um forte revés com revisões e restrições de ordem orçamental que terão tido o seu papel neste resultado final, bastante aquém das expectativas. Contudo, deixaremos para o ponto 2 a discussão da eficácia ou ineficácia na requalificação desta cidade.

c). O Programa Polis na Marinha Grande

A cidade da Marinha Grande entra na segunda fase do Programa Polis. Ao entrar nesta segunda fase perde, face às demais, a possibilidade de poder concorrer com projectos de intervenção mais ambiciosos, pelo que iremos ter em linha de conta este factor nesta síntese. Concorrendo com as restantes cidades em termos de população residente, o desequilíbrio é mais que evidente: não chega a contar dez mil habitantes, ao passo que a Covilhã conta mais de 34 mil e o Cacém mais de 81 mil – segundo as estatísticas fornecidas pelo INE. Quanto à população total que alberga o seu concelho, e aqui a comparação só é possível com a Covilhã, visto que o Cacém não acumula o estatuto de concelho ao seu estatuto de cidade, a Marinha Grande diminui o fosso que a distanciava. Em 2007 estimava-se-lhe uma população residente de mais de 38 mil habitantes, enquanto que o concelho da Covilhã contaria para cima de 52 mil habitantes, reduzindo-se a significatividade da discrepância. Contudo, é o hiato entre a população residente da cidade e do concelho da Marinha Grande que mais questões coloca, a mais premente será talvez a que nos leva a questionarmos se a esmagadora maioria dos habitantes do concelho experienciará uma vivência em circunstância de primordial não urbanidade. As nossas dúvidas surgem-nos como legítimas, mas as respostas são escassas.

Este projecto foi o mais humilde dos que analisámos. Contudo, e aqui não padecemos da necessidade de elencagem das perspectivas de intervenção centrais, foi onde o Programa se executou de forma mais célere e onde menos fugiu às expectativas criadas pelas acções previstas no Plano Estratégico. Todas as acções foram cumpridas, com poucas excepções: o edifício da Resinagem não foi requalificado nem reconvertido, por falta de liquidez financeira que suportasse um custo de recuperação que era semelhante ao total do investimento previsto em todo o programa da Marinha Grande em si; as ciclovias, ficando a maioria delas apenas pelo papel; estacionamento de automóveis alternativo, sendo que um dos parques com maior capacidade para acolher automóveis permanece inacabado, embora com a estrutura já edificada; a incapacidade de mover o mercado para novas instalações, funcionando actualmente numa tenda provisória montada para o efeito.

É de salientar que as execuções da Marinha Grande foram quase todas de cariz ambiental, pese embora alguma requalificação e reperfilamento das vias rodoviárias, e viradas para a vivência pedonal da cidade. Para o ponto 2 remetemos mais algumas conclusões finais, embora possamos já adiantar que a imagem da cidade da Marinha Grande saiu substancialmente valorizada.

d). Representações do jornal Público: O Polis no Cacém, Covilhã e Marinha Grande

Tal como já sustentámos antes desta síntese, as referências noticiosas que surgem no jornal Público, de 2000 a 2007, são francamente reduzidas. Vinte referências num jornal diário de tiragem nacional reflectirão a (escassa) adesão da opinião pública, e logo dos media, a este fenómeno de requalificação e revitalização de cidades, de norte a sul do Continente, que é o Programa Polis? Em primeiro lugar somos obrigados a considerar que não, por ordem de dois motivos: Um, o propósito de análise dos factos noticiados neste jornal foi exemplificativo, sendo que não recorremos senão a um de entre os demais jornais diários com expressão nacional. Dois, as referências que filtrámos são, com as excepções em que várias são simultaneamente mencionadas, exclusivamente informantes ao nível de três das quatro dezenas de cidades Polis, não se podendo portanto extrapolar considerações dado o desconhecimento que assumimos perante o que haverá sido noticiado acerca das restantes 38.

Explicados os constrangimentos que nos impedem de tecer considerações gerais sobre o Programa Polis ou mesmo das três cidades alvo de estudo seleccionadas no que concerne às suas representações nos media, podemos, todavia, retirar ainda algumas e importante ilações do caso particular do jornal Público perante as cidades do Cacém, da Covilhã e da Marinha Grande.

A cidade a que foi conferida maior visibilidade em relação ao Programa Polis neste jornal foi, de forma indiscutível, a cidade do Cacém

O teor das referências noticiosas, como observámos no Capítulo IX, maioritariamente dirigidas à cidade do Cacém, são esparsas e pouco significativas face à dimensão e ao âmbito do Programa Polis. A começar desde logo pela primeira referência, em que nos constatamos com a informação de que o Polis iria arrancar oficialmente mas a ênfase é atribuída à cerimónia e aos mediatizáveis participantes que a presidiram, pouco avançando sobre os conteúdos do Programa em si excepto com a alusão à devassa do jardim infantil do Cacém que, afinal, estava previsto vir a ser requalificado durante as execuções procedentes do próprio Polis. É também numa dessas referências enunciado o valor do Programa Polis da Covilhã, mas outra vez são escassas as informações do que consta do Programa para esta cidade. Uma breve referência faz igualmente alusão à abertura de candidaturas à segunda fase do

Polis, referindo algumas das cidades candidatas mas abstraindo-se novamente dos conteúdos das acções a cumprir. O Cacém é novamente enunciado, e mais do que uma vez, devido às complicações na circulação quer viária quer pedonal resultantes das obras que se executam, ou ainda pela mediática inauguração do viaduto do Lagar, com novos e melhorados acessos a Lisboa e Sintra, bem como a possibilidade da instalação de uma unidade hospitalar na cidade, sendo que estas duas últimas apenas se relacionam de forma indirecta com as acções Polis propriamente ditas. As questões processuais de transferências e redução de verbas para as cidades foram outras das preocupações noticiosas que surgiram em diversas referências. Apenas a limpeza das ribeiras, a construção de uma ponte pedonal que esteve em vias de se ficar por projecto e a abertura do maior parque da Covilhã fazem notícia, desta feita directamente relacionadas com execuções Polis. Resumindo, o Cacém teve pouca expressão neste media, a Covilhã menos ainda e a Marinha Grande foi quase inexistente.

O Programa Polis, no seio do nosso universo, teve uma expressão ténue neste jornal de expressão nacional, podendo-se quase concluir que a substância programática do programa passou ao lado das informações direccionadas para o grande público.

2. Conclusões Finais

O Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades foi criado por Resolução de Conselho de Ministros⁴⁸ no ano de 2000 previa intervir em cidades na expectativa de melhorar a qualidade da sua vivência. A intervenção, previa-o a RCM, abrangeria tanto a requalificação da vertente urbanística como da vertente ambiental das dezoito cidades que foram contempladas no lançamento do Programa. Nestas dezoito cidades enquadram-se, desde logo, as cidades do Cacém e da Covilhã. Mais dez cidades, entre elas a Marinha Grande, foram escolhidas por concurso, a dita segunda fase do Polis. Num cúmulo foram 28 as cidades a requalificar enquadradas nas denominadas Grandes Operações Integradas. Porém mais doze cidades foram abrangidas, no âmbito do Programa, por outras intervenções de menor dimensão. Ao todo, 40 cidades, um número significativo, foram integradas no interior do Programa Polis e distribuídas pelas suas Componentes. Ao Programa apenas puderam concorrer cidades continentais, sendo que, contudo, duas cidades insulares foram excepcionalmente integradas, nomeadamente Angra do Heroísmo, na Componente 2, e Funchal, Componente 4. As cidades que trazemos para a nossa investigação enquadram-se na Componente 1.

⁴⁸ RCM n.º 26/ 2000, de 15 de Maio.

Todavia, Cacém e Covilhã integradas na Linha 1 e Marinha Grande na Linha 2 de intervenção⁴⁹.

O Programa Polis é no fundo um instrumento de gestão territorial criado a título excepcional, que se desdobrou em duas fases: a primeira fase, ou a fase original, permitia intervenções mais intensas nas cidades, dado que as verbas estipuláveis eram consideravelmente superiores àquelas concedidas na última fase; a segunda fase do Programa previa um número de aceitação de cidades a intervencionar menor do que aquelas que acabaram por usufruir das suas mais valias, sendo que por isso as verbas consignadas a cada cidade desta fase sejam notoriamente inferiores à da sua precedente, permitindo apenas que se interviesse nessas cidades com execuções mais ligeiras.

Naturalmente, a primeira questão que surge desde logo, até pela nomenclatura do Programa, é a se de facto o Programa Polis conseguiu alcançar o objectivo de requalificar as cidades. Antes de avançarmos para alguma espécie de resposta a este anseio, convém esclarecer primeiramente em que medida as intervenções do Polis poderiam requalificar e revitalizar cidades. De facto temos de ter em atenção que o Programa propõe-se desde logo a ser exemplificativo, não se substituindo a uma intervenção continuada de requalificação e revitalização nas cidades. Mais, acrescente-se que o Programa Polis é um programa que se enquadra num determinado *timing*, ou seja, tem um tempo de vida útil que é reduzido a apenas pouco mais de meia dúzia de anos. Assim, consideramos que o Polis não pretende ser solução para as questões, deveras complexas, que caracterizam as cidades, quanto muito poderá insinuar-se como um contributo para a maximização da qualidade da experiência que é o vivenciar a cidade ou as cidades. Pelos motivos explanados, e recorrendo ao exemplo que obtivemos através da análise das cidades que constituíram o nosso objecto de estudo, a resposta a esta primeira questão tem de ser negativa. O Programa Polis não requalificou nem a Cidade do Cacém, nem a da Covilhã e nem a da Marinha Grande. Porém, realçando desde já um dos maiores e mais importantes contributos do Polis, conseguiu efectivamente requalificar e revitalizar parcelas destas cidades.

No nosso entender, e desde o início, a ideação de que o Programa Polis iria requalificar e revitalizar as cidades, como se dotado de alguma espécie de poção mágica, não passa do que Baudrillard (1991: 9-10) definiria por simulação. Simulação em que o discurso, no caso o discurso institucional, diz ter o que não tem. E como verificámos, o Programa Polis não requalifica cidades mas sim parcelas das mesmas, pese embora aconteça que extrapole para um discurso que anuncia a cidade revitalizada e que assim elabora uma espécie de hiper-realidade: tornando as intervenções nas cidades que são apenas localizadas mais reais do que a cidade no seu conjunto. Simulação também ao ponto de nos fazer crer

⁴⁹ Abordámos as Componentes e Linhas de intervenção na 1.ª Parte, Capítulo II, página 19.

que trazemos de novo a Natureza para a cidade, quando de facto a paisagem natural da cidade é uma paisagem construída.

Todavia, pegando mais uma vez na qualidade exemplificativa do Programa, não devemos assumir a sua incompletude mas também as virtudes dessa sua incompletude: o Programa Polis trouxe consigo definitivamente a visibilidade pública de uma sensibilização ambiental que começa a enraizar-se na esfera dos decisores políticos, Poder Central e Poder Local, e que dificilmente sairá da sua agenda.

Quanto às lógicas de apropriação do espaço dito público é-nos difícil ainda compreender quem e como os apropria. A observação directa não foi suficiente para nos apercebermos deste fenómeno na maioria dos espaços públicos, especialmente os de vivência pedonal, e o discurso institucional não nos é garante que baste para uma interpretação deste grau. Certamente, a apropriação do espaço, mesmo do dito espaço público, permanece em obediência a regras distintivas que caracterizam diferentes actores sociais, de diferentes escalões sociais, portadores de diferentes capitais, etc. Mas também certamente há os que não têm possibilidade de apropriar esta tipologia de espaço público, votados a uma marginalidade social de quase aniquilamento simbólico (Wacquant, 2006: 126, 177).

Os que não são excluídos, logo para os que podem usufruir destes espaços e apropriá-los como seus, a ênfase é vocacionada para os tempos de lazer. Como bem demonstram as intervenções executadas no plano dos jardins e dos parques urbanos, considerados espaços de grande qualidade, estes territórios fomentam ou tentam fomentar uma lógica de programação do quotidiano dos actores sociais de forma universal e hegemónica, obtida por uma capacidade de atracção ludificante. Estes locais incentivam ao consumo diferido (todo o tipo de equipamentos para executar, eg, desportos radicais ou outros mais tradicionais como percursos cicláveis) e directo (actividades que podem ser pagas, o comércio que nesses espaços se difunde, da restauração a outros), sendo que através das práticas lúdicas, da diversão, do prazer que se obtém, potenciam também cada vez mais a ideação de que se é cidadão na medida em se consome (consumir produtos e bens, consumir o tempo que se detém nos intervalos das práticas laborais ou equivalentes), e logo com o direito a estar seguro (Baptista, 2005: 48, 50, 53). Estamos perante uma quase modernidade líquida, em que prolifera a recusa de constrangimentos e de laços (Bauman, 2006[2003]: 29) em prol de processos de individuação (Rémy, 1994: 134) cada vez mais acentuados .

Da imagem da cidade, uma questão perturba-nos agudamente: caminharemos rumo às cidades solipsistas?

As próprias cidades criam uma espécie de imagem de marca (Mons, sd: 82), efeito de uma prática de marketing que podemos considerar economicista. A cidade vende-se através desta sua imagem, em particular, e cada vez mais, através da imagem de marca. As cidades com que estabelecemos o nosso objecto de estudo não escapam à regra. Embevecidas pela seus remarques esteticizantes, olham a cidade vizinha, próxima ou mais longínqua, no seio de uma filosofia de competição. Eixos de cidades em rede que deveriam cooperar em nome do seu desenvolvimento e sustentabilidade, corroem-se numa competição condizente com um capitalismo selvagem (Harvey, 2000: 53-72).

As cidades constituídas em rede nesta era globalizada podem e devem servir de interface de poder aos interesses supranacionais (Sassen, 2006: 1-36, 115). Aliás, sustentamos inclusivamente que as cidades são território privilegiado em que se localiza o global. Contudo, falhas de sustentabilidade do funcionamentos de cidades em rede em Portugal, comprometem o desenvolvimento das próprias cidades e do país, que assim se verá cada vez mais distante da dianteira nesta corrida global.

Porém, se o Programa Polis ficou, por um lado, muito aquém das expectativas, por nosso turno consideramos que cumpriu e cumpriu razoavelmente o sentido que lhe fora atribuído desde a sua emergência: Simulação de cidades melhores, requalificadas; Mas também em atributos reais, factuais, que não seriam possíveis de executar apenas no seio do orçamento de uma Câmara Municipal. A actual divisão administrativa do território, essa, encontra-se, a nosso ver, falida. É premente a sua revisão.

3. Virtudes e Vicissitudes: esboço de uma auto-análise crítica

O nosso trabalho permaneceria incompleto se não nos incumbíssemos da tarefa de, ao menos, esquisar algumas das mais valias ou dos contributos que julgamos caracterizarem a investigação, bem como, por outro lado, de esquisar e elencar algumas das dificuldades e limitações que não pudemos, por um motivo ou por outro, ver colmatadas. No fundo, talvez, ficaria incompleto sem uma tarefa do tipo balanço, mas que preferimos, sem dúvida, considerar como uma auto-análise crítica do que por nós acabou por ser produzido, sempre com todas as limitações das quais a produção científica é inevitavelmente objecto.

A originalidade e a pertinência do tema escolhido são, entendemos, sem dúvida duas qualidades que valorizam a investigação. O Programa Polis, enquadrado no que alguns autores denominam por Planeamento Estratégico, temática que evitámos abordar por se encontrar presentemente, particularmente em Portugal, pouco estruturada e ainda muito incipiente, equivocada e ambígua, foi determinante na possibilidade de em muitas cidades portuguesas se intervir profundamente no espaço dito público. A coerência e honestidade intelectual foram metodologia sine qua non em todo o processo de investigação. Ficamos satisfeitos igualmente pelo facto de que se não demos muitas respostas, levantámos certamente muitas questões, o que sempre enriquece a produção do conhecimento.

Quanto às vicissitudes que se embrenham neste trabalho, destacamos algumas das limitações mais relevantes. O discurso sobre as cidades que analisámos foi quase todo ele, retirando as informações que colhemos do jornal Público, institucionalmente produzido, ou seja, neste caso, a realidade social das cidades é construída apenas a uma só voz, a do Estado, seja ele a nível Central ou Local. Seria certamente interessante colher informações que tipificassem as práticas e as vivências de outros actores sociais. Não conseguimos por isso compreender com eficácia suficiente quem apropria estes novos ou requalificados espaços ditos públicos.

Outra das virtudes deste trabalho será talvez a de aliciar a futuras investigações que conduzam no sentido de compreender quem afinal se apropria agora destes espaços intervencionados, numa perspectiva mais etnográfica, ou seja, mais intensiva. Pecámos igualmente por não termos conseguido inscrever neste trabalho referências noticiosas que fossem significativas face ao Polis, podendo ser também tarefa de futura investigação o aprofundamento do referencial noticioso em vários media de tiragem nacional e, não menos importante, de examinar o que foi noticiado na imprensa local.

Finalizado este esboço de auto-crítica, finalizamos também por aqui a presente investigação.

BIBLIOGRAFIA e REFERÊNCIAS

(Referências Bibliográficas: Obras Gerais, Artigos e Publicações Oficiais)

- ALBARELLO, Luc (et al.) (1997 [1995]), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva Publicações, Lisboa
- ALMEIDA, João Ferreira de, PINTO, José Madureira (1995), *A Investigação nas Ciências Sociais*, Editorial Presença, 5.^a edição, Lisboa
- ARON, Raymond (2004 [1965]), *As Etapas do Pensamento Sociológico*, Publicações Dom Quixote, 7.^a Edição, Lisboa
- BALSAS, Carlos (2006), “Evolución Histórica de la Planeación de Ciudades en Portugal”, *Revista Eure*, vol. XXXII, n.º 97: 81-95, Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago de Chile
- BALZA, Sergio F. León (1998), “Conceptos sobre Espacio Público, Gestión de Proyectos y Lógica Social: Reflexiones sobre la Experiencia Chilena”, *Revista Eure*, vol. 24, n.º 71: 27-36, Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago de Chile
- BAPTISTA, Luís Vicente (1999), *Cidade e Habitação Social – O Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa*, Celta Editora, Oeiras
- BAPTISTA, Luís Vicente (2005), “Territórios Lúdicos (E o que torna Lúdico um Território): Ensaando um Ponto de Partida”, *Fórum Sociológico* 13/ 14 (2.^a série): 47-58, IEDS/ FCSH-UNL, Lisboa

- BARRETO, António; PRETO, Clara Valadas (1996), *Portugal 1960/ 1995: Indicadores Sociais*, Cadernos do Público 8, Público Comunicação Social, Lisboa
- BARDIN, Laurence (1995 [1977]), *Análise de Conteúdo*, Edições 70, Lisboa
- BAUDRILLARD, Jean (1991 [1981]), *Simulacros e Simulação*, Relógio D'Água Editores, Lisboa
- BAUDRILLARD, Jean (1991 [1983]), *As Estratégias Fatais*, Editorial Estampa, Lisboa
- BAUDRILLARD, Jean (1995 [1972]), *Para Uma Crítica da Economia Política do Signo*, Edições 70, Lisboa
- BAUDRILLARD, Jean (1995 [1992]), *A Ilusão do Fim ou a Greve dos Acontecimentos*, Terramar Editores, Lisboa
- BAUMAN, Zygmunt (2006 [2003]), *Amor Líquido – Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos*, Relógio D'Água Editores, Lisboa
- BAUMAN, Zygmunt (2006 [2005]), *Confiança e Medo na Cidade*, Relógio D'Água Editores, Lisboa
- BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony, LASH, Scott (2000 [1994]), *Modernização Reflexiva – Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*, Celta Editora, Oeiras
- BELL, Judith (1997 [1993]), *Como Realizar um Projecto de Investigação – Um Guia para a Pesquisa em Ciências Sociais e Educação*, Gradiva Publicações, Lisboa
- BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain (Orgs.) (1994 [1992]), *As Regiões Ganadoras: Distritos e Redes – Os Novos Paradigmas da Geografia Económica*, Celta Editora, Oeiras
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (1999 [1966]), *A Construção Social da Realidade*, Dinalivro, Lisboa

- BISPO, Maria Teresa, CÂMARA, Sílvia (2006), “Escultura Urbana e Esfera Pública: Esquisto para uma Dialéctica da Ambiguidade”, Fórum Sociológico 15/ 16 (2.ª série): 243-260, IEDS/ FCSH-UNL, Lisboa

- BOUDON, Raymond (1990 [1984]), *O Lugar da Desordem*, Gradiva Publicações, Lisboa
- BOUDON, Raymond (et al.) (Dir.) (1990 [1989]), *Dicionário de Sociologia*, Publicações Dom Quixote, Lisboa
- BOUDON, Raymond (Dir.) (1995 [1992]), *Tratado de Sociologia*, Edições Asa, Porto

- BOURDIEU, Pierre (1997 [1994]), *Razões Práticas – Sobre a Teoria da Acção*, Celta Editora, Oeiras
- BOURDIEU, Pierre (1998 [1979]), *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*, Harvard University Press, 9th printing, Cambridge, Massachusetts
- BOURDIEU, Pierre (1998 [1982]), *O Que Falar Quer Dizer*, Difel – Difusão Editorial, Linda-A-Velha, 1998
- BOURDIEU, Pierre, CHAMBOREDON, Jean-Claude, PASSERON, Jean Claude (1999 [1968]), *A Profissão de Sociólogo*, Editora Vozes, Petrópolis
- BOURDIEU, Pierre (Coord.) (1999 [1993]), *A Miséria do Mundo*, Editora Vozes, 3.ª edição, Petrópolis
- BOURDIEU, Pierre (2002 [2000]), *Esboço de Uma Teoria da Prática, Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila*, Celta Editora, Oeiras
- BOURDIEU, Pierre (2006 [o. sd]), *As Estruturas Sociais da Economia*, Campo das Letras Editores, Porto

- CABRAL, Manuel Villaverde (1997), *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*, Celta Editora, Oeiras

- CacémPolis (2000), *Viver o Cacém – Programa Polis – Plano Estratégico do Cacém*, Programa Polis, Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, Lisboa

- CALVINO, Italo (2003 [1990]), *As Cidades Invisíveis*, Editorial Teorema, 6.ª edição, Lisboa

- Câmara Municipal da Marinha Grande (2003), *Programa Polis – Viver Marinha Grande*, CM Marinha Grande, Marinha Grande

- Câmara Municipal de Lisboa (sd), *Lisboa 2012 – Uma Visão Estratégica*, CM Lisboa, Lisboa

- CARMO, Renato Miguel (2002), “A Forma das Margens no Espaço Urbano”, Fórum Sociológico 7/ 8 (2.ª série): 103-126, IEDS/ FCSH-UNL, Lisboa

- CASTELLS, Manuel (1984 [o. sd]), *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*, Editorial Presença, 3.ª edição, Lisboa
- CASTELLS, Manuel (2002 [1996]), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Volume I - A Sociedade em Rede*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
- CASTELLS, Manuel (2003 [1996]), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Volume II – O Poder da Identidade*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
- CASTELLS, Manuel (2004 [2001]), *A Galáxia Internet – Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
- CASTELLS, Manuel (2006 [1972]), *A Questão Urbana*, Editora Paz e Terra, 3.ª edição, São Paulo

- CASTLES, Stephen (2002), “Estudar as Transformações Sociais”, *Sociologia Problemas e Práticas* 40: 123-148, CIES-ISCTE/ Celta Editora, Lisboa e Oeiras

- CHAMPAGNE, Patrick (et al.) (1999 [1989]), *Initiation à la Pratique Sociologique*, 2^e édition, entièrement revue et augmentée, Dunod, Paris

- COSTA, Alfredo Bruto da (1998), *Exclusões Sociais*, Gradiva Publicações, Lisboa

- COULON, Alain (1995 [1992]), *A Escola de Chicago*, Papirus Editora, São Paulo

- Decreto-Lei n.º 119/ 2000 de 4 de Julho, Diário da República – I Série-A n.º 152
- Decreto-Lei n.º 314/ 2000 de 2 de Dezembro, Diário da República – I Série-A n.º 278

- Decreto-Lei n.º 319/ 2000 de 14 de Dezembro, Diário da República – I Série-A n.º 287
- Decreto-Lei n.º 330/2000 de 27 de Setembro, Diário da República – I Série-A n.º 297
- Decreto-Lei n.º 203-B/ 2001 de 24 de Julho, Diário da República – I Série-A n.º 170
- Decreto-Lei n.º 251/ 2001 de 21 de Setembro, Diário da República – I Série-A n.º 220
- Decreto-Lei n.º 318/ 2001 de 10 de Dezembro, Diário da República – I Série-A n.º 284
- Decreto-Lei n.º 103/ 2002 de 12 de Abril, Diário da República – I Série-A n.º 86
- Decreto-Lei n.º 212/ 2002 de 17 de Outubro, Diário da República – I Série-A n.º 240
- Decreto-Lei n.º 314/ 2002 de 23 de Dezembro, Diário da República – I Série-A n.º 296
- Decreto-Lei n.º 161/ 2004 de 2 de Julho, Diário da República – I Série-A n.º 154
- Decreto-Lei n.º 198/ 2004 de 17 de Agosto, Diário da República – I Série-A n.º 193

- Despacho n.º 17 720/ 2001 (2.ª série) de 23 de Agosto, Diário da República – II Série n.º 195

- Despacho Normativo n.º 45-A/ 2000 de 21 de Dezembro, Diário da República – I Série-B n.º 293

- ECO, Umberto (1986), *Viagem na Irrealidade Quotidiana*, Difel – Difusão Editorial, 3.ª edição, Linda-A-Velha

- ELIAS, Norbert (1994 [1989]), *Teoria Simbólica*, Celta Editora, Oeiras
- ELIAS, Norbert (2004 [1987]), *A Sociedade dos Indivíduos*, Celta Editora, 2.ª edição, Oeiras

- FARIA, Carlos Vieira de (1981), *Novo Fenómeno Urbano – Aglomeração de Setúbal*, Assírio e Alvim, Lisboa

- FERRÃO, João (1996), *A Demografia Portuguesa*, Cadernos do Público 6, Público Comunicação Social, Lisboa

- FERRÃO, João (2000), “Relações entre Mundo Rural e Mundo Urbano – Evolução Histórica, Situação Actual e Pistas para o Futuro”, *Sociologia, Problemas e Práticas* 33: 45-54, CIES-ISCTE/ Celta Editora, Lisboa e Oeiras

- FERREIRA, António Fonseca (Coord.) (1999), *Plano Estratégico da Região de Lisboa, Oeste, Vale do Tejo 2000 – 2010: O Horizonte da Excelência*, CCR-LVT, Lisboa
- FERREIRA, António Fonseca (2005), *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
- FERREIRA, António Fonseca (Coord.) (2007), *Lisboa 2020 – Uma Estratégia de Lisboa para a Região de Lisboa*, CCDD-LVT, Lisboa

- FERREIRA, Vítor Matias (1998), “Cidades de Água, Mar Urbano... Impressões de Viagens”, *Sociologia, Problemas e Práticas* 26: 181-186, CIES-ISCTE/ Celta Editora, Lisboa e Oeiras

- FERRY, Luc (1993 [1992]), *A Nova Ordem Ecológica*, Edições Asa, Porto

- FODDY, William (1996 [1993]), *Como Perguntar – Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários*, Celta Editora, Oeiras

- FORTUNA, Carlos (Org.) (1997), *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaio de Sociologia*, Celta Editora, Oeiras
- FORTUNA, Carlos (1998), “Imagens da Cidade: Sobre a Heurística das Paisagens Sonoras e os Ambientes Sociais Urbanos”, *Oficina do CES* 104, CES/ FE-UC, Coimbra
- FORTUNA, Carlos, FERREIRA, Claudino, ABREU, Paula (1998/ 1999), “Espaço Público Urbano e Cultura em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 52/ 53: 85-117, CES/ FE-UC

- FOUCAULT, Michel (2007 [1979]), *Microfísica do Poder*, Edições Graal, 23.ª edição, São Paulo

- FRIEDMANN, John (1996 [1992]), *Empowerment: Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*, Celta Editora, Oeiras, 1996

- GASSET, José Ortega y (sd [o. sd]), *A Rebelião das Massas*, Relógio D'Água Editores, Lisboa
- GHIGLIONE, Rodolphe, MATALON, Benjamim (1997 [1977]), *O Inquérito: Teoria e Prática*, Celta Editora, 3.^a edição, Oeiras
- GIDDENS, Anthony (1996 [1990]), *As Consequências da Modernidade*, Celta Editora, 3.^a edição, Oeiras
- GIDDENS, Anthony (2000 [1979]), *Dualidade da Estrutura – Agência e Estrutura*, Celta Editora, Oeiras
- GIDDENS, Anthony (2000 [1999]), *O Mundo na Era da Globalização*, Editorial Presença, Lisboa
- GIDDENS, Anthony (2001 [1991]), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Celta Editora, 2.^a edição, primeira reimpressão, Oeiras
- GIDDENS, Anthony (2007), *A Europa na Era Global*, Editorial Presença, Lisboa
- GOFFMAN, Erving, (1988 [1963]), *Estigma – Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, Guanabara Editora, 4.^a edição, Rio de Janeiro
- GOFFMAN, Erving (1993 [1959]), *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Relógio D'Água Editores, Lisboa
- GOMES, Rui Telmo (1999), “Quotidianos Colectivos: Espaço-Público e Sociabilidades na Expo'98”, *Sociologia Problemas e Práticas* 33: 83-102, CIES-ISCTE/ Celta Editora, Lisboa e Oeiras
- GONÇALVES, Jorge Manuel (2006), *Os Espaços Públicos na Reconfiguração Física e Social da Cidade*, Universidade Lusíada Editora, Lisboa
- HALL, Peter (2002 [1988]), *Cities of Tomorrow*, Blackwell Publishing, Third Edition, Malden, Massachusetts

- HANNIGAN, John (2000 [1998]), *Fantasy City: Pleasure and Profit in the Postmodern Metropolis*, Routledge, Reprinted, London and New York
- HANSEN, Rodrigo Salcedo (2002), “El Espacio Público en el Debate Actual: Una Reflexión Crítica sobre el Urbanismo Post-Moderno”, *Revista Eure*, vol. 28, n.º 84: 5-19, Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago de Chile
- HARVEY, David (2000), *Spaces of Hope*, University of California Press, Berkeley, Los Angeles, California
- JACOBS, Jane (1992 [1961]), *The Death and Life of Great American Cities*, Vintage Books Edition, New York
- JUDD, Dennis R. (2003), “El Turismo Urbano y la Geografía de la Ciudad”, *Revista Eure*, vol. XXIX, n.º 87: 51-62, Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago de Chile
- KETELE, Jean-Marie de, ROEGIERS, Xavier (1999 [1993]), *Metodologia da Recolha de Dados – Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos*, Instituto Piaget, Lisboa
- LACAZE, Jean-Paul (1999 [1995]), *A Cidade e o Urbanismo*, Instituto Piaget, Lisboa
- LEDRUT, Raymond (1973), *Les Images de la Ville*, Éditions Anthropos, Paris
- LEFEBVRE, Henri (2007 [1974]), *The Production of Space*, Blackwell Publishing, Malden, Massachusetts
- Lei n.º 18/ 2000 de 10 de Agosto, Diário da República – I Série-A n.º 184

- LESSARD-HÉBERT, Michelle, GOYETTE, Gabriel, BOUTIN, Gérald (2005 [1990]), *Investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas*, Instituto Piaget, 2.^a edição, Lisboa
- LIMENA, Maria Margarida C. (2001), “Cidades Complexas no Século XXI – Ciência, Técnica e Arte”, *São Paulo em Perspectiva* 15(3): 37-44, Fundação SEADE, São Paulo
- LIPOVETSKY, Gilles (1989 [1983]), *A Era do Vazio*, Relógio D'Água Editores, Lisboa
- LOPES, António Simões (2001 [o. sd]), *Desenvolvimento Regional – Problemática, Teoria, Modelos*, Fundação Calouste Gulbenkian, 5.^a edição, Lisboa
- LOPES, João Teixeira (2000), *A Cidade e a Cultura – Um Estudo Sobre Práticas Culturais Urbanas*, Edições Afrontamento/ CM Porto, Porto
- LOPES, João Teixeira (2000), “Em Busca de um Lugar no Mapa – Reflexões sobre Políticas Culturais em Cidades de Pequena Dimensão”, *Sociologia, Problemas e Práticas* 34: 81-116, CES/ FE-UC, Coimbra
- LOPES, João Teixeira (2002), *Novas Questões de Sociologia Urbana – Conteúdos e «Orientações» Pedagógicas*, Edições Afrontamento, Porto
- LOPES, Policarpo (1999), *Portugal – Holograma da Mobilidade Humana*, Editora Rei dos Livros, Lisboa
- LYNCH, Kevin (2003 [1960]), *A Imagem da Cidade*, Edições 70, Lisboa
- MATIAS, Marisa, NUNES, João Arriscado (2004), “Sustainable Health? Health, Environment and the Politics of Sustainability”, *Oficina do CES* 209, CES/ FE-UC, Coimbra
- MELA, Alfredo (1999 [1996]), *A Sociologia das Cidades*, Editorial Estampa, Lisboa
- MELA, Alfredo, BELLONI, Maria Carmen, DAVICO, Luca (2001 [1998]), *A Sociologia do Ambiente*, Editorial Estampa, Lisboa

- Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território (1999), *Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades – Documento para Apresentação Pública*, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Lisboa
- MONS, Alain (sd [o. sd]), *A Metáfora Social – Imagem, Território, Comunicação*, Rés Editora, Porto
- MOZZICAFREDDO, Juan (2003), “La Décentralisation Administrative et les Innovations en Matière de Politiques Régionales au Portugal”, *Sociologia Problemas e Práticas* 41: 83-102, CIES-ISCTE/ Celta Editora, Lisboa e Oeiras
- NAZARETH, Joaquim Manuel (2004), *Demografia – A Ciência da População*, Editorial Presença, Lisboa
- NUNES, João Pedro Silva (2007), *À Escala Humana – Planeamento Urbano e Arquitectura de Habitação em Olivais Sul (Lisboa, 1959-1969)*, CM Lisboa, Lisboa
- ORNSTEIN, Sheila Walbe (2005), “Arquitetura, Urbanismo e Psicologia Ambiental: Uma Reflexão sobre Dilemas e Possibilidades da Atuação Integrada”, *Psicologia USP* 16 (1/2): 155-165, Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo, São Paulo
- PAIS, José Machado (2002), *Sociologia da Vida Quotidiana – Teorias, Métodos e Estudos de Caso*, Imprensa de Ciências Sociais, ICS, Lisboa
- PEREIRA, Inês (2005), “A Cidade em Movimento: Protestos Urbanos e Espaços de Contestação”, *Fórum Sociológico* 13/ 14 (2.ª série): 137-149, IEDS/ FCSH-UNL, Lisboa
- PINHEIRO, Magda, BAPTISTA, Luís V., VAZ, Maria João (Orgs.) (2001), *Cidade e Metrópole – Centralidades e Marginalidades*, Celta Editora, Oeiras

- PIRES, Edmundo Balsemão (Org.) (2007), *Espaços Públicos, Poder e Comunicação*, Edições Afrontamento, Porto

- POIRIER, Jean, CLAPIER-VALLADON, Simone, RAYBAUT, Paul (1999 [1983]), *Histórias de Vida – Teoria e Prática*, Celta Editora, 2.ª edição, Oeiras

- Polis Covilhã (2001), *Viver a Covilhã – Programa Polis – Plano Estratégico da Covilhã*, Programa Polis, Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, Lisboa

- PUJADAS, Joan Josep (2005), “A Cidade Acolhedora? Transformações Urbanas, Imaginários e Actores Sociais”, Fórum Sociológico 13/ 14 (2.ª série): 31-46, IEDS/ FCSH-UNL, Lisboa

- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van (1992 [1988]), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva Publicações, Lisboa

- RÉMY, Jean, VOYÉ, Liliane (1994 [1992]), *A Cidade: Rumo a uma nova Definição?*, Edições Afrontamento, Porto

- Resolução de Conselho de Ministros n.º 26/ 2000 de 15 de Maio, Diário da República – I Série-B n.º 112

- Resolução n.º 58/ 2000 (2.ª série) de 16 de Maio, Diário da República – II Série n.º 113

- ROSA, Maria João Valente, *O Envelhecimento da População Portuguesa*, Cadernos do Público 3, Público Comunicação Social, Lisboa, 1996

- RUIVO, Fernando (2002 [2000]), *Poder Local e Exclusão Social*, Quarteto Editora, 2.ª edição, Coimbra

- RUIVO, Fernando (2002), “Localização de Políticas Públicas”, Oficina do CES 178, CES/ FE-UC, Coimbra

- RUIVO, Fernando, CAMPOS, Bernardo, VALADAS, Carla (2005), “«Learning Regions» - What do We Refer to? Two Portuguese Examples: Marinha Grande and Coimbra”, *Cadernos do Observatório dos Poderes Locais* 5, CES/ FE-UC, Coimbra
- SALGUEIRO (1992), Teresa Barata, *A Cidade em Portugal – Uma Geografia Urbana*, Edições Afrontamento, 2.^a edição, Porto
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice – O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Edições Afrontamento, 2.^a edição, Porto
- SANTOS, Helena, ABREU, Paula (2000), “Culturas e Cidades: Espaços, Dinâmicas, Públicos. Algumas Pistas de Análise”, *Oficina do CES* 152, CES/ FE-UC, Coimbra
- SASSEN, Saskia (2001 [1991]), *The Global City – New York, London, Tokyo*, Princeton University Press, second edition, Princeton, New Jersey
- SASSEN, Saskia (2006 [1994]), *Cities in a World Economy*, Pine Forge Press, third edition, Thousand Oaks, California
- SCHMIDT, Luísa, NAVE, Joaquim Gil, GUERRA, João (2005), *Antarquias e Desenvolvimento Sustentável – Agenda 21 Local e Novas Estratégias Ambientais*, Fronteira do Caos Editores, Porto, 2005
- SCHNAPPER, Dominique (2000 [1999]), *A Compreensão Sociológica – Como Fazer Análise Tipológica*, Gradiva Publicações, Lisboa
- SHILS, Edward (1992 [1974]), *Centro e Periferia*, Difel – Difusão Cultural, Lisboa
- SILVA, Augusto Santos, PINTO, José Madureira (orgs.) (1986), *Metodologia das Ciências Sociais*, Edições Afrontamento, 7.^a edição, Porto
- SILVA, Augusto Santos (1994 [1988]), *Entre a Razão e o Sentido – Durkheim, Weber e a Teoria das Ciências Sociais*, Edições Afrontamento, 2.^a edição, Porto

- SIMMEL, Georg (2004), *Fidelidade e Gratidão e Outros Textos*, Relógio D'Água Editores, Lisboa

- SOJA, Edward W. (1994 [1989]), *Postmodern Geographies – Reassertion of Space in Critical Social Theory*, Verso, fourth impression, London – New York
- SOJA, Edward W. (2006 [2000]), *Postmetropolis – Critical Studies of Cities and Regions*, Blackwell Publishing, 9th printing, Malden, Massachusetts

- THÉVENOT, Laurent (2006), *L'Action au Pluriel – Sociologie des régimes d'engagement*, Éditions La Découverte, Paris

- Tribunal de Contas (2004), *Auditoria de Gestão Financeira à Componente 1 do Programa Polis (Operações Integradas de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental) – Relatório de Auditoria n.º 21/ 2004-2.ª Secção*, Tribunal de Contas, Lisboa

- TZU, Sun (2006 [o. sd]), *A Arte da Guerra*, Edições Sílabo, Lisboa

- VAZ, Domingos Martins (2004), *Cidades Médias e Desenvolvimento – O Caso da Cidade da Covilhã*, Universidade da Beira Interior, Covilhã

- VIEGAS, José Manuel Leite, COSTA, António Firmino da (Orgs.) (1998), *Portugal, que Modernidade?*, Celta Editora, 2.ª edição, Oeiras

- WACQUANT, Loïc (2006 [2005]), *Parias Urbains – Ghetto – Banlieuses – État*, Éditions La Découverte, Paris, 2006

- WHYTE, William H. (2004 [1980]), *The Social Life of Small Urban Spaces*, Project for Public Spaces, third printing, New York

- XIBERRAS, Martine (1996 [1993]), *As Teorias da Exclusão: Para Uma Construção do Imaginário do Desvio*, Instituto Piaget, Lisboa

(Outras Referências: World Wide Web)

- CacémPolis, sítio web, <http://www.cacempolis.pt/>
- Câmara Municipal da Covilhã, sítio web, <http://www.cm-covilha.pt/>
- Câmara Municipal da Marinha Grande, sítio web, <http://www.cm-mgrande.pt/>
- Câmara Municipal de Sintra, sítio web, <http://www.cm-sintra.pt/>
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, sítio web, <http://www.ccdrc.pt/>
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, sítio web, <http://www.ccdr-lvt.pt/>
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, sítio web de Gestão Estratégica, <http://www.gestaoestrategica.ccdr-lvt.pt/>
- Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), sítio web, <http://www.dgotdu.pt/>
- Instituto Geográfico do Exército (IGEOE), sítio web, <http://www.igeoe.pt/>
- Instituto Geográfico Português, MAOTDR, sítio web, <http://www.igeo.pt/>
- Instituto Nacional de Estatística (INE), sítio web, http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main
- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, sítio web, <http://www.maotdr.gov.pt/>

- Programa Polis – Viver as Cidades, sítio web do Gabinete Coordenador do Programa Polis, <http://www.polis.maotdr.gov.pt/index.html>
- Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG), sítio web, <http://snig.igeo.pt/Portal/>

(Outras Referências: Suporte Informático Digital)

- Instituto Nacional de Estatística (INE), *Censos 2001 – Recenseamentos Gerais da População e Habitação – Dados Comparativos 1991-2001*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2004), *O País em Números 2004*, versão 2.0, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2008), *O País em Números 1991-2006*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

- Marktest (2002), *Os Concelhos Portugueses 1992-2002*, Grupo Marktest, Lisboa
- Marktest (2004), *Sales Index 2004 – Fichas Concelhias*, Grupo Marktest, Lisboa

(Outras Referências: Imprensa Escrita Generalista)

- Público, “Lançamento do Programa Polis devassa jardim infantil”, 14-04-2000: 40, Público Comunicação Social S.A., Lisboa
- Público, “Empresas de restauro criticam desordenamento em Sintra”, 06-09-2000: 38, Público Comunicação Social S.A., Lisboa
- Público, “Sociedade Cacém-Polis será gerida em parceria com Parque Expo”, 20-12-2000: 52, Público Comunicação Social S.A., Lisboa
- Público, “Número”, 21-04-2001: 82, Público Comunicação Social S.A., Lisboa
- Público, “Sócrates diz que todos querem o Polis”, 15-05-2001: 52, Público Comunicação Social S.A., Lisboa
- Público, “37 Candidaturas à segunda fase do programa Polis”, 19-05-2001: 84, Público Comunicação Social S.A., Lisboa
- Público, “Cacém vai passar um mau bocado com as obras do Polis”, 01-11-2001: 44, Público Comunicação Social S.A., Lisboa
- Público, “Câmara da Covilhã iniciou limpeza de ribeiras”, 13-04-2002: 77, Público Comunicação Social S.A., Lisboa
- Público, “Poupança orçamental condiciona obras do Polis”, 21-11-2002: 47, Público Comunicação Social S.A., Lisboa
- Público, “Quercus pede fecho de parque na Marinha Grande”, 08-10-2005: 70, Público Comunicação Social S.A., Lisboa
- Público, “Câmara da Covilhã confirma construção de ponte pedonal sobre a Carpinteira”, 31-01-2007: 51, Público Comunicação Social S.A., Lisboa
- Público, “Polis do Cacém troca equipamento de Saúde por menos habitação”, 27-02-2007: 24, Público Comunicação Social S.A., Lisboa
- Público, “Cacém pode vir a ter unidade hospitalar privada”, 12-03-2007: 20, Público Comunicação Social S.A., Lisboa
- Público, “Maior parque da Covilhã abre até ao final do ano com jogos gigantes”, 23-04-2007: 27, Público Comunicação Social S.A., Lisboa

- Público, “Polis «entregou» viaduto e parque ao Cacém”, 05-05-2007: 27, Público Comunicação Social S.A., Lisboa
- Público, “CDU acusa CacémPolis de especulação”, 24-09-2007: 20, Público Comunicação Social S.A., Lisboa
- Público, “Câmara de Sintra vai negociar a compra da antiga fábrica da Melka no Cacém”, 28-09-2007: 27, Público Comunicação Social S.A., Lisboa
- Público, “Câmara de Sintra vai transferir serviços municipais para a nova Baixa do Cacém”, 12-12-2007: 25, Público Comunicação Social S.A., Lisboa

ANEXOS